

A esquerda e o Bloco

Mais uma vez estão presentes os estafados chavões, tiques e truques, com o recurso à simplificação e à falsificação das posições do PCP.



■ Carlos Luís Figueira Pág. 19

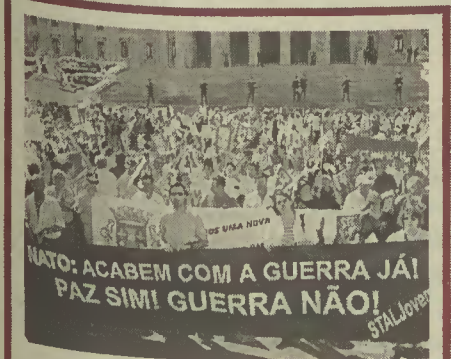
A reforma da PAC ou escrever de ouvido!

Os resultados obtidos não só estão longe de corresponder às teses propagandeadas pelo Governo como estão a anos-luz dos princípios estratégicos anunciados por este para as negociações e das necessidades globais da agricultura portuguesa.

■ Lino de Carvalho Pág. 20

Delegados estrangeiros ao Congresso da JCP Por um futuro mais justo

Entrevistas com os delegados da Irlanda, do Curdistão e da Grécia Págs. 22 e 23



Paz Sim! Guerra Não!

Enquanto se intensificam os ataques criminosos da NATO contra a Jugoslávia, cresce por toda a parte a exigência da Paz. Mesmo nas manifestações de trabalhadores em luta pelos seus direitos (na foto, a concentração da passada sexta-feira junto da AR), a exigência do fim da guerra está presente. Nas páginas do nosso jornal, em intervenções de dirigentes e de candidatos, em artigos, comentários e notícias, a condenação da agressão da NATO é uma constante. De Belgrado, a nossa enviada especial, Anabela Fino, escreve que os sérvios morrem de pé. Ontem, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, com Octávio Teixeira, presidente do grupo parlamentar comunista, integraram uma delegação do Partido que esteve presente na Marcha pela Paz, em Lisboa.



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 15 de Abril de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1324 • Director: José Casanova



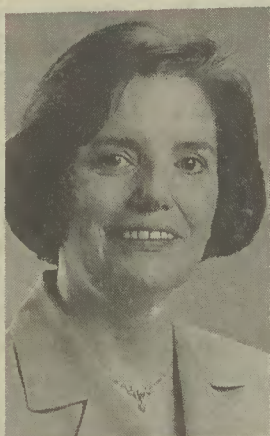
O entusiasmo e a determinação do grande comício de Setúbal, na passada sexta-feira (ver notícia na pág. 6), primeira iniciativa em que participaram Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo após a revelação pública da lista dos candidatos CDU, mostrou a confiança com que o PCP se lança nas próximas batalhas eleitorais



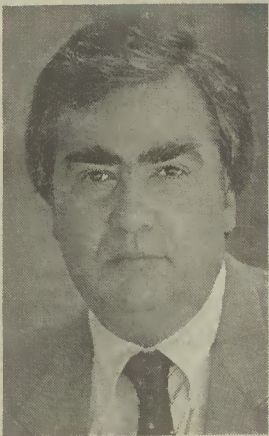
REFORÇAR OS QUE DÃO VOZ AO POVO

Intervenções de Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo

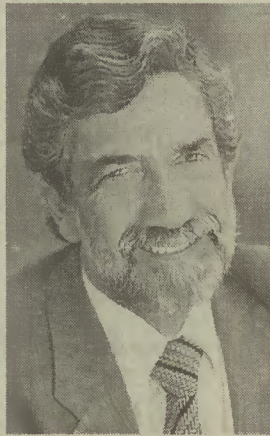
Págs. 5, 15, 16 e 17



Ilda Figueiredo



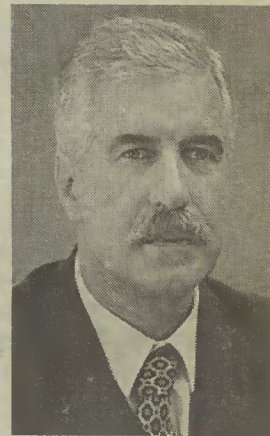
Joaquim Miranda



Sérgio Ribeiro



Manuela Cunha



Honório Novo

Os candidatos da CDU ao Parlamento Europeu

A lista dos candidatos da CDU às eleições para o Parlamento Europeu foi apresentada na passada sexta-feira, numa iniciativa promovida em Lisboa pela Coligação Democrática Unitária. Nas fotos, os cinco primeiros. Publicamos hoje a lista completa, com os respectivos dados biográficos.

Pág. 18

Resistir é preciso

Centenas de democratas, de antigos presos políticos e outros resistentes, juntaram-se, no passado Domingo, num «Encontro Convívio Nacional de Resistentes». Foi em Almada, sob a égide da URAP e com apoios vários, nomeadamente o da Câmara Municipal: durante a manhã, na «Academia», numa sessão em que as diversas intervenções foram entrecortadas pela leitura de poemas, por música, por canções; depois, na «Incrível», onde decorreu um almoço de confraternização; finalmente, os participantes dirigiram-se, em desfile, até ao monumento «Aos Perseguidos», na Praça do MFA, e ali depuseram cravos vermelhos. O pretexto do Encontro foi a comemoração do 25.º aniversário do 25 de Abril.

«Haverá quem fale desta iniciativa como uma reunião de velhos saudosistas» - disse, a dada altura, um dos intervenientes, acrescentando: «Aceitemos que nos reunimos para recordar momentos de resistência mas sublinhemos que só quem resistiu pode recordar esses momentos.» De facto, assim é.

Muito simples, tudo: sem ostentações nem exibições de medalhas, sem exigências de louros nem de condecorações: lembrando apenas que, quando foi necessário resistir, houve quem resistisse, que foi bom ter resistido e que, melhor ainda, é resistir sempre. Propondo, apenas, a criação do Dia do Resistente.

A intervenção de quem luta pela democracia, pela liberdade, pela paz, por um Mundo melhor - embora assumindo características, formas e conteúdos diferentes consoante as situações - é sempre uma intervenção de resistência. Durante o regime fascista, lutar por esses objectivos e valores significava resistir à tirania e à opressão sabendo que fazê-lo tinha como consequência previsível, quase inevitável, a perseguição, a prisão, a tortura, muitas vezes a morte. E foram muitos milhares os que optaram pela luta sabendo isso, os que souberam resistir sabendo que só através da luta era possível conter e vencer o fascismo, os que ousaram dizer «não» pressentindo que cada momento de resistência era semente dos cravos vermelhos que haveriam de florir. Foi isso, também, que as centenas de resistentes presentes no Encontro de Almada recordaram. Foi isso, por outras-mesmas palavras, que ali ouviram pela voz de um resistente-Capitão de Abril: «A nossa grande virtude foi termos sabido utilizar as condições criadas pelos muitos milhares que souberam resistir, que souberam dizer 'não'».

A situação vivida no nosso país, hoje - 25 anos depois do 25 de Abril - esteve, como não podia deixar de ser, presente no Encontro de resistentes. E, naturalmente também, a participação do Governo de António Guterres na guerra contra a Jugoslávia foi tema de intervenções: «Estamos novamente a 'levar sementes de morte' a 'terras alheias'». Abril foi um acto pela liberdade e pela paz: «Abril não foi feito para isto.» É verdade que não foi. E o facto de ser um governo que se diz «socialista» ou de «esquerda» a negar tão afrontosamente Abril, deve constituir motivo de reflexão para todos os homens e mulheres socialistas ou de esquerda. O apoio servil e seguidista do governo português e do

Presidente da República aos bombardeamentos sobre a Jugoslávia - decididos pelo governo dos Estados Unidos da América, executados pela Nato e que põem gravemente em perigo a paz mundial - constitui um acto que envergonha Portugal de Abril e os portugueses, que ensombra e mancha as comemorações do 25.º aniversário do 25 de Abril. Um acto a que é necessário resistir, a que é necessário dizer «não».

A cresce que, enquanto toneladas de bombas destruíam e matavam na Jugoslávia, o governo da União Europeia, sob a presidência alemã, aprovava, por unanimidade, um caloroso elogio ao governo da Indonésia pelas «reformas» por este levadas a cabo, nomeadamente em matéria de «melhoria da situação dos direitos humanos». Ou seja: quinze governos europeus, doze dos quais de maioria «socialista», todos apoiantes incondicionais e participantes nos bombardeamentos da Nato sobre a Jugoslávia - e, entre eles, o governo do engenheiro Guterres, representado pelo ministro Jaime Gama - acharam por bem apoiar e elogiar o governo opressor do povo de Timor-Leste, ao que dizem para o «exortar a seguir pelo bom caminho». E o governo indonésio, assim estimulado, seguiu o seu habitual «bom caminho»: deu luz verde aos selváticos massacres de timorenses em Liquiçá, nos dias 6 e 7 de Abril.

E o comunicado posterior, assinado pelos mesmos doze em jeito de acto de contrição e «deplorando o aumento da violência» e as «alegadas (!!!) mortes de civis a 6 e 7 de Abril», não absolve os seus autores do elogio unânime aos tiranos, bem pelo contrário, esse comunicado é da família do suplicante, subserviente e despuadorado pedido de ajuda do ministro Gama à sua gémea Madeleine Albright com a alegação de que «os Estados Unidos são, porventura, o país mais qualificado para exercer qualquer espécie de influência sobre a Indonésia neste contexto».

Enfim, uma política externa feita à imagem e semelhança da que internamente nos é infligida: seguindo o «bom caminho» de cumprir a vontade dos donos do País e dos donos do Mundo.

Tudo isto confirma exemplarmente que, como no Encontro de Almada foi dito, todo o tempo é tempo de resistência neste tempo que vivemos: para pôr fim à participação portuguesa na guerra da Jugoslávia e à subserviência face aos ditames do imperialismo norte-americano; para que Portugal honre os seus compromissos democráticos e históricos com o povo Maubere, respeitando e apoiando a sua luta; para que a soberania e a dignidade nacionais sejam salvaguardadas; para assegurar a defesa dos interesses e direitos de Portugal e dos portugueses; para impedir a aprovação do pacote laboral que Guterres quer oferecer ao grande capital; para impedir o agravamento das injustiças sociais e do aumento do fosso entre ricos e pobres; para garantir aos jovens o direito que têm ao Futuro; para assegurar às mulheres a igualdade a que têm direito; para que seja respeitada a dignidade de todos os reformados e pensionistas; para travar e derrotar a política de direita, seja ela praticada pelo PS ou pelo PSD; para, enfim, cumprir Abril - resistir é preciso.



PCP e Esquerda Unida reúnem-se em Lisboa

RESUMO

7 Quarta-feira

Militantes e dirigentes do PCP e da JCP distribuem em Lisboa folhetos contra os bombardeamentos da NATO ■ Vários deputados do PS questionam os ataques da NATO após a intervenção de Jaime Gama e Veiga Simão na Assembleia da República ■ Portugal oferece-se para instalar campo de refugiados na Albânia ■ Luís Bonina toma posse como director-geral da Judiária ■ Almeida Santos nomeia grupo de trabalho para elaborar um projecto de lei relativo ao perdão de penas ■ Ana Gomes, representante de Portugal em Jacarta, insiste na necessidade da presença da ONU em Timor-Leste ■ Ataque da NATO a Aleksinac destrói várias habitações e mata duas pessoas ■ Soldados jugoslavos minam a fronteira com a Albânia.

8 Quinta-feira

O PCP condena o envolvimento de Portugal no conflito dos Balcãs e propõe aumento semestral das reformas na comemoração dos 25 anos do 25 de Abril ■ Bispo de Díli admite que os mortos do massacre de Liquiçá sejam cerca de duas centenas ■ União Europeia considera necessária a acção da NATO contra a Jugoslávia ■ Autoridades macedónias fecham fronteira em Jazine ■ Angola, Namíbia, Zimbábue e República Democrática do Congo assinam protocolo de defesa mútua.

9 Sexta-feira

É apresentada em Lisboa a lista de candidatos da CDU às eleições europeias ■ Em Setúbal, num comício-festa, Carlos Carvalhas exige o fim dos bombardeamentos da NATO, critica o pacote laboral do PS ■ Leonor Beza e Marques Mendes abandonam lista do PSD às eleições europeias ■ O ministro da Justiça indonésio ameaça Xanana Gusmão de voltar para a prisão de Cipinang se não retirar o apelo às armas ■ O secretário-geral da ONU apela a um cessar-fogo em Belgrado e pede o fim dos ataques da NATO ■ Segundo as últimas estatísticas da ONU, refugiados do Kosovo nos países da região já ultrapassam os 480 mil ■ Golpe de Estado em Niamey mata presidente nigerino.

10 Sábado

Encontro do PCP, em Lisboa, discute eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República ■ PS apresenta os candidatos do partido às eleições europeias no Pavilhão Multiusos em Lisboa ■ Durão Barroso critica demissão de Leonor Beza e exige

responsabilidades, enquanto que Santana Lopes admite poder vir a ser cabeça de lista do PSD às europeias ■ Kofi Annan pede ao presidente indonésio que controle as milícias e não comprometa a solução pacífica para Timor-Leste ■ As milícias pró-indonésias matam a tiro um deputado timorense em Ermera ■ Os países ocidentais mobilizam-se para envolver a Rússia numa resolução do conflito na Jugoslávia.

11 Domingo

Miguel Portas, cabeça de lista do Bloco de Esquerda, critica participação portuguesa no conflito nos Balcãs ■ Jorge Sampaio teme ataque das milícias pró-indonésias à capital timorense ■ Vários jornalistas que acompanharam o bispo Ximenes Belo a Liquiçá são atacados por elementos das milícias pró-integracionistas ■ A NATO aprova a operação «Abrigo Aliado» que vai ajudar os refugiados do Kosovo ■ Segundo a agência jugoslava Tanjug, um míssil atinge um bairro residencial em Novi Sad.

12 Segunda-feira

No colóquio PCP-Esquerda Unida de Espanha, Carlos Carvalhas critica António Guterres e Jorge Sampaio por terem dado o aval ao envolvimento português na guerra contra a Jugoslávia ■ Jaime Gama encontra-se com Madeleine Albright e pede ajuda dos EUA para a situação em Timor, enquanto os Quinze condenam incidentes no território e apelam para a presença urgente da ONU ■ Os bombardeamentos da NATO contra uma ponte ferroviária em Grdelicka atingem um comboio, provocando dez mortos e 16 feridos ■ O Parlamento da República Federal da Jugoslávia aprova a adesão à União da Rússia e da Bielorrússia com o objectivo de criar uma aliança capaz de fazer frente à NATO ■ Kofi Annan afirma estar disponível para dialogar com Milosevic.

13 Terça-feira

A lista proposta por Durão Barroso para as europeias, encabeçada por Pacheco Pereira é aprovada pelo Conselho Nacional social-democrata ■ Presidente indonésio não autoriza inquérito sobre incidentes de Liquiçá ■ António Guterres visita São Tomé e Príncipe ■ Madeleine Albright encontra-se com o seu homólogo russo, Igor Ivanov, para discutirem o conflito na Jugoslávia ■ Clinton anuncia que vai pedir mais fundos para sustentar a ofensiva nos Balcãs ■ Romano Prodi discursa perante o plenário de Estrasburgo e afirma que não vai ser candidato às eleições europeias.

Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
— 1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 — 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linde - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL
(Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 8 100\$00;
25 números: 4 200\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 46 100\$00

EUROPA
50 números: 28 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

RAMBO(uillet)

Não há nada como o tempo para trazer à luz do dia o que na sombra alguns procuram disfarçar. Da esforçada encenação política de Rambouillet acabou por emergir o verdadeiro e único espírito de diplomacia que os Estados Unidos da América e a NATO, enquanto seu instrumento militar, conhecem e impõem. Uma diplomacia concebida à medida de Rambo e à imagem dos seus criadores, construída à lei da força e concebida para impor os seus interesses e objectivos de hegemonia.

Está à vista que o que desde início se procurou foi, não um acordo político sério e equilibrado que desse solução ao problema do Kosovo no respeito pela integridade e soberania da Jugoslávia, mas sim a imposição coerciva de uma solução que representasse em forma de letra a capitulação e rendição que agora sem rodeios se procura pela violência das bombas. Tudo construído, desenvolvido e alimentado por um inigualável império de cínicos e pela sua corte de servos.

Revolta a cínica preocupação humanitária que os mais altos responsáveis do EUA e da NATO aparentam revelar, nos inter-

valos de uns quantos "briefings" para dar conta de uns quantos bombardeamentos e de umas outras tantas deslocações de Clinton à sua casa de férias entrecurtadas por umas outras tantas ameaças e sofridas preocupações manifestadas com aquele ar de pessoa séria que o caso Monica Lewinski revelou ao mundo, face a um drama humanitário de cuja dimensão e agravamento eles são os principais e mais directos responsáveis.

Revolta o cinismo de conceito humanitário diariamente invocado - definido não por critérios de respeito pela vida humana e pela dor ou drama de cada pessoa em si considerada, mas aferido em função do que as circunstâncias aconselham e do que aos interesses políticos em cada momento mais convém. Um conceito que transforma em humanos os curdos do Iraque e em não humanos os da Turquia, em humanos os indonésios e em não humanos os timorenses, em humanos os Kosovares e em não humanos os sérvios. Revolta a descarada instrumentalização a que reduzem a sua relação com a ONU quando justificam a decisão unilateral da acção de guerra contra a Jugoslávia à margem daquela organização com o receio de

uso do direito de veto de países terceiros, quando regular e invariavelmente o usam para impedir a condenação e o cumprimento de resoluções contra Israel e a Indonésia.

Indigna ainda a servil cumplicidade com que a infundável corte de servos constituída pelos principais responsáveis dos governos europeus e das Nações Unidas a começar pelo seu secretário-geral papagueiam, fingindo voz própria, o que horas antes Clinton e Albright lhes haviam dito para repetir.

Pelo meio de tudo isto retenha-se como sinal de esperança que largos sectores de opinião pública mundial continuem atentos à situação: resistindo à inqualificável campanha de lavagem ao cérebro com que a máquina de propaganda dos EUA tem acompanhado a agressão à Jugoslávia; e mantendo aquela reserva de vontade e reflexão própria que as leva a condenar a guerra e a identificar os verdadeiros responsáveis pela multiplicação dos dramas humanos que atingem milhares de homens e mulheres naquela região.

■ Jorge Cordeiro

Esquizofrena ou pior ainda?

Há decerto um grande caricaturista por trás do palco de certas cenas da política portuguesa. Se não houvesse, os personagens não poderiam aparecer-nos assim, comicamente distorcidos nos seus gestos e atitudes, com sorrisos que perderam essência e apenas arrastam uma triste aparência.

Os acontecimentos ocorridos no PSD e no PP, a extinção da AD como pretensa «Traviata» exalando a sua última ária em tom agudo de falsa tragédia, os passos televisivamente registados frente à porta de casa de Leonor Beza, como que pisando o tapete de um pseudoconclio, a delegação final de plenos poderes dos órgãos competentes (que se confessaram incompetentes) ao líder que não elegeram para arrematar uma lista de última hora para a Europa: tudo isso daria tema para uma gostosa «revista à portuguesa»...

Poderíamos concluir que, afinal, o que a direita tem para oferecer é o triste espectáculo de uma opereta cantada em falsete - porque a direita canta mal em Portugal.

Ainda bem. Mas é gente assim que se propõe governar Portugal?

Pessoas que se entregam a manifestações de esquizofrenia colectiva, à volta de disputas pessoais, a merecer tratamento psicanalítico, quando graves problemas se levantam no país?

Estamos em guerra, embora muitos portugueses não o saibam, nem se diga por quê e para quê. Manchas de pobreza alastram no país, o desemprego instala-se como componente estrutural da economia, doenças como a tuberculose aumentam devido sobretudo a carências sociais, agravam-se as desigualdades na distribuição do rendimento.

Perante estes problemas, também a actuação do governo PS sugere reflexões de natureza psico-analítica.

O governo PS, com efeito, parece estar a sofrer da estranha doença que Stevenson apresentou no seu livro «O médico e o monstro», em que o protagonista durante o dia assumia a personalidade do Dr. Jekyll, benfeitor da humanidade, e à noite se transformava no tenebroso Mr. Hyde, autor de múltiplas malfetorias.

A face PS de Dr. Jekyll, risonha, afável e eleitoral, promete solidariedade, fraternidade, diálogo e preocupações sociais. Mas na calada da sombra Mr. Hyde retalha direitos, trilha esperanças prometidas, espezinha legítimas aspirações.

A psicologia ensina que o esquizofrénico padece de dupla ou múltipla personalidade. E diz-nos que, por enquanto, a doença é incurável.

Mas quando ela aparece a nível político e já não atinge só um indivíduo, pode ter graves consequências sociais.

O que exige tratamento adequado.

Na verdade, por trás destes comportamentos de aparência psicopatológica, há interesses, compromissos, ambições de poder, objectivos políticos.

Na direita, para ver, quem, dentre ela, poderá apropriar-se da gestão da política ao serviço do grande capital financeiro, nacional e multinacional. No PS, para encobrir essa mesma gestão ao serviço dos mesmos interesses, na linha dos comportamentos que ao longo deste nosso século moldaram a social-democracia, e de que são comprovação actual as actuações dos partidos social-democratas que hoje governam na Europa.

O que é pior do que perturbações psíquicas. Merece tratamento político. E eleitoral.

■ Aurélio Santos

CONTRA A guerra pela paz

Prosseguem os selváticos bombardeamentos contra a Jugoslávia. Baseado na tremenda superioridade tecnológica, o aparelho militar da NATO vai semeando a destruição de um país que ajudou a moldar a própria identidade europeia. Em nome da resolução do conflito no Kosovo, a NATO alarga-o, agrava-o e torna mais complicada qualquer solução. Por cada dia e por cada noite que passa a NATO vai despejando mísseis e mais mísseis com poder de destruição terrível para tentar vergar um país e obrigá-lo a fazê-lo entrar na sua ordem imperial. Atrás de si deixa um rasto de devastação e centenas de milhares de refugiados.

A NATO, consciente da gravidade da situação, com o poder que tem sobre a comunicação social, pretende apresentar a guerra como uma espécie de jogo em que os "aliados" despejam toda a sua gama de armas "boas e inteligentes" para obrigar o "diabólico" Milosevic a ceder. Para tentar convencer a opinião pública os EUA e a NATO lançam gigantescas campanhas de intoxicação que passam pela demonização dos sérvios. Mas, na verdade, não se resolve o conflito, localizado numa parte da Jugoslávia, criando um muito maior, com destruição de um país que levou séculos a erguer.

Em pleno 50.º aniversário, a NATO mostra ao mundo o seu novo e verdadeiro rosto, a sua nova concepção estratégica abertamente ofensiva, impondo-a aos seus aliados. Depois de ter alargado o seu raio de acção para o centro e o leste europeu, a NATO quer agora estabelecer-se nos Balcãs para melhor dominar a Europa, continuar o cerco à Rússia, controlar uma região por onde passa o petróleo e dominar o mundo.

O que está em causa na Jugoslávia é uma nova ordem internacional imperial construída de acordo com os interesses dos EUA. Esta guerra pretende marginalizar a ONU, a OSCE e impor uma nova ordem, que apenas tenha em conta os interesses dos EUA e de certas potências capitalistas. Antes que os europeus pudessem eventualmente encontrar uma solução, os EUA decidiram optar pela guerra e os governantes europeus deixaram-se vergar às ordens do capataz.

O governo português decidiu erradamente envolver o país na guerra contra a Jugoslávia. O facto de ser membro da NATO não implicava que participasse. Nem o apoio à NATO e aos EUA se tem traduzido em apoio a Portugal para resolver o problema de Timor-Leste. Os massacres prosseguem em Timor-Leste e os EUA e NATO continuam silenciosos. Aliás, por ocasião dos massacres de Liquiçá, Schroder entendeu elogiar o regime de Djakarta...

O governo e o Presidente da República andaram mal e continuam a andar a justificar o injustificável. Em Portugal, como por toda a Europa, cresce a consciência de esta guerra era evitável, e só serve os interesses de algumas potências da NATO, a começar pelos EUA. É, pois, necessário que as movimentações promovidas pelo CPPC e outras organizações prossigam e reflectam a diversidade de posições convergentes contra a guerra e por uma solução pacífica. Enquanto durar a guerra é sempre possível envolver outros países e o próprio continente. É por isso que em cada país, e à escala internacional, se deve erguer um potente movimento de paz contra a guerra.

Para se opor a este intervencionismo militarista é necessário a mais ampla mobilização de forças e cidadãos que defendam o fim dos bombardeamentos, a retirada das tropas portuguesas e a solução política do conflito.

São muitas as opiniões convergentes com estes objectivos, mesmo quando por motivos diferentes ou diferenciados. Mas de momento o decisivo é contribuir para que aqueles objectivos sejam alcançados. As opiniões dão ânimo e podem levar à acção. É, por isso, importante que o movimento da paz possa reflectir essa diversidade, alargando a sua influência e dando a resposta mais ampla possível contra a guerra.

■ Domingos Lopes



Foto: Jorge Caria

Com a guerra da NATO euro cai e dólar sobe

O euro, a nova moeda da União Europeia adoptada oficialmente pelos 15 países membros como divisa única no chamado espaço comunitário europeu, perdeu oito por cento face ao dólar nos primeiros 100 dias da sua vigência como moeda única. A desvalorização da divisa da União Europeia face ao dólar norte-americano acentuou-se significativamente desde que a NATO iniciou a sua agressão militar à Jugoslávia, o que tornou clara uma primeira decorrência desta agressão contra a Jugoslávia conduzida pelos EUA: do ponto de vista económico-financeiro, este conflito nos Balcãs, que abruptamente fez regressar a guerra ao coração da Europa, está a ser um grande «negócio» para os EUA, em detrimento dos seus aliados (e comandados) europeus.



Apesar dos lucros fabulosos Banca recusa melhores salários

Em comunicado conjunto, os três sindicatos bancários que abrangem a totalidade dos trabalhadores da Banca (Sindicatos do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas) tornaram pública a sua indignação contra a intransigência patronal nas negociações da tabela salarial, que as administrações bancárias recusam concluir com os trabalhadores apesar de terem acumulado lucros fabulosos. «Os Bancos têm vindo a divulgar os elevados lucros registados no exercício de 1998, comparando-os com os obtidos no ano anterior, que já tinham sido, de resto, excelentes», recordam os sindicatos, acrescentando que os bancos «reafirmam, por outro lado, a solidez do sistema financeiro português», solidez essa «devida, também, ao forte contributo dos

bancários que se vêm obrigados a trabalhar com ritmos cada vez mais violentos e para além do seu horário normal, sem que as horas suplementares sejam pagas». Apesar de, por exemplo, só os principais cinco grupos bancários terem obtido lucros de 153 milhões de contos o ano passado, a banca continua a querer impor um aumento salarial de apenas 3% para este ano, «uma posição inaceitável para os sindicatos, que fixaram a sua última proposta em 3,8%, após quatro meses de negociações». E sublinham: «Quando se verifica que, em 1998, os lucros dos Bancos referidos [B C P / B P A ; B P S M / B T A / C P P ; B P I ; M e l l o ; B E S] foi de 153 milhões de contos e a diferença entre a proposta sindical e a patronal é de cerca de 1,5 mi-



lhões de contos (menos de 1% dos lucros), facilmente se constata de que lado está a intransigência negocial». As três estruturas sindicais advertem, finalmen-

te, que «não procuram o conflito, mas não hesitarão em tomar todas as medidas que se imponham para a defesa dos interesses dos trabalhadores».

PSD em polvorosa



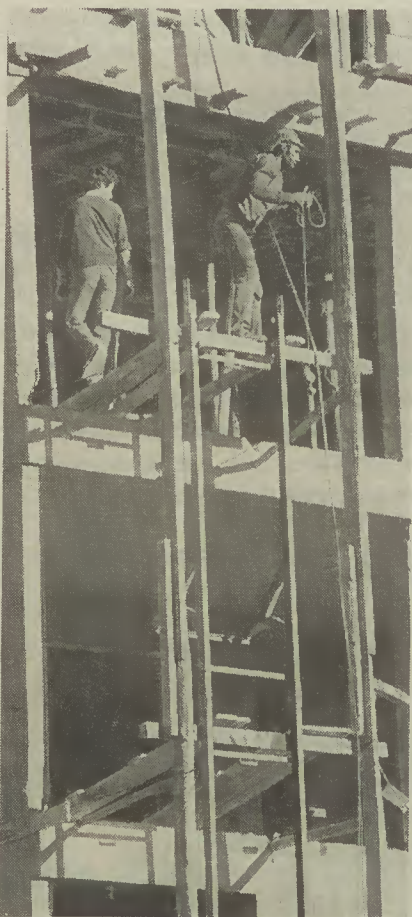
A crise no PSD parece estar aí para lavar e durar. Primeiro, foi Leonor Beza a demitir-se esta semana do seu lugar de cabeça de lista do PSD às próximas eleições europeias, isto apenas uma semana depois de ter reafirmado a sua disponibilidade para assumir o papel, na teatral conferência de imprensa em que o presidente do partido, Marcelo Rebelo de Sousa, desfez o seu negócio com a AD e se demitiu da liderança, enquanto Leonor Beza marcava o território da crise propondo Durão Barroso para a liderança e ela própria para encabeçar a

lista PSD para as europeias. O argumento agora invocado pela versátil ex-ministra da Saúde de Cavaco Silva foi o de não ter obtido a unanimidade do Conselho Nacional (CN) em relação à lista que propunha e, em particular, pela rejeição esmagadora de Marques Mendes para «número dois» da lista, o que foi motivo suficiente para que este, obviamente ofendido, deixasse de participar nas reuniões magnas do CN. Viraram-se então para o não menos versátil Pedro Santana Lopes, procurando empurrá-lo para o encabeçamento da lista. Des-

confiado com a fatura, Lopes recusa também sob a sua mais firme alegação dos últimos tempos – a da sua «responsabilidade com a Figueira da Foz» onde, como se sabe, conquistou surpreendentemente a presidência da Câmara nas últimas eleições autárquicas. Perante isto, Durão Barroso teve de sair das copas em que andava metido e assumiu a criação de uma lista da sua iniciativa e responsabilidade, que «não será negociável».

À cabeça da lista, o inefável Pacheco Pereira seguido de Vasco Graça Moura.

Baixa de novo crédito à habitação

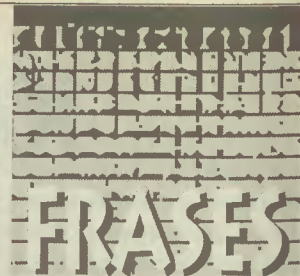
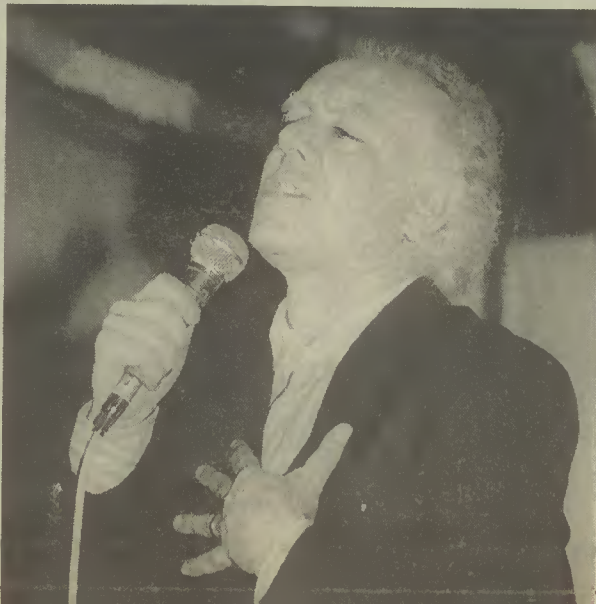


Não foi preciso muito tempo: três horas depois de o Banco Central Europeu (BCE) ter anunciado um corte na sua taxa directora, desencadeou-se nova «guerra» comercial na concessão de crédito à habitação em Portugal, com uma generalizada descida das taxas de juro. O primeiro financiador a abrir as hostilidades foi o Banco Bilbao Vizcaya (BBV), que ofereceu empréstimos meio ponto mais baratos, indicando uma taxa garantida a seis meses de 3,25%, actualmente o valor mais baixo do mercado, enquanto a Caixa Geral de Depósitos (que continua a ser a grande financiadora de crédito para habitação) e o Banco Comercial Português (BCP) já afirmaram que também estão a estudar descidas de juros, o mesmo se passando, já, com o Banco Santander Portugal, esperando-se que as restantes entidades bancárias que entraram em força neste ramo de negócio acabem por fazer o mesmo. Uma coisa é certa: os empréstimos para a compra de casa vão mais uma vez baixar para a generalidade dos Portugueses, tanto mais que os dois indexantes mais utilizados no crédito à habitação, Lisbor e Euribor, registaram também descidas significativas, na sequência da decisão do Banco Central Europeu.

Globo de Ouro para Carlos do Carmo

O fadista Carlos do Carmo recebeu o Globo de Ouro «por Mérito e Excelência» atribuído na quarta edição desta gala anualmente promovida pela SIC, segundo modelo inspirado na entrega dos Oscars em Hollywood. O prémio atribuído a Carlos do Carmo quis premiar a sua brilhante carreira, não apenas como fadista emérito e profundamente original, mas também como um grande e versátil intérprete de canções, com créditos há muito firmados tanto no país como no estrangeiro. O prémio foi acompanhado por um cuidado trabalho audiovisual per-

correndo e homenageando a carreira do artista, tendo este sido «apanhado completamente desprevenido», como ele próprio confessou. No agradecimento que proferiu, perante uma plateia que o aplaudia entusiasticamente e acompanhado pelo próprio presidente da SIC, Pinto Balsemão, que fez questão de lhe entregar o prémio, Carlos do Carmo citou Marcello Mastroianni e disse: «Escolhi a profissão que queria, tenho paixão por ela, pagam-me, de vez em quando dão-me prémios e até me aplaudem. O que posso querer mais?»



“As eleições europeias poderiam ter sido a última derrota de Marcelo Rebelo de Sousa. No pé em que as coisas estão, arriscam-se a ser a primeira derrota de Durão Barroso.”

(M. Bettencourt Resendes - «Diário de Notícias», 13.04.99)

“O Governo anda a mendigar nos corredores de Berlim e Bruxelas a condenação da União Europeia ao novo massacre em Timor-Leste. Os portugueses não merecem tanta vergonha.”

(António Ribeiro Ferreira - «Diário de Notícias», 09.04.99)

“A sociedade ocidental está chocada com a guerra na Europa, mas chocou-se com os genocídios em África, de Angola, de Moçambique, da Libéria, da Serra Leoa, do Ruanda, do Burundi, dos Congos?”

(Clara Ferreira Alves - «Expresso», 10.04.99)

“O império americano inchado de dinheiro e de bem-estar entrou em decadência. Cada povo tem os governantes que merece, esta América merece a hipocrisia, o pragmatismo e a inteligência mediática de Clinton.”

(idem)

“Ver a França, por exemplo, a atacar a Jugoslávia para defender os direitos humanos no Kosovo dá vontade de sorrir. A França que está muito preocupada com os albaneses do Kosovo, mas que se recusa recebê-los, nem que seja como refugiados provisórios. A França que está indignada com a limpeza étnica de Belgrado, mas que armou o braço e se tornou cúmplice activo do massacre do Ruanda, o maior genocídio da história de África e o maior do pós-guerra, a seguir ao do Cambodja dos Khmer Vermelhos. A França que inspira golpes de Estado e estimula guerras civis em África para garantir os contratos das suas empresas.”

(Miguel Sousa Tavares - «Público», 09.04.99)

“Pode designar-se, adequadamente, por “guerra” esta intervenção da NATO no Kosovo? A desproporção de forças é tamanha que, à semelhança do sucedido no Iraque, faria mais sentido designá-la por operação de polícia aérea.”

(Mário Mesquita - «Público», 11.04.99)

“O discurso abstracto do moralista, que não cura das circunstâncias, nem dos limites, situa-se no limiar da demagogia. Talvez seja oportuno recordar, a este respeito, que, conforme têm sublinhado os russos, a guerra da Tchecoslováquia causou um número de vítimas mil vezes superior ao do Kosovo. Mas os “cidadãos do mundo” não estiveram lá, nem a NATO ou os norte-americanos se lembraram de invocar o dever de ingerência humanitária.”

(idem)

“A desestabilização no Benfca desestabiliza o país. Vejam lá se querem que a NATO intervenha...”

(Mário Castrim - «Tal & Qual», 09.04.99)

ENCONTRO NACIONAL PCP

10.ABRIL.1999
10H30
HOTEL ALTIS - SALA EUROPA
LISBOA

Encontro nacional define objectivos eleitorais

Mais votos, mais deputados da CDU

O caminho para uma alternativa democrática só poderá ser aberto pelo reforço da CDU, considerou Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, na abertura dos trabalhos do Encontro Nacional do Partido sobre eleições, realizado no passado sábado em Lisboa. Esse reforço significa mais votos e mais deputados eleitos no Parlamento Europeu e na Assembleia da República.

Com a participação de várias centenas de dirigentes e militantes comunistas de todo o País, deputados no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, nos trabalhos estiveram ainda como convidados representantes do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Associação Intervenção Democrática.

Num ano em que pela primeira vez se sucedem dois actos eleitorais, apenas separados pelo Verão e as férias, o Encontro do PCP dividiu-se em dois painéis, ambos em plenário, dedicados às eleições para o Parlamento Europeu e Assembleia da República.

No final, foi aprovada por unanimidade uma declaração programática sobre as europeias de 13 de Junho, a que seguiram as intervenções da primeira candidata ao Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, e do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas (ver intervenções nas páginas 15 a 18).

No primeiro painel, o eurodeputado Sérgio Ribeiro recordou a intensa actividade dos três deputados comunistas, os quais, como mais tarde sublinharia Carlos Carvalhas, são responsáveis por um terço do total de intervenções, perguntas e relatórios efectuados pelos 25 deputados portugueses no PE.

Para Sérgio Ribeiro, os deputados comunistas fizeram a sua «obrigação», mas «pena é que outros tenham trabalhado tão pouco e que mesmo assim queiram ir para o Parlamento Europeu descansar ou para ter reformas antecipadas aos trinta e pou-

cos anos», disse. Depois deste breve balanço, Honório Novo, igualmente deputado no Parlamento Europeu pelo PCP, apresentou a declaração programática que começa por recordar que «a vida política, económica, social e cultural em Portugal é hoje fundamentalmente condicionada por orientações e decisões tomadas em instâncias europeias».

O federalismo neoliberal

O documento demonstra que a União Europeia aprofundou o projecto federal e a orientação neoliberal com os tratados de Maastricht e de Amesterdão, políticas que, tendo sido determinadas nos últimos anos por governos de direita (democratas-cristãos/conservadores/liberais), em nada se alteraram com a chegada ao poder de socialistas e sociais democratas em 11 dos 15 países da comunidade.

Em relação às incidências no nosso país, a declaração constata que, apesar das transferências financeiras, o tecido produtivo continua a apresentar grande debilidades ao mesmo tempo que se acentuam as desigualdades sociais, a pobreza e a precariedade laboral.

Por outro lado, os governos PSD e PS negaram aos portugueses quaisquer possibilidades de se pronunciarem sobre matérias europeias, isto apesar de terem sido tomadas decisões relevantes, que comportam grandes riscos para todos. Entre estas destacam-

-se as reformas institucionais, a concretização do euro, o alargamento da UE e as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nas reformas institucionais, para além da introdução de votações por maioria, limitação dos membros da Comissão e eliminação do princípio da rotatividade da presidência europeia, há a tentativa de consagrar as chamadas «línguas de trabalho», medida que foi condenada por Nélia Correia, participante no Encontro por Alcácer do Sal, que relatou aos presentes as enormes dificuldades lingüís-

ticas já hoje existentes na apresentação de projectos à Comunidade.

Portugal pode sofrer ainda impactos negativos com a concretização do euro, com o alargamento da União a dez países do centro e leste europeu e a Chipre, bem como será afectado pelas negociações na OMC, nas quais a União Europeia tem mostrado tendência para se submeter aos interesses dos Estados Unidos.

Ao serviço de Portugal

A declaração defende uma estratégia de desenvolvimento sustentável que assegure o desenvolvimento de Portugal, para o que devem ser utilizados completa e correctamente

os fundos comunitários. Neste sentido, é ainda considerado necessário o envolvimento e participação das instituições, em especial da Assembleia da República e dos deputados no PE, das autarquias locais, bem como das organizações de trabalhadores e outras organizações sociais, agentes económicos e culturais.

Os comunistas pronunciaram-se por uma Europa social, solidária e de coesão com mais emprego e mais direitos, objectivos que pressupõem mudanças profundas na política económica e monetária, com o abandono das orientações neoliberais, reforço do investimento público e incentivos ao investimento produtivo e à dinamização do mercado interno.

A reorientação de políticas sectoriais, nomeadamente

em relação à agricultura e às pescas, o respeito pela soberania dos estados e a rejeição do federalismo como modelo são outros aspectos de relevo na declaração aprovada, que recusa ainda a ideia de «Europa fortaleza» e a subordinação da União Europeia à NATO, preconizando a dissolução da Aliança Atlântica.

Neste painel sobre as eleições europeias, Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central, explicou as linhas gerais da campanha do Partido, enquanto Ana Serrano, membro da Comissão Nacional de Eleições, alertou para a nova lei que torna o recenseamento permanente e permite que todos os jovens que até ao dia das eleições completarem 18 anos possam recensear-se e exercer o direito de voto.



Política de esquerda, só com PCP

A sessão da tarde foi dedicada às eleições para a Assembleia da República, tema introduzido por Octávio Teixeira, líder do grupo parlamentar do PCP. Este deputado fez uma breve balanço desta legislatura, durante a qual, considerou, apenas o PCP foi oposição ao Governo, já que tanto PSD como CDS/PP, nas questões fundamentais, votaram ao lado do partido do Governo.

Contudo, «o PCP não pode ser acusado de ter sido uma força de obstrução», frisou Octávio Teixeira, recordando que os comunistas votaram projectos do PS, nomeadamente o do Rendimento Mínimo Garantido, apesar dos socialistas terem chumbado um diploma semelhante saído da bancada do PCP.

Para além disso, o grupo comunista conseguiu aprovar nesta legislatura 40 projectos de lei, que foram ou estão a ser transformados em leis da República. São 40 leis «positivas para os trabalhadores e para a população em geral, mesmo que em certos aspectos tenham sofrido alterações», disse o parlamentar do PCP.

Estes resultados - a que se somam numerosas intervenções no sentido de impedir a passagem de propostas do Governo, bem como na alteração e melhoria projectos apresentados - só foram possíveis porque não havia maioria absoluta na AR, afirmou Octávio Teixeira, sublinhando que «qualquer medida, mesmo do Governo, que tenha algum cunho de esquerda só foi aprovada porque o PCP votou a favor, a direita votou sempre contra». Por isso, disse o deputado, «uma viragem à esquerda só é possível com o PCP».

Votar útil

Edgar Correia, membro da Comissão Política, falou a seguir sobre o programa eleitoral do Partido para as legislativas, sendo seguido pela deputada Odete Santos que, começando por apelar à participação das mulheres na campanha da CDU, discorreu sobre a temática da igualdade de direitos entre homens e mulheres, das suas causas económicas, sociais e, como realçou, ideológicas: «a discriminação tem como base a mulher trabalhadora e ao poder económico neoliberal continua a interessar esta situação. (...) A discriminação sexista convém ao poder político que convém ao poder económico que comanda esse poder político».

As intervenções da mesa terminaram com Vítor Dias, membro da Comissão Política, que refutou a teoria do voto útil no PS, considerando que com a dissolução da AD, o perigo da direita voltar ao Governo é nulo. Desta forma, «o voto útil não tem justificação». Mas mesmo que a direita tivesse hipóteses de ganhar, permaneceria válida a necessidade do voto na CDU: «O que altera a força dos campos não são deslocamentos dentro de um deles», sublinhou Vítor Dias,

Este dirigente alertou ainda para o facto de tudo estar preparado para que os eleitores se transformem em meros espectadores da política, e apelou à iniciativa e envolvimento das organizações e dos militantes como condição do sucesso das campanhas eleitorais que se avizinham.

ALENTEJO

PCP com nova estrutura

Na sequência das decisões tomadas na sua última Assembleia, realizada em 28 de Fevereiro, a Organização do Alentejo pôs em andamento uma nova estrutura orgânica de direcção na região. Assim, a partir de agora, a Direcção Regional do Alentejo passa a integrar quatro Direcções de Organização: a Direcção da Organização de Portalegre (DORPOR), a Direcção da Organização de Évora (DOREV), a Direcção da Organização de Beja (DORBE) e a Direcção da Organização do Litoral Alentejano (DORLA). Direcções que coordenará e dirigirá. Entretanto, a DORBE responderá pelas organizações dos concelhos do distrito de Beja, com excepção de Odemira e a DORLA pelas organizações dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines, do distrito de Setúbal, e pela organização do concelho de Odemira, do distrito de Beja. A sede da DRA situa-se na Rua Ramos da Costa, n.º 9, 7540 - Santiago do Cacém, com o telefone 09/825330 e o fax 069/826831.

ÉVORA

Idosos sofrem carências

A Direcção Regional do Alentejo do PCP promoveu na semana passada um conjunto de iniciativas de contacto com os reformados e as suas estruturas no concelho de Évora, tendo em conta que em 1999 se assinala o Ano Internacional do Idoso. Um Encontro Concelhio de Reformados, culminando a iniciativa e as visitas a várias Associações, Centros de Dia e MURPI do concelho, fez o balanço dos contactos estabelecidos e trouxe à discussão os principais problemas levantados. As carências nos apoios às Associações e IPSS, as baixas reformas, a insuficiente e deficiente assistência médica, o isolamento a que estão votados os idosos, principalmente nas freguesias rurais, e a falta de transpores públicos para a sua deslocação foram alguns dos problemas detectados, aos quais os comunistas consideram necessário dar resposta satisfatória. Por seu lado, o PCP vai continuar a lutar por reformas dignas, por um verdadeiro e eficiente Serviço Nacional de Saúde, por mais profissionais nos Centros de Saúde e pela disponibilização de mais verbas para a Segurança Social.

PORTALEGRE

Salários em atraso na Robinson

Na sua reunião de sexta-feira passada, o Executivo da Direcção da Organização Regional de Portalegre analisou a situação continuada de salários em atraso na empresa Robinson Bros e a escalada da guerra na Europa, fruto da agressão da NATO à Jugoslávia. Entretanto, face à deslocação a Portalegre do secretário de Estado da Segurança Social para, segundo a comunicação social, visitar o Serviço Sub-Regional da Segurança Social e participar numa iniciativa do PS, os comunistas, partindo do princípio de que as visitas de governantes pressupõem «uma melhoria da acção governativa», propõem ao secretário de Estado que troque a sua presença na iniciativa do PS por uma outra acção que lhe permita conhecer e encontrar soluções para os trabalhadores da Robinson Bros. No que respeita à agressão da NATO contra a Jugoslávia, a DORPOR defende o fim da guerra e a retomada de negociações políticas, ao mesmo tempo que apela a todos os portalegrenses e organizações cívicas para que façam ouvir a sua voz em defesa da paz.

PARIS

Encontro discute eleições

O Secretariado da Região de Paris do PCP propôs à Comissão Eleitoral da CDU-França a realização, no dia 2 de Maio, no n.º 1 da Rue de Nantes, em Paris, de um Encontro para assinalar o lançamento da campanha eleitoral da CDU às eleições para o Parlamento Europeu. Convidando todos os militantes e amigos a assistir ao Encontro, o Secretariado considera que as eleições para o Parlamento Europeu «constituem uma tarefa política prioritária e representam a possibilidade real de dar mais força ao PCP e à CDU» e lembra a necessidade de dinamizar a Campanha de Fundos em curso, como forma de contribuir para o êxito da campanha.

O PCP apela ainda à Comunidade Portuguesa para que participe nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril e reclame o fim imediato dos bombardeamentos da NATO na Jugoslávia e a realização de um debate urgente no Parlamento Europeu, com a participação do Conselho Europeu, sobre esta agressão.

Comício-Festa em Setúbal

Sala cheia no Luísa Todi

Logo ao princípio da noite da passada sexta-feira, no Fórum Municipal Luísa Todi, em Setúbal, se percebeu que o comício-festa do Partido, comemorativo do 78.º aniversário do PCP e do 25.º aniversário do 25 de Abril, organizado pela Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP iria ser um sucesso.

Enquanto o jovem Miguel corria os dedos por um instrumento de teclas que acompanhava a passagem no *video-wall* das imagens dos primeiros momentos e primeiros dias da Revolução, a sala enchia-se ininterruptamente.

Com a participação de Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas, a grande iniciativa do PCP foi marcada de imediato com extractos do poema de José Carlos Ary dos Santos, lidos por Rita Sales e Fernando Casaca, produtores e actores de teatro, aos quais se seguiu a actuação de Helena Guerra e outros músicos da cidade sadina, que levaram a sala ao rubro.

Coube a Manuel Pisco, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e do Executivo da União dos Sindicatos de Setúbal e vereador da Câmara Municipal de Setúbal, anunciar a mesa da presidência do evento, composta por membros dos organismos executivos da DORS do PCP, dirigentes sindicais e do movimento associativo e cooperativo, deputados do PCP, autarcas da CDU, jovens da JCP, Carlos Humberto, da DORS e da Comissão Central de Controlo, Virgílio Azevedo, do Secretariado, e Jorge Pires, da Comissão Política.

Inês Lee, da Direcção Nacional da JCP, foi a primeira a intervir, dando especial ênfase à guerra contra a Jugoslávia e repudiando o envolvimento de Portugal na mesma. «Esta guerra não dá razão a ninguém - disse -, porque a violência não pode ser o caminho. Mas mais violenta é a intervenção da NATO, que está a criar uma guerra para corresponder aos interesses políticos, económicos e estratégicos dos Estados Unidos, provocando verdadeiros massacres com bombardeamentos que falham o alvo por mais de dois quilómetros e acabam assassinando dezenas de pessoas.»

CAMARADAS FALECIDOS

Francisco Martins Arcângelo

Faleceu no passado dia 2 de Abril, com 70 anos de idade, o camarada Francisco Martins Arcângelo. Militante do Partido desde 1974, estava organizado no Bom Sucesso, freguesia de Alverca.

Joaquim Valentim Correia

Faleceu no dia 31 de Março, com 66 anos de idade, o camarada Joaquim Valentim Correia, construtor civil. Membro do Partido desde 1975, foi sempre um camarada dinâmico e activo na organização da freguesia de Amora onde, entre muitas outras, desempenhou tarefas na área da Propaganda. Foi membro da Comissão de Freguesia de Amora do PCP e da Comissão de Moradores da Cruz de Pau. Fez parte dos corpos gerentes do Clube Recreativo da Cruz de Pau e do Clube «Águias Unidas» do Fanqueiro. Foi eleito na Assembleia de Freguesia da Amora no mandato 1985-1989 e foi eleito na Junta de Freguesia no de 1989-1993.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

alguns andam por aí a dizer, que vão para Bruxelas para descansar da política activa, os deputados do PCP vão para trabalhar! Os três deputados comunistas eleitos no PE apresentaram um terço do global das propostas de todos os deputados portugueses, que são 25. Estão no PE para uma missão importante e, por isso, não basta que nos dêem razão quanto às nossas propostas, mas também que nos dêem mais votos para com mais força para defender os interesses do País e do povo».

Antes da intervenção de Jorge Pires, Ilda Figueiredo salientou o reforço da sua disposição e determinação como candidata do PE

pelo acolhimento que já teve na região de Setúbal, em iniciativas de comemoração do aniversário do Partido e no contacto directo com os trabalhadores da Lisnave/Margueira (Almada), à saída da empresa.

Coube a Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, a última intervenção do comício que encerrou ao som de «Grândola, Vila Morena» e, naturalmente, do «Avante, camaradas!», da «Internacional» e do Hino Nacional, cantados em uníssono pela Assembleia. Não antes, porém, de Manuel Pisco ter anunciado os cerca de 250 contos que a recolha de fundos rendeu.

PCP na primeira linha de combate

Na sua intervenção, Jorge Pires considerou que «se é verdade que o PCP precisa dos trabalhadores» é igualmente verdadeiro que os trabalhadores «precisam do PCP ainda mais forte e mais interventivo».

«É ou não verdade», perguntou, «que tem sido com a intervenção determinante dos eleitos comunistas», e de outros democratas que com eles trabalham, «que o distrito de Setúbal aparece hoje no plano nacional colocado nos primeiros lugares, em muitos dos índices a partir dos quais é possível medir os níveis de qualidade de vida das áreas da responsabilidade autárquica?»

Por isso, «faz rir» ouvir os responsáveis do PS no distrito afirmarem que o Partido «não se moderniza» ou «é um entrave ao desenvolvimento».

«Então, quem é que tem estado na primeira linha do combate, com propostas concretas de grande relevo, para a concretização de grandes projectos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento da região», como, entre outros, o Aeroporto Internacional de Lisboa no

Rio Frio, o TGV de Lisboa/Madrid, o Metropolitano Sul do Tejo ou a Circular Regional Interna da Península de Setúbal que ligará a Trafaria à Ponte Vasco da Gama?

«Mas então o que é ser moderno?», continuou. «É despedir trabalhadores» e «fazer falsas promessas» que depois não se cumprem, como está a acontecer na Sodis Ex-Renault e na AGAERRE? É «pagar aos armadores para abaterem embarcações» e «dar milhões de contos aos agrários para não produzirem»? É «destruir» o aparelho produtivo e «substituí-lo» pela importação de produtos vindos do estrangeiro?

É «retirar direitos aos trabalhadores» ou «manter mais de 80 mil utentes no distrito de Setúbal sem médico de família?»

«Isto não é ser moderno e muito menos servir os interesses da região e dos trabalhadores», disse, concluindo: «Esta é uma postura de seguidismo e de submissão perante os interesses dos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros.» Uma «modernidade» de que os trabalhadores e a região «não precisam!»

Honório Novo no Porto

Mais fundos para as Pescas

O deputado comunista ao Parlamento Europeu, Honório Novo, acompanhado de José Timóteo e Serafim Brás, da DORP do PCP, encontrou-se, na quinta-feira passada, com dirigentes da Associação Nacional

das Indústrias Conserveiras de Peixe, com dirigentes de Organizações de Produtores de Matosinhos, com trabalhadores da Conserveira Pátria e com pescadores de Matosinhos e Gaia.

A delegação do PCP, que teve oportunidade de verificar situações de incumprimento da lei, designadamente do horário semanal de 40 horas, e as preocupações que existem sobre as consequências das alterações do Governo à legislação laboral, realizou, ainda, na lota de Matosinhos, um *meeting* com dezenas de pescadores que se encontram em greve para obrigar os armadores a negociar uma nova contratação colectiva.

«Alterar condições laborais que não mudam há cerca de 30 anos e aumentar de 25 para 35 contos o salário de pescadores que há anos não é mexido, constituem reivindicações perfeitamente legítimas», disse Honório Novo, para quem «é inadmissível o silêncio do Governo perante a justiça da greve dos pescadores de arrasto», um silêncio

que, na sua óptica, «mais parece um apoio encapotado ao patronato».

No decurso dos vários contactos efectuados, a delegação comunista lembrou o facto de terem sido os deputados do PCP ao Parlamento Europeu que propuseram e fizeram aprovar a manutenção das 12 milhas marítimas sob exclusiva soberania portuguesa e o seu alargamento para as 24 milhas. Ou seja, a aprovação pelo PE de uma orientação essencial de que o Governo português se deverá servir nas negociações da Nova Política Comum das Pescas, já que 80% da nossa frota exerce a sua actividade naquela plataforma continental.

Honório Novo manifestou ainda viva preocupação com os co-financiamentos comunitários no investimento para modernização da frota e da indústria que, a não serem alterados como os comunistas atempadamente propuseram, poderão traduzir-se por dificuldades acrescidas para o sector das pescas.

5.ª Assembleia de Leiria Reforçar o PCP e a CDU



A 5.ª Assembleia apontou como uma das prioridades o reforço e crescimento do PCP no distrito de Leiria

Ilda Figueiredo na Madeira

A Europa e a situação política nacional e internacional, nomeadamente a agressão da NATO contra a Jugoslávia, foram alguns dos temas abordados por Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu, no programa «Fórum Rádio Diário/TSF» em que participou, quando da sua deslocação, na semana passada, à Madeira.

Ilda Figueiredo, que visitou a Madeira para contactar de perto com a realidade regional, contactou ainda, na zona do

Caniçal, os pescadores vítimas da crise provocada pela falta de atum e gaiado nas águas madeirenses, situação, aliás, já apresentada pelos eurodeputados comunistas no Parlamento Europeu. A esse propósito, a candidata da CDU apelou ao Governo para que, independentemente dos apoios que possam vir a ser concedidos pelo Governo ou pela União Europeia, atribua rapidamente aos pescadores o subsídio de emergência, já que estão em causa as condições de subsis-

tência de um largo número de famílias de pescadores e de comerciantes, a cujo crédito os pescadores se vêem obrigados a recorrer.

Mas, conforme Ilda Figueiredo pôde constatar na visita que fez à Fajã (Panasqueira, Câmara de Lobos), é igualmente urgente a atribuição de subsídios aos agricultores que viram as suas colheitas destruídas pelas intempéries. Os produtores agrícolas tiveram então oportunidade de lhe expor a gravidade dos prejuízos que sofreram. Prejuízos que o Governo Regional teima em ignorar, numa zona onde a agricultura desempenha um importante papel nas economias familiares.

Por fim, a candidata participou no debate subordinado ao tema «Novo Rumo na Construção Europeia», que a organização do PCP promoveu no Centro de Trabalho do Funchal, apresentando, em traços gerais, as linhas básicas de orientação para a actuação dos eleitos do PCP e da CDU em defesa dos direitos de Portugal e dos portugueses.

«Reforçar o PCP, Dar Força à Esquerda» foi o lema que presidiu à 5.ª Assembleia de Organização Regional de Leiria que, no passado domingo, se realizou no Auditório do Clube Stella Maris, em Peniche, com a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e, entre outros, de Fernanda Mateus, da Comissão Política, Rosa Rabiais, do Secretariado, e Sérgio Ribeiro, deputado ao Parlamento Europeu.

A 5.ª Assembleia de Leiria, com a participação de 120 delegados, procedeu à avaliação das mudanças ocorridas nos diversos sectores da vida regional e dos principais problemas que afectam os trabalhadores e as populações do distrito e fez o balanço da actividade desenvolvida pelo PCP desde Março de 1999, data de realização da 4.ª Assembleia.

Na intervenção de abertura, José Augusto Esteves, membro da DORLEI, analisou as profundas repercussões que «as fases de crise e depressão de 1992 a 1994 tiveram nos sistemas produtivo e de distribuição do distrito», considerando que o período que decorreu desde a 4.ª Assembleia corresponde «à fase de reanimação e de expansão do ciclo económico». Esta conjuntura favorável, escondendo ou atenuando muitas debilidades do sector produtivo, tem levado a que o PS e o Governo pretendam «fazer crer que, graças à sua política, os problemas estão resolvidos ou em vias de solução».

Não é assim, diz José Augusto, enunciando as dificuldades por que passam os vários sectores, da agricultura à pesca, da indústria ao comércio.

Se é certo que neste período se assistiu à revitalização de sectores abalados pela crise, como o do vidro, onde a luta dos trabalhadores obrigou a encontrar algumas soluções, a aumentar a produtividade e o rendimento, também é certo que quase sempre isso se verifica à custa do factor trabalho, da precariedade e do aumento da exploração.

Por outro lado, ao contrário do prometido reforço do investimento no distrito, o que se constata é o agravamento do desequilíbrio e um baixíssimo grau de execução dos planos, diz este dirigente, prosseguindo a análise à situação nas áreas do ambiente, da saúde, da educação e do ensino, apontando as soluções que o PCP preconiza para a sua alteração e enumerando as orientações que a Resolução Política traça para o reforço do PCP e da sua influência na região.

Por sua vez, Jorge Amador denuncia a grave crise social que se vive em Peniche - só comparável à da região do Vale do Ave -, que tem na origem o abatimento de dezenas de embarcações e a consequente redução para metade da pesca do cerco, onde se regista o envelhecimento da frota e a quebra do preço do pescado, com particular incidência nas capturas da frota da sardinha - a mais empregadora - e na indústria conserveira, em consequência da aprovação e ratificação do acordo Euro-Mediterrânico com Marrocos no plano comercial.

Contra agressão da NATO

Aliás, a situação de crise persistente que o concelho de Peniche tem vindo a atravessar, como consequência da submissão às políticas comunitárias restritivas da actividade piscatória, motivou a aprovação pela Assembleia de um documento

exigindo ao Governo a aprovação de medidas urgentes no sentido do apoio à renovação e modernização da frota pesqueira e ao combate às situações que afectam a população.

Entretanto, a Resolução Política aprovada aponta para quatro prioridades de acção, visando o reforço eleitoral do PCP em 1999; uma política de esquerda e o desenvolvimento regional; o reforço da intervenção dos trabalhadores e das populações e o impulso à acção do movimento de massas; o reforço e crescimento do PCP no distrito de Leiria.

O documento perspectiva ainda a necessidade de aumentar a votação e o número de deputados eleitos pela CDU, quer no Parlamento Europeu quer na Assembleia da República, como condição indispensável para a defesa dos interesses do País e da região e como forma de abrir caminho a uma viragem à esquerda e a uma política nacional onde o PCP e a CDU tenham um peso eficaz nas soluções políticas e governativas.

Ao mesmo tempo, a Resolução avança um conjunto de propostas, no sentido do apoio efectivo à actividade produtiva, com o desenvolvimento e modernização da economia regional, a promoção da qualidade de vida e a defesa do meio ambiente, a garantia de promoção da educação, da cultura, ciência e tecnologia.

Os delegados à 5.ª Assembleia da ORLEI aprovaram ainda uma moção condenando vivamente a agressão da NATO à Jugoslávia e uma outra apelando ao envolvimento dos comunistas e democratas da região nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril.

Por fim, a Assembleia, cujos trabalhos foram encerrados com uma intervenção de Carlos Carvalhas, elegeu a nova Direcção Regional composta por 36 membros, dos quais 25% são mulheres.

Porto Um encontro de poemas e afectos

Por iniciativa do Sector Intelectual do Porto, realizou-se no espaço-convívio do Centro de Trabalho da Boavista, um encontro com Arnaldo Mesquita, a propósito do lançamento do seu último livro de poemas «Sejam Amplas as Janelas».

Advogado há muitos anos no Porto, o seu perfil de lutador antifascista, de cidadão activo nas grandes batalhas cívicas, as suas qualidades humanas dominaram a maioria das intervenções feitas por camaradas e amigos, alguns vindos de Lousada, concelho onde foi eleito pelo PCP na Assembleia Municipal.

A homenagem ao homem acabou, assim, por se sobrepor à análise da obra poética. O que é natural, como disse Jorge Sarabando, uma vez que a poesia de Arnaldo Mesquita é inseparável do seu percurso de lutador pela liberdade e de uma sociedade mais justa.

Uma poesia que encontra as suas fontes no silêncio e no sofrimento das prisões fascistas e se tornou um campo privilegiado de harmonia e autenticidade, de ligação à vida.

Durante a sessão, que reuniu uma centena de pessoas e contou com a declamadora Aurora Gaia, foram lidos poemas que, como este, retratam bem a qualidade e o sentido da obra de Arnaldo Mesquita: «... Um homem / novo ou velho / saiba manter-se de pé / quanto mais dobre o joelho / mais deixa de ser quem é / de dobrado não se vê».

Coimbra Juntos por Abril

Foram perto de 300, numa mistura de várias gerações, juntos num jantar-festa, na Sexta-feira passada, em Coimbra, da iniciativa da Comissão Concelhia do PCP e do Sector Intelectual.

Recordou-se a luta do PCP e o 25 de Abril, recordaram-se episódios, juntaram-se abraços e forças, olhou-se o passado sem nostalgia, falou-se do presente com sentido crítico e «carregaram-se baterias» para as próximas batalhas políticas, numa noite que foi jovem, alegre e animada.

Recordou-se o Comité Regional das Beiras do PCP, em que participavam, na clandestinidade, António Lopes, Carlos Luís Figueiras e Vasco Paiva e uma reunião com Carlos Costa, no princípio de Abril de 74, no rescaldo do 16 de Março, então responsável por toda a organização do Norte e Beiras (DORN). Conversando-se, então, naturalmente do que se deveria fazer numa situação semelhante - em que tropas saíssem à rua - a estratégia ficou muito clara: trazer o povo para a rua!

E assim, às primeiras horas do 25 de Abril, os funcionários do PCP na região das Beiras correram a casa dos militantes, uniram e mobilizaram, começando a multiplicar-se, nas principais ruas da cidade, as manifestações, o cerco à

PIDE em Coimbra, a exigência de que a revolução não ficasse por ali.

Como afirmou Carlos Costa, não teria sido possível uma tamanha adesão popular ao 25 de Abril em todo o País, em tão pouco tempo, não fora a acção persistente, esclarecedora e de mobilização dos comunistas, durante o fascismo e imediatamente após as primeiras notícias das movimentações militares.

António Lopes, por sua vez, lembrou as resistências que nos dias a seguir houve que vencer para impor a legalidade do PCP e Vasco Paiva fez questão de referir a aposta que o Partido, já nesses tempos, fazia na juventude.

Recordaram-se os encontros na clandestinidade, a «imensa alegria» - como dizia Pires Jorge - que se punha nas tarefas e, dias depois do 25 de Abril, o orgulho com que se ostentava o emblema do PCP na lapela.

À entrada do recinto do jantar-festa, uma pequena exposição fotográfica era ponto de encontro e de lembranças - «Este sou eu!», «olha, ali está fulano!» ou «já não cabia nem mais uma pessoa neste comício».

Mas a festa não foi só feita de recordações. Foi também tempo de discussão sobre a situação actual, o desemprego,

as privatizações e o encerramento de empresas, a política do Governo do PS e o enfeudamento à União Europeia, a guerra de agressão à Jugoslávia e o papel da NATO.

Foi tempo de discussão das próximas batalhas políticas e de anúncio dos dois nomes de Coimbra na lista para o Parlamento Europeu - Santos Cardoso e Vanda Santos - e de como será importante impedir nas próximas legislativas qualquer maioria absoluta do PS e conseguir uma maior votação para o PCP e para a CDU.

Foi ainda uma festa em que se falou do Partido, a crescer em Coimbra, com mais organização e mais militantes. Só entre Janeiro e Março, foram recrutados no concelho de Coimbra 15 novos militantes enquanto, no decurso da festa, se verificaram mais cinco inscrições.

A festa prosseguiu Carlos Alberto Moniz que, como ali se disse, desde o primeiro momento se solidarizou com a iniciativa.

Carlos Alberto Moniz não veio só. Trouxe com as suas canções a presença de Adriano Correia de Oliveira - que faria anos nesse dia e ali se encontraria se fosse vivo - de Zeca Afonso, de Francisco Fanhais, dele próprio e de tantos outros.

Assembleia do PCP defende viabilização da TAP

A célula da TAP da Organização Regional de Lisboa do PCP realizou, na passada quinta-feira, a sua 5.ª Assembleia de Organização, onde aprovou um Manifesto aos trabalhadores da TAP a propósito dos recentes desenvolvimentos em torno da privatização da empresa.

Aliás, na continuidade do acompanhamento feito pela célula à evolução da situação, já o Sector de Transportes da ORL emitira um nota à comunicação social onde, lembrando a subavaliação da TAP e a alteração do seu valor de 100 milhões iniciais para 60 milhões, desmontou a manobra do Governo ao anunciar - «como se de um êxito se tratasse» - a privatização de 20% da empresa, com a possibilidade de chegar aos 30%.

Trata-se, afinal, sublinha, da concretização de um processo que já passou por muitas fases, entre elas a transferência para a Swissair de importantes mecanismos da TAP, como o sistema de reservas, e que terminou com a entrega da empresa aos suíços. Porém, uma coisa é certa para os comunistas: «os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores não podem ser postos em causa».

Entretanto, o Manifesto aprovado na 5.ª Assembleia da TAP também assaca responsabilidades: «Se como resultado da decisão da Comissão Arbitral a TAP deixa de ser viável, a responsabilidade é do Conselho de Administração, em particular do responsável directo da Negociação com o SPAC, e do Governo que o nomeou e suporta.»

Toda esta situação, prossegue, só se compreende pelo «horror» que o Governo tem a tudo o que é público e pelos compromissos com o grande capital nacional e estrangeiro.

Os comunistas da TAP, reunidos em Assembleia, exigem assim que o Governo e o Primeiro-Ministro assumam, de forma inequívoca, a responsabilidade política decorrente das conclusões da Comissão Arbitral, garanta a viabilidade da TAP e o fim da privatização, «única forma de num contexto de parcerias se assegurar a unidade, dimensão e identidade nacional da TAP». Ao mesmo tempo, reclamam para a empresa uma política assente numa gestão eficaz e dinâmica e onde o Estado detenha a totalidade do capital.

Sector Público Defender e melhorar serviços

O PCP vai levar a cabo no próximo dia 20 de Abril - erigido por si como «Dia da Defesa e Melhoria dos Serviços Públicos» - um conjunto de acções alertando para a situação resultante das privatizações e exigindo a melhoria da prestação de serviços e a redução dos preços praticados.

Os transportes, as telecomunicações, os correios, a electricidade, o gás e a água são alguns dos serviços públicos fundamentais que, embora em graus diferentes, mais têm sido atingidos por uma política subordinada à exclusiva lógica do lucro.

As consequências destes processos de privatização, para além da eliminação de direitos e postos de trabalho, têm-se traduzido por aumentos escandalosos ou manutenção de preços a níveis artificialmente elevados, afectando a qualidade de serviços e, nas zonas pouco rentáveis porque pouco populosas, levando mesmo ao seu encerramento ou a crescentes desigualdades de acesso.

Entretanto, os grupos económicos e financeiros que crescentemente controlam as empresas prestadoras destes serviços arrecadam milhões de contos de lucro, como são os casos da EDP, que anuncia 104 milhões de contos de lucro em 1998, ou da Telecom que, para o mesmo ano, apresenta lucros da ordem dos 88,6 milhões de contos.

Assim, explicam os comunistas, quando, por exemplo, se paga uma factura de telefone ou de electricidade, está-se não só a pagar o serviço prestado e o investimento para a sua manutenção e desenvolvimento como, simultaneamente, está-se a pagar uma elevada taxa para garantia dos enormes lucros dessas empresas.

São aspectos que tendem a agravar-se e a estender-se a novas áreas e serviços, razão pela qual o PCP, para além de diversas acções a nível regional, vai promover em Lisboa, na próxima terça-feira, com a presença do Secretário-geral, Carlos Carvalhas, um Fórum subordinado ao lema «Defender e Melhorar os Serviços Públicos», no qual participarão quadros do Partido, representantes de estruturas de trabalhadores e de autarquias, associações de utentes e de defesa do consumidor, entre outras.

Um morto cada 2 ou 3 meses Taxistas pagam com a vida os lucros da insegurança

O sistema GPS, financiado pelo Estado, tem muito mais a ver com os interesses económicos dos industriais do que com a segurança dos taxistas, acusa a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos.

Morreu na madrugada de terça-feira António Pipo, o taxista assaltado no sábado em Alverca. Mais uma vez, fizeram-se ouvir os protestos dos profissionais, designadamente junto ao Hospital de S. José e frente ao Tribunal de Vila Franca de Xira. «Temos de ver o que fazer a seguir», desabafou Carlos Ramos. Citado pela «Capital», o presidente da Federação Portuguesa do Táxi reclamava uma solução rápida para o problema da insegurança e protestava pela falta de resultados das vigílias dos taxistas, de cada vez que há um assalto ou um homicídio - os mais recentes verificaram-se na Buraca, na Praia das Maças, na Costa de Caparica, na Pedreira dos Húngaros, em Loures.

Pelas contas da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, «a violência quotidiana sobre taxistas tem gerado um morto por cada 2 ou 3 meses», o que faz desta profissão «seguramente uma das que mais sujeita está a riscos de danos físicos e de morte violenta». Num comunicado de imprensa, a Festru/CGTP recorda ainda os longos horários, as penosas condições de trabalho e as muito baixas remunerações dos motoristas de táxi.

Tanto a FPT, como a Festru, apontam como necessidade urgente a regulamentação da Lei 6/98, publicada em Janeiro do ano passado, e que veio revogar a legislação então vigente, que obrigava à instalação de separadores de vidro para protecção do motorista, medida que os patrões do sector se recusavam a aplicar enquanto não

fosse decidido um financiamento do Estado a fundo perdido.

Sem obrigar à colocação dos

separadores, o Governo e as associações empresariais vieram anunciar o dispêndio de elevados montantes de dinheiros públicos para implementar um sistema de controlo de posicionamento das viaturas por satélite (GPS). Mas utilizam «a necessidade de segurança dos pro-

fissionais, com que na realidade se têm mostrado pouco preocupados, para justificar um vultuoso investimento, com inegável utilidade como meio complementar de segurança, mas cuja razão de ser é a possibilidade de uma gestão mais eficaz e mais rentável do negócio».



A segurança dos trabalhadores vale menos que os lucros dos patrões (foto de arquivo)

Quem paga aos pescadores o acordo com Marrocos?

O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul exige que aos tripulantes das embarcações que pescam em Marrocos e estão paralisadas, desde 15 de Março até 15 de Maio, seja concedido um subsídio, correspondente ao desemprego temporário a que estão forçados pelas consequências do acordo de pesca firmado entre aquele país e a União Europeia. O sindicato recusa assim a «solução» de colocar aqueles profissionais em cursos de reciclagem, perguntando «que raio de pseudofor-

mação é esta, que tem a duração de um mês» e que terá, ao que se diz, uma compensação financeira de valor igual ao salário mínimo nacional.

Numa nota de imprensa divulgada na semana passada, o sindicato de Olhão lembra que esta posição teve já o desacordo expresso dos pescadores, num abaixo-assinado entregue já este mês ao secretário de Estado das Pescas. A posição foi insistentemente comunicada ao actual responsável desta pasta e aos que o antecederam, salientando que se

trata de uma situação equiparada a desemprego, «e desemprego criado administrativamente». A António Guterres foi entregue um memorando sobre o problema, em Maio de 1996. Menos de um mês depois, na Fuzeta, documento semelhante foi colocado nas mãos de Jorge Sampaio. Agora, o sindicato verifica que «estivemos a bradar no deserto, pois até hoje nem primeiro-ministro nem Presidente da República mexeram uma palha que fosse para pôr fim a esta profunda injustiça». Também foram infrutíferos os contactos com o governador civil de Faro, a Câmara Municipal de Olhão, os directores-gerais das Pescas e o actual ministro da Agricultura e Pescas.

A contrastar com as entusiasmáticas declarações do primeiro-ministro, quando da assinatura da convenção, o sindicato lembra as questões que colocou e a que o Governo nunca deu resposta, só facultando uma cópia do acordo de pesca dois anos após o ter assinado. Mesmo agora, acusa o sindicato, o Governo tem escondido que, como afirma a parte marroquina, este será o último acordo de pesca com a Comunidade, e «não criou nenhuma alternativa para fazer face à situação dramática que estará criada com a ausência de qualquer acordo», depois do próximo mês de Novembro.

Desde Dezembro de 1995, quando entrou em vigor o acordo de pesca entre a UE e Marrocos, esta é a quarta vez que os pescadores das embarcações que operam em águas marroquinas têm que parar o trabalho «sem que lhes seja atribuída qualquer compensação financeira».



Bombeiros reclamam carreira única e digna

Bombeiros sapadores e municipais de todo o País reuniram-se na semana passada em Lisboa, num plenário nacional convocado pelo STAL e o STML, debatendo as formas de intensificar a luta que vêm desenvolvendo pela criação de uma carreira única, que acabe com a prática de diferentes salários para trabalhos iguais e contribua para dignificar a profissão.

No final do plenário nacional, os participantes deslocaram-se em manifestação desde a Casa da Imprensa até ao Terreiro do Paço (na foto), para exigir do Governo o cumprimento da lei e a abertura de negociações em tempo útil com os sindicatos.

Os bombeiros profissionais querem ainda que seja rapidamente regulamentado o suplemento de insalubridade, penosidade e risco; que seja integrado no índice 100 da sua escala indiciária o adicional de 2 por cento; que seja garantido o pagamento dos retroactivos a 1 de Janeiro de 1998, e que seja dada continuidade à discussão sobre formação profissional, com base no projecto da Academia Nacional de Fogo, apresentado ao Governo em 1992.

TRABALHADORES

Pacote

Tem hoje lugar no Porto um plenário distrital de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, para discutir o prosseguimento da luta contra o pacote laboral e as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio. Em Braga reúnem também hoje o conselho distrital da USB/CGTP e o plenário distrital de sindicatos, com uma ordem de trabalhos semelhante.

ABB à solta

Para ontem de manhã, em Alfragide, foi convocada uma concentração de representantes dos trabalhadores da ABB Portugal, com o objectivo de lançar um alerta à opinião pública e aos órgãos do poder relativamente à ameaça de um novo despedimento colectivo, entre outros graves problemas que se vivem na multinacional que «recebeu de mão beijada as empresas constituintes do sector da metalomecânica pesada nacional». Um dirigente da Fequimetal/CGTP, em declarações ao «Avante!», recordou ainda que a unidade portuguesa já reduziu drasticamente o número de trabalhadores (tinha 6 mil no final de 1988, contando apenas 1100 passados dez anos), mas continua a pressionar funcionários para que aceitem a rescisão dos contratos e, embora ainda não esteja resolvido nos tribunais o despedimento colectivo de 154 pessoas, iniciado em 1995, já ameaça com outro. Os trabalhadores apelam aos poderes democráticos e à opinião pública para que façam respeitar as leis do País e condenem a actuação da ABB.

ELIS perigosa

A vida de dezenas de pessoas está posta em risco na ELIS, uma empresa de prestação de serviços de higiene e lavandaria, no Porto Alto, que adquiriu caldeiras de alta pressão «já com uso bastante avançado», algumas das quais não foram vistoriadas pelos serviços competentes. A denúncia foi feita pelo Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, que acusou a ELIS de exercer «feroz perseguição a todos os trabalhadores que pensa estarem sindicalizados». Numa nota de imprensa que distribuiu sexta-feira, o CESP/CGTP aponta várias violações dos direitos dos trabalhadores na empresa, como a manutenção de pessoas na categoria de estagiários durante mais de quatro anos, o não pagamento de trabalho suplementar e em dias de descanso obrigatório, o abuso da contratação a termo, despedimentos a pretexto de extinção de postos de trabalho que, afinal, voltam a ser ocupados por outros trabalhadores. A situação na ELIS, refere o sindicato, foi denunciada a 15 de Fevereiro à Inspeção do Trabalho, que ainda não actuou.

Só alguns custos são para conter Inquietação sem respostas na Portugal Telecom

A PT fechou o ano com 90 milhões de contos de lucros, mas diz que não tem dinheiro para a formação profissional e permite que haja faltas de papel higiénico e de fax.

«Há chefias com a tarefa de divulgar a "mensagem" de que a PT está em crise, para convencer os trabalhadores a abdicarem de direitos», denunciou o Sindicato das Telecomunicações e Audiovisual. Num comunicado que está em distribuição na empresa, o Sinttav/CGTP lembra que já tinha revelado, recentemente, a falta de papel higiénico em alguns locais e acrescenta que, agora, teve informação de que «há locais de trabalho onde nem as chefias têm papel para fax ou para as impressoras». Entretanto, «já há chefias a pretenderem recusar o pagamento do trabalho suplementar».

O sindicato diz ainda que «também há muitos e, pelos vistos, cada vez mais locais de trabalho onde as chefias não têm dinheiro para fazer qualquer trabalho de conservação ou montagens, desde que isso implique custos, como, por exemplo, montar ou fazer o desvio de um

poste». Enquanto questiona se «é assim que a PT quer responder à concorrência, ou é mesmo para acabar com a empresa de vez e quanto antes», o Sinttav conclui que, se os lucros anunciados são acompanhados desta ideia de crise, é porque «os grandes accionistas querem o bolo todo para eles».

O «buraco» do negócio do Brasil (compra da Telesp) não pode ser «tapado» à custa dos direitos dos trabalhadores, protesta o sindicato, apontando algumas sugestões de medidas para economizar: «evitar a teimosia de recorrer de todos os processos que a PT vai perdendo nos tribunais», pois só relativamente a processos metidos pelo Sinttav a empresa já gastou «muitas centenas de milhares de contos»; acabar com a revista «Linhas Cruzadas», que «não passa de uma "Gaiola Aberta" sem humor, que só serve para todos os meses repetir as fotos dos administradores, com

alguns textos sem qualquer interesse informativo»; e poupar os «muitos milhões» gastos por ano, particularmente depois da nomeação de Murteira Nabo para o principal cargo da empresa, com estudos encomendados a empresas de consultadoria, como a McKinsey, e que trazem resultados «desastrosos».

Receio do exame

Ao dar conta dos resultados de duas reuniões que teve com responsáveis dos Recursos Humanos, a Comissão de Trabalhadores da PT considera que «as respostas recebidas por parte da gestão são de uma pobreza que violenta o relacionamento institucional», pois ficaram-se «sistematicamente» por afirmações como «a empresa está em contenção de custos» ou «o assunto está em estudo».

A insistência nos «estudos» levou a CT a interrogar: «Serão os gestores da PT "eternos estudantes" que não querem ir ao exame final com medo do "chumbo"?»

Quanto à contenção de custos, a CT perguntou se ela tam-

bém se aplica à administração e aos cargos de direcção e chefia. «Gerou-se algum mal-estar no seio dos representantes da gestão», relata-se no comunicado aos trabalhadores, acrescentando que, «a custo, lá informaram que fecharam a delegação de Bruxelas da PT, os novos contratos de ALD das viaturas de serviço passaram de 3 para 4 anos e vão reduzir a compra excessiva de jornais e publicações».

A CT insistiu, se era «só isso», uma vez que «continuam a ser usados cartões de crédito, por alguns responsáveis da empresa, com custos superiores a 20 mil contos por ano; continuam a adquirir carros em ALD, topo de gama, para alguns gestores, com custos superiores a 25 mil escudos por dia, que no final ficam para os utilizadores por uma ninharia». São ainda concedidas pela empresa «novas benesses, cujos critérios de selecção são duvidosos», revela-se no comunicado, apontando o caso da instalação gratuita de equipamentos para TV digital em casa de alguns gestores e clientes preferenciais.

Trabalhadores do Estado «fartos de promessas»

Milhares de trabalhadores da Administração Central e Local, vindos de diversas regiões e concelhos, participaram sexta-feira, em Lisboa, na manifestação nacional, convocada pelos sindicatos do pessoal das autarquias (STAL e STML) e o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, sob o lema «Fartos de promessas, exigimos mudanças».

Desfilando desde o Marquês de Pombal até São Bento, os trabalhadores entoaram palavras de ordem como «É preciso, é urgente uma política diferente», «Aumento salarial, mais justiça social», «Guterres, ouve esta, o teu pacote não presta», completadas com as faixas e cartazes expondo os motivos da luta. Entre estes, destaca-se a exigência de reestruturação das carreiras, com correcção das injustiças e distorções do actual sistema, garantindo a equiparação dos valores do índice 100 e do salário mínimo nacional, bem como dez pontos de valorização para todos os trabalhadores durante o corrente ano.

Reclamam também um efectivo combate ao emprego precário e segurança de emprego, a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. A manifestação, que integrou uma faixa negra contra a agressão da Nato à Jugoslávia, destinou-se também a protestar contra o pacote laboral e a ofensiva de que é alvo a Segurança Social.

Os sindicatos apontaram um conjunto de propostas para que o Governo proceda a «uma ainda possível efectiva mudança de política». A manifestação de dia 9 marcou também o início de uma campanha pela defesa dos serviços públicos, contra as privatizações e pela garantia do vínculo contratual dos trabalhadores.

Frente à AR, intervieram dirigentes dos sindicatos e da Frente Comum da Administração Pública. Os manifestantes aprovaram por unanimidade uma resolução que teve por destinatários o primeiro-ministro e os grupos parlamentares.



O Governo assumiu compromissos que estão há anos por cumprir

Gás

Entraram em greve segunda-feira os trabalhadores de turnos dos sectores ligados à distribuição de gás da GDP. As estruturas sindicais da CGTP na empresa (Fequimetal e SIESI) informaram que a greve «será estendida a outros sectores na altura conveniente, em conformidade com as decisões dos trabalhadores». O pré-aviso entregue abrange todos os serviços, no período até 9 de Maio. A luta, lembram os sindicatos, visa a defesa do emprego, dos vínculos laborais, dos direitos legais e convencionais e a negociação de um plano social.

Renault

Pelo aumento real dos salários e contra a posição intransigente da administração, estiveram durante toda a semana passada em greve, duas horas por dia, os trabalhadores da Renault Chelas, revelou o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Enfermeiros

Vão paralisar o trabalho no próximo dia 23 os enfermeiros de todo o País, no período entre as 8 e as 24 horas. A decisão de convocar a greve foi tomada após uma reunião da comissão negociadora sindical (SEP e Seram) com o Governo, na semana passada. Em comunicado, a direcção do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses adianta que, «caso o Ministério da Saúde e o Governo não revejam a sua posição, em Maio avançaremos para uma greve nacional de dois dias».

Bingos

Acções de protesto à porta dos bingos dos clubes vão ser levadas a cabo, por iniciativa do Sindicato da Hotelaria do Norte, uma vez que não foi obtido acordo na reunião de sexta-feira, para negociação do contrato colectivo de trabalho do sector. Os responsáveis dos bingos dos clubes recusaram fixar um prazo para concretizar os dois dias de descanso semanal. Não quiseram também definir um período, nunca inferior a 15 minutos, para os trabalhadores tomarem uma refeição ligeira. Também não foi aceite um regulamento do prémio de produtividade, nem foi estabelecido um aumento salarial «mínimo, obrigatório e razoável».

Portucel

Por melhor horário e por mais um dia de férias, os trabalhadores da Portucel Viana decidiram fazer greve durante uma ou duas horas, em horários diferentes, no início de Abril. «Quer a administração da Portucel Viana quer o grupo Portucel têm tentado demonstrar um certo posicionamento de eventual abertura em relação às reivindicações», mas «na prática, a nada de concreto corresponderam, parecendo que se limitaram apenas a tudo fazer para adiar o início da luta», informou o sindicato da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa.



Jovens na vigília, em Lisboa

A cultura é uma arma

■ José Morais e Castro

Goebbels, historicamente considerado o número dois da hierarquia nazi-hitleriana, dizia que quando ouvia falar em cultura puxava logo da pistola. E ao dizê-lo estava a ser coerente.

Como é sabido, as 358 pessoas mais ricas do Mundo concentram recursos superiores aos rendimentos de 2.400 milhões de pessoas. E essas 358 pessoas (que efectivamente são quem, ao fim e ao cabo, manda no Mundo), se quisessem ser coerentes, diriam também que puxam da pistola quando ouvem falar de cultura. Aliás, esses donos do Mundo não se coíbem de, através dos seus mandatários, matarem milhares de pessoas: inocentes civis no Iraque, em guerras fratricidas em África, no México, nos Balcãs. Porque eles sabem que a cultura é revolucionária e ajudará a fazer com que eles percam o poder, ajudará a mudar o Mundo e a torná-lo melhor.

Usamos aqui o termo cultura como literatura, história, filosofia, arte, como interpretação e compreensão da realidade e dos factos e possibilidade de relação dos mesmos com as ideias e a criação no sentido do belo e do bem e da felicidade dos povos. Ora se a cultura, neste entendimento, for devidamente divulgada e assimilada por todas as pessoas mais ou menos exploradas (das quais estão excluídas, obviamente, as 358 acima citadas...), o Mundo transformar-se-á. Na verdade, hoje, explorados mas possivelmente, em vários casos, sem consciência disso, são os quadros técnicos, os intelectuais em geral, os empregados, os operários, os camponeses, os pequenos e médios empresários e até muitos altos quadros de empresa (desde que não sejam primos dos tais 358).

Mas essa «gente» não está parada. Há muitos que, sob a capa de proteger e desenvolver a educação (não entendida como cultura mas como preparação específica, especializada, para boa mão-de-obra), tentam pôr as pessoas a pensar apenas no serviço desviando-as de pensar, de reflectir sobre o seu papel na sociedade, sobre o Mundo, sobre a vida. E provavelmente, se eles o conseguissem via internet, daqui a uns milhares de anos teríamos uma transformação darwiniana, teríamos grandes olhos tipo ET para olhar para um ecrã, uns grandes buracos nos ouvidos onde coubessem todas as ligações de telecomunicações e um dedo muito grande (um qualquer, à escolha democrática e livre...) para carregar no «rato». Se assim não for e houver cultura a sério entre os povos, estes verão que, afinal, o rei vai nu. Ou melhor: que o rei vai vestido pelos Belmiros de Azevedo, pelos Champalimauds ou por qualquer dos restantes 356. E então a força dos que querem mudar o Mundo será muito maior.

Em Portugal, para lá da uniformização pré, e não só, internetiana, o ataque à cultura traduz-se na valorização da mediocridade e no apelo ao mau gosto e ao fácil. Preparada e desenvolvida durante 10 anos pelo cavaquismo (Cavaco, ele próprio, confundia Thomas Mann com Tomás More e o seu secretário de Estado da Cultura achava que Chopin tinha sido violinista), esta perspectiva «cultural» tem sido continuada pelo governo do PS através de uma mais elaborada postura de elitismo pseudo-cultural.

Esta é, por tudo isto, uma problemática que, pela sua importância, exigiria uma discussão e um debate mais aprofundados nas diversas organizações do Partido.



Concentração na Praça da Ribeira

Concentração no Porto pelo Fim à NATO

«Na passagem dos 50 anos da Nato, impõe-se um Movimento de Exigência pelo seu fim.» Esta a palavra de ordem que mobilizou algumas dezenas de pessoas que, no passado dia 8 de Abril, se concentraram na Praça da Ribeira, no Porto.

Um «meeting de aquecimento», como foi considerado por César Príncipe, um dos dirigentes do recém-criado Movimento Pelo Fim da Nato. E que contribuirá, nomeadamente, para o alargamento do Movimento, havendo já um abaixo-assinado que recolheu, na própria manifestação, muitas assinaturas.

José Pedro Rodrigues, da Comissão Executiva do Movimento, apresentou uma Moção, que foi aprovada e deverá ser enviada ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em que se repudia a agressão da NATO à Jugoslávia, reclama que o governo português cesse o envolvimento das nossas Forças Armadas e apela para um amplo debate e movimento de mobilização dos cidadãos portugueses pela dissolução da Nato e pela criação de um sistema de cooperação pacífica e segurança colectiva entre todos os Estados da Europa.

Na sua intervenção, César Príncipe chamou a atenção para a alta factura moral que significa o país participar na agressão à Jugoslávia, de par da outra factura, de milhões de contos, que a guerra está já a custar aos europeus e, naturalmente, aos portugueses.

«Há tempos adquirimos por dezenas de milhões de contos F16. Para quê?», questionou o

Paz sim, guerra não!

Um amplo movimento pela paz, contra a agressão militar da Nato à Jugoslávia, vem a afirmar-se um pouco por todo o país, assumindo formas e manifestações diversas. Com significativas acções de rua, concentrações e vigílias em Lisboa, Porto e Coimbra. Mas tomando igualmente corpo através de muitas outras iniciativas, de que aqui se faz um breve e necessariamente incompleto apanhado.

O Rossio, em Lisboa, foi a semana passada local de uma acção de sensibilização sobre a Nato e contra a guerra, promovida pelo PCP, e em que participaram dirigentes e deputados comunistas. Dia 8, em S. Bento, muitos foram os participantes, com destaque para a juventude,

numa vigília contra a intervenção da NATO.

Sexta-feira passada, junto às instalações da Nato, em Oeiras, decorreu uma concentração de protesto promovida pelas organizações concelhias de Cascais e Oeiras do PCP. No documento distribuído nesta concentração,

chama-se a atenção para o significado da decisão do governo português, de alinhamento com a acção de agressão da Nato, num momento em que se comemoram os 25 anos da Revolução de Abril, «cuja Constituição consagrou como objectivo a dissolução dos blocos político-militares e a defesa de uma política de paz e cooperação».

Ontem à noite, no Polivalente de Odivelas, decorreu um debate, com a presença de Aboim Inglês, do CC e da Secção Internacional do PCP.

Em Beja, e na sequência de uma reunião de cidadãos realizada na Câmara Municipal, realizou-se uma concentração, sexta-feira passada, nas Portas de Mértola. Os subscritores do manifesto entretanto divulgado protestam «junto do governo português por não ter sido capaz de se demarcar, clara e inequivocamente, deste insensato e perigoso precedente».

A JCP-Algarve, que ao longo desta semana tem vindo a colocar faixas alusivas à paz nos principais centros urbanos da região, tomou posição contra a guerra, reivindicando o fim da agressão militar e da participação do governo português e a extinção da Nato.

O Movimento Democrático de Mulheres-MDM apelou à participação nas acções contra a guerra que, lembrou, «é uma tentativa imperial desenfadada de anular o direito internacional e o papel das instituições internacionais, visando concentrar as decisões sobre o futuro da Humanidade e dos diversos países nas mãos dos EUA/NATO».

Vários sindicatos, para além da iniciativa na convocação de acções de protesto, têm vindo a assumir posição pública contra a guerra. É o caso da FSTIEP-Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Electricas de Portugal, da FESHOT-Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal, Fequimetal-Federação Intersindical de Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás e da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos.

Vigília em Coimbra

Centenas de pessoas participaram, terça-feira passada, em Coimbra, numa vigília pela paz na Europa promovida pela União dos Sindicatos. Um *sim à paz* marcado por uma preocupação central - «as operações de guerra desencadeadas pela Nato contra um estado soberano à revelia das regras do direito internacional, violando a Carta da ONU, constitui um gravíssimo precedente com consequências incalculáveis para a paz e para a solução do problema do Kosovo».

Uma preocupação reafirmada na resolução aprovada nesta concentração, na Praça 8 de Maio, onde se alerta - «Pactuar agora, seria aceitar que, em qualquer cenário futuro, pudesse ser Coimbra o alvo dos mísseis e das bombas. Estamos vivos e por isso protestamos. Contra a agressão às cidades da Jugoslávia, contra a hipocrisia humanitária que quer silenciar a luta de Timor pela paz e a independência.»

Na Resolução, em que se exige o fim da agressão à Jugoslávia e uma pronta intervenção da ONU em Timor, afirma-se que «os nossos inimigos não são sérvios, nem albaneses, nem

croatas, bósnios ou montenegrinos. São, esses sim, os fabricantes e vendedores de armas, violência e autodestruição pela droga, acumuladores de fortunas que nos encharcam com a sua propaganda de ódio».

Manifestaram o apoio a esta vigília dezenas de sindicatos, colectividades e outras associações, como «Associação Juvenil Mundo Comum», «Ateneu de Coimbra» e «Juventude Operária Católica».

Em comunicado da DORC, o PCP apelou aos seus militantes à participação na vigília, sublinhando que «a guerra contra a Jugoslávia está a transformar-se numa grave tragédia humana».

Numerosas personalidades de Coimbra manifestaram também o seu apoio, destacando-se, entre outros, António Avelãs Nunes, António Arnaut, Boaventura Sousa Santos, Fernando Gomes, João Simões dos Reis, Jorge Gouveia Monteiro, Sérgio Teixeira, Jorge Leite, Hugo Capote e diversos dirigentes da Associação Académica de Coimbra.

Estiveram presentes os cidadãos jugoslavos Filipovic, Drulovic, Simic, Menad, Milovic.

Despedimentos colectivos



Os trabalhadores que foram alvo de despedimento colectivo podem

requerer a suspensão judicial do mesmo. Esta disposição foi introduzida na Lei dos Despedimentos por diligência do Grupo Parlamentar do PCP formalizada no decorrer do processo de votação na especialidade e final global da proposta do Governo de alteração aos artigos 17.º e 18.º daquele diploma. A suspensão judicial do despedimento colectivo que consta da alteração proposta pelos deputados comunistas aos artigos 23.º, 25.º e 31.º da Lei dos Despedimentos, apresentada faz hoje oito dias, através da sua avocação pelo plenário da Assembleia da República, pode ser requerida por todos os trabalhadores vítimas daquela forma de despedimento, mesmo aqueles que tenham recebido a compensação prevista no artigo 13.º do diploma.

Preços dos combustíveis

A Assembleia da República aprovou hoje oito dias um projecto de resolução que preconiza a baixa, no imediato, do montante do imposto sobre os produtos petrolíferos. Na origem desta iniciativa, da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, discutida em plenária há duas semanas, está a consideração de que os preços dos combustíveis líquidos no nosso país são os mais elevados na Europa, sem que haja outra explicação para esse facto que não seja o elevado imposto que sobre eles recai. Importa, pois, de acordo com o teor do documento agora aprovado, que os portugueses possam beneficiar da baixa de preços do petróleo bruto no mercado internacional, o que é considerado perfeitamente possível na medida em que, sem perda da receita orçamentada, os preços de venda ao público da gasolina e do gásóleo podem baixar imediatamente cerca de 5\$00 por litro.

Trabalho a tempo parcial

Mais precarização, menos direitos

O Governo voltou a desferir mais um ataque a direitos essenciais dos trabalhadores. Na linha da desregulamentação e precarização que tem vindo a intentar em matéria de direito laboral, tendo como alvo principal os jovens trabalhadores, desta feita o Executivo do PS fez aprovar um diploma sobre o regime jurídico do trabalho a tempo parcial.

Trata-se de uma proposta de lei que, muito provavelmente, de acordo com as palavras do líder da bancada comunista, constitui «a peça mais gravosa do conjunto de propostas de alteração à legislação laboral remanescente do denominado e descredibilizado "acordo de concertação estratégica"». Precizando melhor o sentido das suas palavras, Octávio Teixeira considerou mesmo estar-se em presença de uma iniciativa legislativa resultante de «inexplicados e inaceitáveis compromissos do Governo e do Primeiro-Ministro com o patronato socialmente mais retrógrado da sociedade portuguesa».

A proposta de lei que o Governo submeteu ao Parlamento não visa, pois, como pretendeu sugerir o ministro Ferro Rodrigues, estabelecer normas

que regulem o trabalho a tempo parcial por forma a evitar sobretudo a exploração das mulheres.

O fim a atingir é outro e está longe, como denunciou Octávio Teixeira, da desejável e necessária regulamentação e atribuição de direitos às dezenas de milhares de trabalhadores que laboram nas grandes superfícies comerciais e outras áreas do sector de serviços, nas quais, «sob a falsa capa de trabalho a tempo parcial, trabalham muitas horas, ganham pouco e direitos quase não têm».

O que verdadeiramente motiva o Governo nesta sua iniciativa legislativa, isso sim, pelo contrário, é dar força de lei «às práticas ilegais, abusivas e inaceitáveis» de que são vítimas esses trabalhadores, instituindo a «via legal da passagem de trabalhadores a tempo completo para trabalhadores a tempo parcial».

Mulheres visadas

Em causa estão, sobretudo, recorde-se, a generalização e incentivo à precariedade do emprego, alterando radicalmente a política de promoção e apoio ao emprego a tempo completo, através de medidas que conflituam com o direito à negociação e contratação colectiva e que beneficiam de mão beijada as grandes empresas, inclusive à custa da Segurança Social.

Com isso atingindo nomeadamente as mulheres, porquanto são elas, como assinalou a deputada comunista Odete Santos, lembrando a propósito todas as estatísticas e relatórios que o comprovam (incluindo o mais recente relatório da OCDE), as principais visadas pelo regime de trabalho a tempo parcial, constituindo cerca de dois terços do universo dos trabalhadores nestas condições.

E não vale a pena acenar, como fez o Governo, com o pretexto de que as medidas agora propostas pretendem contribuir para uma melhor conciliação da actividade profissional das mulheres com a sua vida familiar. O argumento é falacioso e

nada indica que possa alterar o quadro actual. Ao invés, demonstrou-o Odete Santos, as medidas agora preconizadas constituem «um travão à mudança de mentalidades e à partilha mais equitativa das tarefas domésticas».

Para a bancada comunista, que mostrou ser a única firmemente apostada em travar os propósitos do Governo — a exemplo do que evidenciaram os trabalhadores e suas organizações representativas através dos mais de 1500 pareceres que chegaram ao Parlamento no processo de consulta pública —, é absolutamente inaceitável que o Governo, no momento em que em países europeus e nos próprios Estados Unidos se erguem vozes de protesto contra os efeitos desastrosos provocados por tais vínculos laborais, queira ir mais longe, transformando a excepção que é o trabalho a tempo parcial em regra.

Golpe na contratação

O Governo chega mesmo ao cúmulo, acusou Octávio Teixeira, de considerar os «con-

tratos colectivos e as normas livremente negociadas entre as partes como um empecilho que é necessário eliminar», defendendo inclusive, acrescentou o presidente da bancada do PCP, «a concepção absurda de penalizar quem admita trabalhadores a tempo completo, já que as benesses e isenções seriam apenas e tão-só para os patrões que admittissem trabalhadores a tempo parcial».

De uma penada, o Governo «do alegado diálogo e negociação coloca-se no triste papel de fazer por lei imperativa o que o grande patronato não consegue impor nas empresas e na contratação colectiva», sustentou Octávio Teixeira, antes de lembrar que com esta proposta, a par de outras em gestação, o Governo PS assume a responsabilidade de, mais uma vez, «tal como fez com a lei dos contratos a prazo, criar condições para minar e desregular importantes pilares do direito do trabalho e criar uma futura geração de trabalhadores precarizados, mais explorada e sem direitos».

Carvalhas sobre a agressão à Jugoslávia

Fim ao envolvimento de Portugal

«O PCP opõe-se firmemente à engrenagem da guerra e da destruição, à hipocrisia dos que fazem dos direitos do homem um instrumento de geometria variável, dos que gostam de fazer a guerra com o sangue dos outros e reclama o fim do envolvimento de Portugal nesta guerra que à medida que o tempo passa não só agrava os problemas que dizia querer resolver, como aumenta as fracturas religiosas e culturais e os perigos do alargamento do conflito em pleno coração da Europa.» De um modo claro e objectivo assim definiu o Secretário-Geral do PCP a posição dos comunistas portugueses perante os perigosos desenvolvimentos resultantes da violenta agressão da NATO à Jugoslávia. Estava-se no debate com o chefe do Governo denominado «mensal» (periodicidade que todavia tem sido sistematicamente desrespeitada) e este foi o tema que acabou por dominar as atenções da Câmara.

E foi-o em larga medida devido sobretudo à iniciativa da bancada comunista que soube no debate pôr o acento tónico da sua intervenção nesta questão central da actualidade política. Foi pela voz do dirigente comunista que se ouviram as mais duras críticas ao que considerou ser o comportamento «intolerável e inaceitável» de um Governo que no 25.º aniversário do 25 de Abril decidiu envolver Portugal numa opera-

ção belicista, «sem autorização da Assembleia da República, à margem do direito internacional, comprometendo o País num acto agressivo de consequências incalculáveis».

«Ao fazê-lo comprometeu Portugal no enfraquecimento e desprestígio da ONU que não foi ouvida nem achada, comprometeu o País na regressão do direito internacional», sublinhou Carvalhas, para quem esta agressão veio não apenas agravar «os dramas e massacres no Kosovo e o êxodo dos albaneses que estão a ser usados como carne para canhão», como agravar os «enormes sofrimentos, as destruições e mortes que se estão a verificar na Jugoslávia».

De todo este quadro de desolação e dor resulta claro, pois, na perspectiva do dirigente comunista, que estamos perante uma «derrota da humanidade» e uma «derrota da Europa». Uma realidade a que o Governo do PS fica indissolivelmente associado pela atitude cúmplice que resolveu adoptar desde que a guerra foi declarada.

O alinhamento subserviente do Executivo na agressão à Jugoslávia constitui, aliás, para o dirigente do PCP, um exemplo acabado de «apoio à política hipócrita de dois pesos e duas medidas». Isto porque, explicou, o Governo de Guterres «sabe bem que aqueles que pretextam o combate aos massacres e a defesa dos albaneses

do Kosovo são os mesmos que apoiam a brutal repressão dos curdos na Turquia e fazem letra morta das resoluções da ONU sobre a questão da Palestina e sobre Timor».

Mas a posição da bancada comunista não se ficou pelo repúdio à atitude seguidista do Governo em relação aos Estados Unidos. Para o líder do PCP urge que o Governo — e esta seria, frisou, a posição que prestigiaria Portugal — retire as

suas forças militares desta operação agressiva e defenda no seio da NATO, da União Europeia e da ONU o «fim dos bombardeamentos e a busca de uma solução política que assegure a autonomia e o regresso pacífico dos albaneses ao Kosovo com o respeito pela soberania e integridade territorial da Jugoslávia e o respeito pelos direitos das minorias nacionais».

Destaque no decorrer do debate merece ainda, noutro

plano, a proposta avançada pelo presidente do Grupo comunista, Octávio Teixeira, para que o Governo no âmbito das comemorações do 25.º aniversário da Revolução de Abril antecipasse o anunciado aumento semestral das reformas, previsto para o Verão. Uma sugestão a que Guterres não anuiu, invocando farsaicamente, na resposta, não querer comemorar a data «com medidas eleitoralistas».

Por proposta do PCP

Eliminada discriminação às autarquias

As autarquias locais vão passar a ficar isentas do pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas pela apreciação das respectivas contas de gerência. Com a aprovação pelo Parlamento de um projecto de lei do PCP visando aquele objectivo, eliminada fica assim a grave discriminação que consistia até agora em obrigar os municípios e freguesias a proceder a um pagamento que violava o princípio da igualdade consagrado no texto constitucional. Esta violação residia no facto de serem as autarquias locais os únicos órgãos a efectuarem o pagamento de tais emolumentos, contrariamente ao que sucede com as contas das Regiões Autónomas e com a Conta Geral do Estado, qualquer delas isenta desse tributo segundo o Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas (D.L. 66/96).

Esta desigualdade de tratamento era tanto mais grave, como explicou o deputado comu-

nista Pimenta Dias, quanto é certo que a actual Lei de Finanças Locais (tal como a anterior) estipula que as autarquias locais beneficiam do «mesmo regime de isenção de pagamento de todos os impostos, taxas e emolumentos de mais-valias de que goza o Estado».

Para além de sanar esta contradição existente entre os articulados dos dois diplomas, o projecto do PCP agora aprovado pretende ainda corrigir a injustiça que esteve na base da contestação e recusa do pagamento por parte de muitas autarquias de emolumentos pela apreciação das respectivas contas de gerência.

Nesse sentido, de acordo com o estipulado no diploma, prevê-se que este produza efeitos a partir de 1 de Junho de 1996, data da publicação do referido D.L. 66/96, garantindo-se deste modo às autarquias locais o direito ao reembolso das quantias eventualmente já pagas.

Soldado israelita morto no Líbano

Um soldado israelita morreu e vários outros ficaram feridos na terça-feira num ataque da resistência contra uma coluna militar no interior da faixa ocupada por Israel no sul do Líbano. A operação, que incluiu explosão de um engenho armadilhado à passagem de uma patrulha israelita, foi reivindicada pelo Hezbollah xiita pró-iraniano. O Hezbollah mantém uma guerra permanente para expulsar as tropas israelitas da faixa de mais de mil quilómetros quadrados que ocupam no sul e sudeste libanês apesar das resoluções da ONU que exigem a Israel, desde 1978, a retirada imediata, total e incondicional dessa zona.

Conversações na Irlanda do Norte

Após uma pausa de 10 dias, começaram na terça-feira as conversações sobre o processo de paz para a Irlanda do Norte, estando prevista a realização hoje, quinta-feira, de uma visita dos chefes dos governos britânico e irlandês, Tony Blair e Berthie Ahern, a Belfast. Tanto David Trimble, primeiro-ministro da Irlanda do Norte e líder dos Unionistas do Ulster, como Martin McGuinness, o principal negociador do Sinn Fein, a ala política do IRA, dizem estar prontos a tentar fazer avançar as conversações sobre o processo de paz. No entanto, as conversações sobre a transferência de poderes de Londres, que deviam ter terminado a 10 de Março, não tiveram sucesso por falta de acordo sobre a participação do Partido Sinn Fein no Executivo da Assembleia da Irlanda do Norte. O pomo de discórdia continua a ser a recusa do IRA em entregar as armas, o que está a criar um impasse que pode ter consequências graves para o processo de paz.

Acidentes matam um milhão por ano

O director para as Américas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Vítor Toikman, afirmou que mais de um milhão de pessoas morre anualmente no mundo, vítima de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais. Toikman, que participa desde segunda-feira no 15.º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, a decorrer em São Paulo, afirmou que o número de mortes anuais por acidentes de trabalho ou derivadas do ambiente laboral supera qualquer outro indicador de mortalidade a nível mundial.

Alemanha

«A guerra é a maior de todas as catástrofes humanas»

■ Rui Paz

«A guerra é a maior de todas as catástrofes humanas.» As palavras são do almirante Elmar Schmähling, ex-chefe dos serviços de informação das Forças Armadas alemãs, proferidas perante 25 mil pessoas em Berlim, numa manifestação de protesto pelo envolvimento da Alemanha nos bombardeamentos contra a Jugoslávia.

Aquele oficial da Bundesmarine, depois de constatar que «passámos da chuva do militarismo amarelo-preto (dos liberais e da democracia-cristã) ao dilúvio da guerra de agressão vermelho-verde (da social-democracia e da fracção Fischer dos Verdes), esclareceu que a sua missão nas forças armadas era «defender o país e apenas defender o país».

Mais de cem mil pessoas, na sua maioria jovens, participaram durante a Páscoa nas acções do movimento da paz exigindo «o fim da guerra da Nato nos Balcãs». Nos últimos dias intensificaram-se ainda mais os protestos com novas manifestações em importantes centros, como Hamburgo, Estugarda e Freiburg, e com o bloqueamento da base militar americana Spangdahlem nos Palatinados.

Alguns dias antes, o almirante Schmähling, assim como 41 juristas de Hamburgo, haviam apresentado junto do Procurador-Geral da República em Bona e do Tribunal Constitucional em Karlsruhe uma queixa contra o chanceler Schröder, o ministro da Defesa Scharping e o ministro dos Negócios Estrangeiros Fischer por atentado à Constituição e às leis da República, que proíbem o envolvimento da Alemanha numa guerra de agressão.

No mesmo sentido vão as declarações à revista *Stern* do director científico da Academia de Comandos da Bundeswehr em Hamburgo, Wolfgang Vogt, ao considerar que o ataque da Nato rompeu definitivamente com a paz que se havia implantado na Europa a seguir à II Guerra Mundial e que, após a neutralização das Nações Unidas, a Aliança Atlântica transformou-se num instrumento do pólicia mundial, os Estados Unidos.

Vogt acusa o actual presidente da Comissão Militar da Nato, o general alemão Neumann, de ter conseguido impor o princípio da «utilização de acções militares como meio de realização de objectivos políticos», juntamente com um grupo de oficiais desde o Governo de Helmut Kohl, em sintonia com os EUA e seguindo a estratégia «step by step».

Por sua vez, o director do Instituto de Investigação para a paz, Erich Schmidt-Eenboom, numa recente entrevista ao diário *Neus Deutschland*, explicava as duas vias utilizadas pela Alemanha para armar a organização militar albanesa UÇK. A primeira é através dos fornecimentos ao regime militar da Turquia no quadro dos acordos militares da Nato, destinando-se uma parte dessas armas às operações de limpeza étnica conduzidas pelo regime turco contra o povo curdo e sendo a outra parte

entregue via Ancara aos separatistas muçulmanos no Kosovo. A segunda via é a do fornecimento directo a Tirana das armas da ex-RDA, o qual já se verifica desde o início dos anos 90.

Colapso dos Verdes e protesto na base do SPD

O seguidismo da social-democracia alemã e do ministro Fischer em relação aos americanos e à Nato está a levantar resistência não só a nível do Governo - onde o ministro Trittin já começa a distanciar-se dos bombardeamentos, afirmando não compreender por que é que se destrói pontes, centrais de energia, fábricas e outros alvos civis -, como está a ter consequências imprevisíveis na base dos dois partidos da coligação governamental.

O apoio maciço ao documento com as posições de um grupo de deputados dos Verdes (em que se destaca o advogado Ströbel), assinado por 500 personalidades influentes do partido contrárias à guerra, à Nato e à posição do

ministro Fischer, levou o porta-voz dos Verdes no Parlamento da Renânia do Norte-Vestefália, Roland Appel, a confirmar que o partido está à beira da cisão, o que significaria o seu fim.

A dissolução da Nato tem sido ao longo da história do partido ecologista uma das reivindicações fundamentais da sua política de paz para a Europa. Mas também no SPD, em cujo programa ainda se encontra escrito que «a guerra não deve ser nenhum meio da política» e «a Bundeswehr tem por exclusiva missão defender o território nacional», levanta-se na base a revolta expressa em documentos e no abandono de numerosos membros do partido, inclusive de longa data.

Klaus Mucha, de Berlim, escreveu na sua declaração de demissão: «Depois de 29 anos de militância no SPD, acabo de verificar como o meu partido possui menos dignidade do que a Grécia, a Itália ou a Áustria e se coloca à frente dos ataques da Nato contra a Jugoslávia. Para evitar o conflito com os Estados Unidos, sepultase a autoridade da ONU e infringe-se a própria carta das Nações Unidas e a constituição da Alemanha Federal. Até o ex-chanceler Helmut Schmidt mostra ter mais consciência do que o Governo e o Prémio Nobel da Paz Willy Brandt revoltar-se-ia na sua sepultura. Eu não me situo no centro, onde segundo Augusto Bebel fica o pântano, mas continuo à esquerda.»

«A Alemanha de novo em guerra»

As colagens às posições do Governo por parte do social-democrata Dieter Schulte, presidente da DGB, está a provocar numerosos protestos de organizações sindicais que assinalam não o terem mandatado para tal. A direcção do sindicato «IG Medien», de Wiesbaden, depois de perguntar num comunicado onde estava a Nato quando o fascismo português, membro daquela aliança, conduzia a sangrenta guerra colonial em África, denuncia a encenação feita pela comunicação social no sentido de obter uma atmosfera que leve as pessoas a apoiar ou pelo menos tolerar a guerra como única opção.

O comunicado relembra ainda o comportamento das centrais sindicais alemãs ao longo dos conflitos decisivos neste século, como ao declararem em 1914 uma «Burgfrieden» (um entendimento com o patronato e a reacção militarista) durante a guerra, após a votação do SPD dos créditos do conflito, ou ao justificarem em 1933 a cooperação entre uma parte importante dos dirigentes da ADGB e os nazis pela necessidade de salvarem a pele.

Também o líder do grupo parlamentar do PDS, Gregor Gisy, depois de condenar no Bundestag a guerra desencadeada pela Nato e todo o tipo de ingerência estrangeira em qualquer parte do mundo, esclareceu que o próprio Clinton,

respondendo à interpelação do Senado norte-americano sobre a razão para atacar o Kosovo e não outras zonas como o Burundi ou Cachemira, argumentou que «ali temos outro tipo de interesses».

Gisy questionou ainda sobre onde estava a Aliança Atlântica quando os racistas sul-africanos massacravam homens, mulheres e crianças no Soweto, acrescentando que nem sequer para um boicote económico contra o regime do *apartheid* foi possível convercer o Deutsche Bank.

As mães dos soldados alemães estacionados na Macedónia organizaram-se e tornam públicos apelos para que «nos levantemos todos contra esta loucura!». Também as duas associações alemãs de vítimas do nazismo salientam num comunicado conjunto que «o inimaginável aconteceu! Desde a libertação do fascismo e da guerra em 1945, a Alemanha está de novo em guerra!».

A preparação e a condução de uma guerra de agressão contra outro Estado é punida com prisão perpétua, segundo a actual lei alemã. Se os povos intensificarem a luta contra o militarismo, haverá condições para repor a legalidade democrática e julgar aqueles que, invocando a Nato como uma espécie de entidade teológica acima de todas as coisas e a que se deve total obediência e veneração, persistem em destruir a paz, a independência dos povos, o direito internacional e ameaçam mergulhar a humanidade numa catástrofe que poderá pôr um fim definitivo à sua própria existência.

Protestos contra a guerra alastram aos EUA

Os protestos contra a intervenção da Nato na Jugoslávia continuam em todo o mundo, inclusivamente nos Estados Unidos, o país que lidera a Aliança Atlântica e os bombardeamentos.

As cidades de Nova Iorque, São Francisco, Minneapolis e Claremont, entre outras, foram palco de acções de grupos de paz e do Centro de Acção Internacional (IAC). Durante os protestos, a porta-voz desta organização apresentou a orientação política dos protestos.

«O Governo de Milosevic tem sido apresentado como sendo semelhante ao de Adolf Hitler. Isto é apenas um pretexto para justificar a agressão militar contra um país soberano. Os Estados Unidos demonizaram Saddam Hussein no Iraque e Manuel Noriega no Panamá para justificar a agressão militar nesses países», afirmou Sara Flounders, citada pelo jornal *Morning Star*.

«Contudo, em todas estas guerras, a verdadeira questão é o desejo dos militares e dos interesses económicos americanos de dominarem essas áreas estratégicas. O que torna a propaganda americana mais absurda é o facto de dizer que é preciso bombardear a Jugoslávia para defender os direitos dos albaneses do Kosovo. Se quisessem defender os direitos de uma minoria nacional da brutalidade e dos abusos, não era preciso andar milhares de milhas. Afro-americanos, latinos, nativos, árabes e asiáticos são diariamente vítimas de racismo, de discriminação e de uma política de terror dentro dos EUA», salientou Sara Flounders.

«Ao longo de toda esta década, a tragédia da antiga Jugoslávia foi dirigida por interferência estrangeira, a começar pelo encorajamento da Alemanha ao desaparecimento desta nação multiétnica», conclui a porta-voz do IAC.

Cuba apoia ajuda humanitária

Respondendo à decisão anunciada pelos Estados Unidos de acolher refugiados do Kosovo no território da base naval de Guantánamo,

em Cuba, o Governo cubano anunciou que apoia toda a ajuda humanitária aos refugiados da guerra da Jugoslávia, «venha ela de onde vier».

«As vítimas inocentes de qualquer nacionalidade, etnia ou religião devem receber o máximo auxílio tanto dentro como fora da Jugoslávia», afirma o Governo numa declaração da semana passada, acrescentando que «não porá nenhum obstáculo e inclusivamente está disposta a cooperar, na medida das suas possibilidades, no que for necessário».

Defendendo que «a guerra deve cessar antes que se produzam desastres ainda maiores de índole humana, económica, política e militar a que ninguém beneficia», Cuba apela a uma solução urgente, razoável e justa para o conflito.

«Centenas de milhares de pessoas estão a sofrer de modo visivelmente dramático as consequências da guerra, sem contar com os milhões de civis que no Kosovo, na Sérvia e no Montenegro estão a viver sob o terror do ruído ensurdecedor das explosões, da destruição, dos incêndios e das perdas inevitáveis de vidas humanas, civis e militares, causadas pelas bombas e pelos projecteis que chovem de todas as direcções sobre aquilo que resta da que foi até há poucos anos a próspera e unida República Socialista da Jugoslávia», sustenta o Governo cubano.

«Destruir em pleno Inverno uma central termoelectrica que fornece electricidade e aquecimento a um milhão de pessoas e os ataques a outras instalações semelhantes que prestam serviços vitais a toda a população estão muito longe de ser objectivos militares e começa já a converter-se em genocídio», declara.

Cuba, que desde o início condena a agressão, considera que os sérvios resistirão aos ataques e que a Nato se dirige para «uma interminável luta e um genocídio injustificável e inútil em pleno coração da Europa».

■ Anabela Fino
Enviada especial
em Belgrado

Os sérvios morrem de pé

Belgrado surpreende pela aparente normalidade que à primeira vista parece reinar aqui. As ruas cheias de gente, as lojas abertas ostentando os mais variados produtos, crianças brincando nos parques, dão uma imagem que dificilmente se associa com a situação de guerra. E, no entanto, a guerra é uma realidade dolorosa que preenche o quotidiano e domina todas as conversas.

O que surpreende aqui é a determinação com que toda a gente faz questão de prosseguir uma vida normal nesta trágica situação de guerra. Há um orgulho, uma coragem, uma maneira de estar de pé verdadeiramente impressionantes.

«Esta é a nossa terra», dizem-nos por todo o lado, «estamos dispostos a morrer por ela.»

Logo na primeira noite passada em Belgrado se percebe que não é retórica a afirmação que dia após dia será repetida por todo o lado, das mais diversas formas, pelas mais diferentes pessoas. As sirenes soaram como de costume às 20 horas locais. No restan-

no ar logo após o embate, o clarão do fogo que se segue, os grupos de pessoas que de imediato se formam na rua. Impossível não sair. Cá fora há vidros partidos por todo o lado. A polícia isola a área, mas as pessoas continuam a aparecer numa tentativa de saber dos estragos. Nas lojas vizinhas do impacto os vidros estão todos partidos, há janelas arrancadas, danos nas fachadas dos prédios. Numa sapataria - dramática imagem da desolação mas também da capacidade de resistência - um homem de idade avançada varre os destroços, um trabalho para toda a noite. Há gente que não dorme desde o

encaram os destroços, acompanham as notícias pela televisão, mergulham nos jornais disponíveis nos quiosques existentes em cada esquina. Olhos de quem está disposto a resistir, seja lá como for. «Esta é a nossa terra, estamos dispostos a morrer por ela.» De pé.

Vista de fora, a decisão de servir de escudo humano que noite após noite leva milhares de pessoas para as pontes sérvias pode parecer patética, mas aqui o simbolismo desse gesto - como de tantos outros - tem a força da determinação de um David contra Golias. Os próprios cartazes ostentados nos concertos fazem questão de o afirmar: «Terroristas da Nato, queremos guerra cara a cara. Vocês tem cara.»

Toda a gente percebe que o que está em causa nesta guerra tem motivações geopolíticas, geoestratégicas, económicas, e que as populações - sejam elas da Sérvia, do Kosovo, da Albânia, ou de qualquer outro lado deste



Destroços em Belgrado

actual, entende-se tudo o que consta, do rumor ao boato, do oficial ao não oficial - dão conta que Curuvija seria um agente duplo com estreitas ligações à mafia da droga. O importante nesta história, que obviamente está longe de estar confirmada, é o intrincado de ligações perigosas existentes nesta região do mundo e a ténue separação, se é que há alguma, entre informação, desinformação, contra-informação nesta guerra suja que se trava nos Balcãs.

Uma coisa é certa, a Jugoslávia está a ser destruída pelos bombardeamentos diários da Nato a pontes, estradas, caminhos-de-ferro, fábricas, e a todo o tipo de infra-estruturas, ao mesmo tempo que aviões da Aliança Atlântica enchem algumas das regiões mais atingidas do país com panfletos dizendo que a sua acção «humanitária» é em prol da paz e da democracia. Os sérvios não acreditam, vá-se lá saber porquê.

Timor Novo massacre

A situação em Timor agrava-se. Na semana passada a localidade de Liquiçá foi palco de um novo massacre, onde terão morrido pelo menos 25 pessoas às mãos da milícia pró-integracionistas Merah Putih.

«Quando o ataque aconteceu, as pessoas esconderam-se onde podiam. Alguns fugiram para a minha casa e outros para a igreja, mas os polícias lançaram gás lacrimogéneo para o interior para os obrigar a sair. As pessoas saíram da igreja com os olhos cheios de lágrimas e foram ceifadas até à morte com machetes pelos Merah Putih», conta o padre Rafael dos Santos.

Entretanto, a Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (Renetil) exigiu à ONU e à comunidade internacional o envio imediato de forças de paz para o território.

«Temos a certeza de que, sem a presença de forças de paz, as forças armadas continuarão a praticar actos de barbaridade no território, porque o seu objectivo é eliminar física e ideologicamente os timorenses que defendem o direito à autodeterminação e independência», afirma a Renetil, citada pela agência Lusa.

Os estudantes timorenses exigem que o governo indonésio desarme as milícias, que «foram e são actualmente os actores principais da instabilidade, do terror e dos massacres no território», bem como a libertação imediata de Xanana Gusmão.

«A Indonésia sentiu-se segura e encorajada para praticar o genocídio em Timor-Leste, devido à política de dois pesos e duas medidas da ONU e dos países ocidentais, ditos defensores dos direitos humanos. O massacre de Liquiçá surge ao mesmo tempo que os países da Nato estão a actuar no Kosovo. Será que os países democráticos e defensores dos direitos humanos irão cruzar os braços ao assistir a catástrofes noutros continentes, nomeadamente o genocídio em Timor-Leste, que já dura há 23 anos?», questiona a Renetil.

Os dados que divulgou indicam que, depois dos acidentes de trabalho, a segunda causa de morte no mundo são os acidentes de viação (999 mil vítimas), violência (563 mil), guerras (502 mil) e Sida (312 mil).

Contudo, advertiu, o número de vítimas de acidentes de trabalho pode duplicar antes do ano 2020 caso não sejam introduzidas melhorias significativas nos locais de trabalho.

Ajuda humanitária da Rússia chegou

O comboio de viaturas com milhares de toneladas de ajuda humanitária da Rússia e da Bielorrússia chegou hoje à Jugoslávia, na terça-feira, depois de ter ficado retido durante dois dias na fronteira com a Hungria.

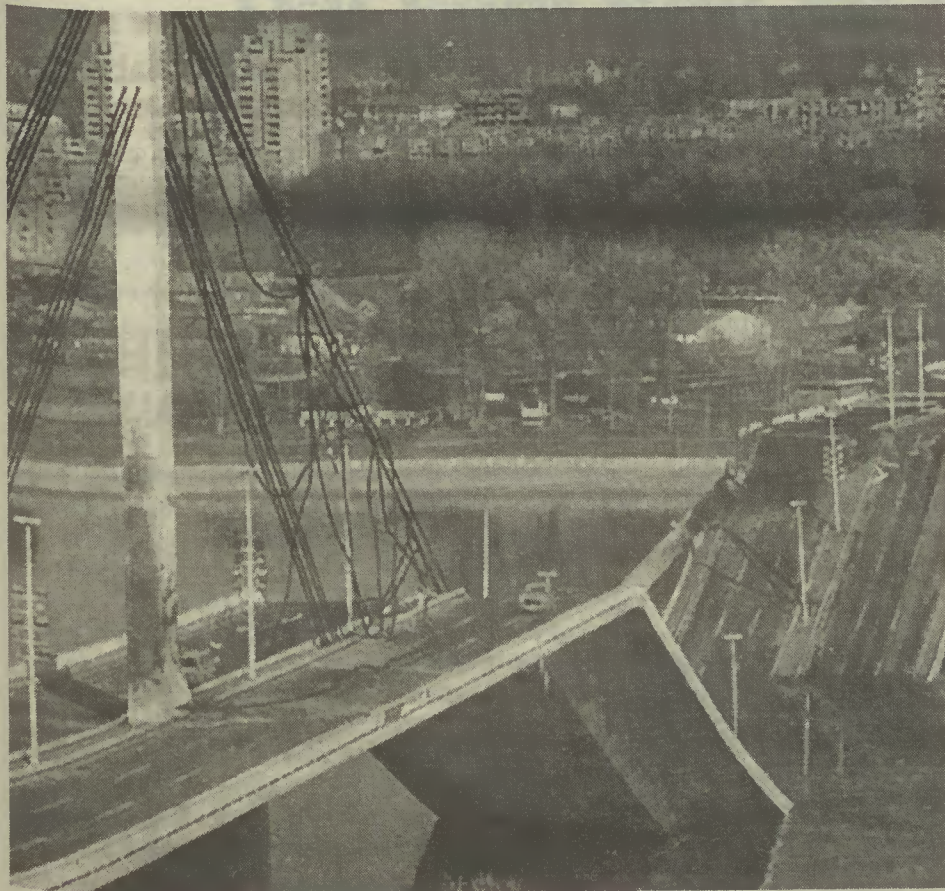
A passagem de 68 camiões foi desbloqueada após uma reunião em Budapeste entre altos funcionários governamentais dos dois países, durante a qual as partes concordaram na redução do número de veículos, regressando à Rússia cinco camiões com cabinas blindadas que as autoridades húngaras decidiram considerar como material bélico alvo de um embargo internacional. Antes, o ministro russo dos negócios estrangeiros, Igor Ivanov, ameaçara com «as mais graves consequências para as relações russo-húngaras» se Budapeste não autorizasse a passagem da coluna para a Jugoslávia.

Romano Prodi desiste da candidatura

O presidente indigitado da próxima Comissão Europeia, Romano Prodi, anunciou na terça-feira no PE que já não é candidato às eleições europeias, por considerar que a candidatura poderia prejudicar a actual conjuntura política na UE.

«Estou aqui para unir não para dividir», declarou Romano Prodi no plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, França, onde falava pela primeira vez desde que foi escolhido pelos chefes de Estado ou de governo da União para suceder ao presidente da Comissão Europeia demissionária, Jacques Santer.

Esta posição representa um recuo de Prodi, que em contactos informais com os grupos políticos do Parlamento tinha indicado a intenção de manter a sua candidatura a um mandato de eurodeputado, o que suscitou vivas críticas da parte dos deputados.



Ponte destruída na Jugoslávia: um dos principais alvos da Nato

te do hotel abrem-se os cortinados para a cidade iluminada, num gesto de desafio que encerra um simbolismo cujo significado se vai descobrindo nas deambulações pela cidade, nas conversas tidas ao acaso sempre que é possível vencer a barreira linguística. Toda a gente é um alvo. Toda a gente se assume como um alvo.

Não é um gesto gratuito, uma bravata para estrangeiro ver. A guerra é uma realidade cujos efeitos se fazem sentir no próprio coração da cidade. Nessa mesma noite - 7 de Abril, trinta minutos depois da meia-noite -, a curta distância do hotel, uma bomba destrói um antigo edifício militar, desocupado há três anos e em obras de recuperação para a sua conversão em Palácio da Justiça civil. Da janela do hotel vê-se a coluna de fumo negro elevar-se

começo da guerra, garantem-nos. No dia seguinte uma visita ao local revela a extensão dos danos provocados no alvo, mas dos «efeitos colaterais» já quase não resta sinal: os vidros foram substituídos, as lojas estão a funcionar, a vida voltou ao «normal».

É com esta capacidade de resistência que nos deparamos diariamente. Uma resistência cheia de raiva e de revolta por uma agressão que todos sentem injusta, mas onde não cabem queixumes nem lamentos. A dor existe e sente-se, profunda, dilacerante, perante a persistente destruição do país que está a ser levada a cabo pelos bombardeamentos, mas não se traduz em palavras de autocompaixão, em lamentos tão ao gosto mediático.

A dor lê-se nos olhos que

complexo mapa balcânico - não passam de vítimas de um muito sujo jogo de interesses. Um acontecimento registado na noite de passado domingo veio lançar mais uma acha neste vulcão: Slavko Curuvija, proprietário do Dnevni Telegf, um diário proibido desde o Outono passado pelas autoridades sérvias, foi assassinado a tiro no centro de Belgrado, à entrada do prédio onde vivia. Conhecidas as posições críticas de Curuvija face ao governo sérvio, não surpreende que as primeiras especulações sobre as causas do assassinato apontassem no sentido do silenciamento da imprensa «independente», facto naturalmente preocupante e altamente perturbador. No entanto, informações vindas a público na segunda-feira - e por informações aqui, no contexto

Debate conjunto do PCP e Esquerda Unida

Bombardeamentos têm de parar

A actual estratégia da NATO e as alternativas para a paz e cooperação foram o tema de um colóquio conjunto entre o PCP e a Esquerda Unida de Espanha. Esta iniciativa, que encheu segunda-feira a Sala do Senado da Assembleia da República, realizou-se no quadro da cooperação ao nível da Península Ibérica entre aquelas duas forças políticas e contou com a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que interveio no final.



O debate realizou-se na Sala do Senado da Assembleia da República.

O debate, muito vivo e participado, entre uma plateia heterogénea onde podiam ver-se conhecidas figuras do meio sindical, militar e cultural, iniciou-se após breves intervenções dos elementos da mesa. Júlio Anguita, Coordenador da Esquerda Unida, que estava anunciado, não pôde estar presente por motivo de doença.

O «alargamento da NATO» foi o tema inicial proposto à reflexão dos presentes pelo deputado comunista João Amaral, a que se seguiram as intervenções dos

camaradas Domingos Lopes e José Neto, ambos do Comité Central, que falaram, respectivamente, dos «movimentos da paz e a NATO», e «a NATO e a independência nacional».

Os três representantes da Esquerda Unida — Pedro Marsset, Secretário de Política Exterior da Esquerda Unida e deputado no Parlamento Europeu; Willy Meier, deputado da Esquerda Unida e porta-voz da Comissão de Segurança e Defesa; e José Cabo, coordenador de secretaria de política exterior da Esquerda Unida — abordaram nas suas intervenções a guerra na Jugoslávia, pondo sobretudo o acento tónico nos desafios que se colocam à esquerda europeia para pôr fim ao conflito.

Ideia consensual que importa reter das intervenções proferidas ao longo do debate é a de que urge pôr fim aos bombardeamentos. Muito sublinhada pelos presentes foi também a importância de Portugal se retirar do teatro de guerra, bem como a necessidade de ser encontrada uma solução política para o conflito.

A delegação da Esquerda Unida, para além da sua participação no colóquio, manteve ainda na sua breve estadia em Lisboa conversações com uma delegação do PCP, chefiada por Carlos Carvalhas, e que integra ainda os camaradas Domingos Abrantes, Albano Nunes, Domingos Lopes e João Amaral.

Carlos Carvalhas

A luta pela dissolução da NATO

É um imperativo da luta pela paz

Este nosso Colóquio tem lugar numa situação de grande complexidade e perigo.

Os EUA querem ditar o seu “modelo” e a sua “ordem” a todo o Planeta.

Arrogantemente julgam-se os senhores e os polícias do mundo.

Sozinhos, com os ingleses, ou com a cobertura da NATO decidem a seu belo prazer. Bombardeiam o Sudão e o Afeganistão, bombardeiam com os ingleses o Iraque e agora com a NATO a Jugoslávia calcando todos os princípios do direito internacional.

Todo o sistema de segurança e cooperação europeias está em crise, aliás é o próprio direito internacional que está em crise e que é posto em causa como o demonstra a guerra desencadeada contra a Jugoslávia.

A Europa, o mundo, os povos estão ante uma encruzilhada: ou a vitória de um sistema de segurança baseado num conjunto de poderosas potências com os EUA à cabeça, ou o sistema de segurança baseado na Carta das Nações Unidas à escala mundial e a OSCE à escala europeia.

O primeiro funda-se no tremendo poderio económico e militar dos EUA e seus aliados, cujo domínio passa também pelos grandes canais de informação para poder influenciar as opiniões públicas, recorrendo inclusive à manipulação.

Um tal sistema está patente na guerra contra a Jugoslávia. A guerra viola o artigo 4.º da Carta da NATO que prevê apenas quando algum dos seus membros se encontra ameaçado. Além de que foi desencadeada sem qualquer mandato do Conselho de Segurança da ONU. Trata-se de um precedente de enorme significado para o futuro. Esta decisão visa testar até que ponto os EUA e a NATO podem modelar o mundo e o direito internacional às suas vontades. O recurso à força contra a Jugoslávia abre um novo precedente que se pode resumir deste modo: os EUA, com ou sem a NATO, com ou sem mandato da ONU, podem intervir sempre e onde queiram, por sua decisão, sem qualquer outra legitimação.

Trata-se, pois, da substituição do sistema saído da segunda guerra mundial, por um novo sistema baseado exclusivamente no poderio dos EUA e na parceria EUA, Inglaterra. No fundo, é a subversão da ordem internacional.

O segundo funda-se no respeito dos princípios da Carta das Nações Unidas, onde todos os Estados participam com os seus interesses próprios, independentemente da insuficiente composição do Conselho de Segurança. É certamente um sistema com muitas lacunas, mas é o único que tem em atenção a diversidade de interesses dos países e das várias potências mundiais. Aliás, deve sublinhar-se, foi este o sistema que contribuiu para o mundo viver em paz desde 1945 até hoje. E é este o sistema que os EUA e a NATO querem pôr em causa.

Vale a pena ter presente que a NATO é como a prática o demonstra um instrumento de controlo político por parte da potência dominante que impôs os bombardeamentos à Jugoslávia.

Sem querer retirar todas as responsabilidades (que são muitas) aos governantes europeus, a esmagadora maioria socialista e socialis-

-democratas, o certo é que até há bem pouco tempo quase todos concordavam que não podia haver guerra sem uma resolução do Conselho de Segurança da ONU.

Leonel Jospin, primeiro-ministro francês, declarou na sua alocução no Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional, que o objectivo da Aliança é a defesa colectiva dos aliados e que ela não pode ser conduzida sem pelo menos estar mandatada pelo Conselho de Segurança da ONU ou pela OSCE.

Em Junho de 1998, em Cardif, na Cimeira da União Europeia, os dirigentes europeus concordaram que qualquer acção militar contra a Jugoslávia só podia ter lugar com mandato expresso do Conselho de Segurança da ONU.

São muitas as declarações de vários dirigentes europeus que mostram que se renderam agora ao capataz da NATO e do mundo, impondo a guerra na Europa e criando o perigo de ela se arrastar a outros países.



As duas forças políticas exigiram o fim da guerra na Jugoslávia

Esta guerra e todo o cortejo de horrores nos Balcãs, e que no essencial corresponde à vontade imperial dos EUA de impor a guerra e alargar a sua presença militar naquela área nevrálgica da Europa e num dos flancos da Rússia, está agora a agravar todos os problemas e a acumular mais fracturas e ódios futuros.

Há muito que os EUA actuam ou para dominar ou para marginalizar a ONU e a OSCE. Esta guerra é, sem dúvida, mais um elemento e um desafio para ver até que ponto os EUA e alguns dos seus aliados podem impor esta nova “desordem”.

A Europa é um velho continente onde os trabalhadores e os povos construíram uma civilização que está marcada pelos enormes progressos arrancados ao longo de séculos às classes dominantes.

A Europa é um vasto continente onde os diversos países têm interesses próprios e que, ao longo dos últimos 50 anos, conseguiram códigos de conduta cuja expressão máxima foi a assinatura em Hel-

sínquia de uma Acta definidora das principais regras. Foi dentro desse espírito que se criou a OSCE, uma organização de segurança e cooperação colectiva, pan-europeia.

A OSCE é hoje a única organização pan-europeia que agrupa o conjunto dos Estados do Continente, a única onde cada um, independentemente do seu tamanho, da sua influência, da sua riqueza, pode fazer ouvir a sua voz e tem o mesmo poder de decisão que qualquer um dos outros.

Convém ter presente que a OSCE não estriba as suas decisões num núcleo de Estados, por mais importantes que sejam, mas antes no conjunto das nações soberanas, sem discriminações.

Cada país, cada nação, forjou ao longo da sua história um património único, insubstituível, o qual ajudou a forjar aquilo a que já se apelidou de verdadeira identidade europeia.

Ultrapassada a fase da guerra fria, urge ultrapassar esta fase de hegemonia dos EUA e **abrir um grande debate sobre a segurança colectiva dos europeus.** Começa, aliás, a ser evidente que os povos da Europa, África, América Latina e Ásia aspiram a ver-se livres de um “mundo unipolar”, onde uma única superpotência impõe no essencial o seu poderio.

As alianças militares demonstraram ao longo dos tempos que acabaram muitas vezes por levar a conflitos armados. É preciso, à beira do terceiro milénio, **outro caminho.** A estrutura da OSCE pode vir a ser uma base para que os povos assegurem um novo século de paz e cooperação, sem que os Estados mais fortes imponham o seu domínio aos mais fracos.

A OSCE poderá vir a ser uma instância de concertação ampla, em que todos os membros usufruam dos mesmos direitos.

Mas uma verdadeira segurança exige também o desenvolvimento económico equilibrado, relações económicas externas justas e uma efectiva cooperação para o desenvolvimento. A segurança e a cooperação devem andar juntas. Por isso, é também da máxima importância que a União Europeia, não seja um “Directório de grandes potências” nem que o princípio da coesão económica e social seja, não uma flor de retórica, mas um princípio que tenha concretização prática, seja uma fortaleza mas que esteja aberta ao terceiro mundo e aos povos e culturas do Sul.

(...)

A luta pela dissolução da Nato e pela criação de um novo sistema de segurança colectiva é hoje mais necessário do que nunca. Ela é também um imperativo de luta pela paz, pela cooperação internacional e a amizade e compreensão entre os povos.

A cooperação entre o PCP e a Esquerda Unida e a sua intervenção em acções comuns ou coincidentes pela dissolução da NATO e por uma nova segurança colectiva é também um importante contributo para a paz na Península Ibérica e na Europa.

(...)

ENCONTRO
NACIONAL
PCP



Reforçar o PCP e a CDU nas eleições '99

Deputados que trabalham

Intervenção de Ilda Figueiredo

Nesta fase final do Encontro Nacional do PCP sobre as eleições de 1999 em que já se abordaram as principais questões, incluindo objectivos, declaração programática e estratégias de campanha eleitoral, quero apenas sublinhar quatro aspectos que me parecem essenciais para estes dois meses que faltam para as eleições dos 25 deputados ao Parlamento Europeu, tendo em conta a experiência que fui colhendo neste período de pré-campanha, ao longo do País:

Em primeiro lugar, trata-se de ganhar a compreensão pelos cidadãos eleitores da importância do voto em 13 de Junho, dada a influência crescente das decisões europeias no dia-a-dia da vida das pessoas e o contributo que o resultado da CDU nestas eleições dá para fortalecer as condições que favoreçam o reforço da esquerda que faz a diferença. Cada vez mais a vida política, económica, social e cultural do nosso país é condicionada por orientações e decisões tomadas nas instituições da União Europeia, pelo que importa ter no Parlamento Europeu quem defenda intransigentemente os interesses nacionais e populares e lute por um novo caminho para a construção europeia. Reafirmar que se trata de eleger 25 deputados, e não o presidente do que quer que seja. Reafirmar que todos os votos na CDU contam, do Minho ao Algarve, dos Açores à Madeira. Que todos são essenciais para eleger deputados que trabalhem.

Em segundo lugar, a divulgação do valioso e ímpar património de intervenção e de realização dos Deputados do PCP no Parlamento Europeu, de ligação permanente ao País e às suas legítimas preocupações e aspirações, de defesa dos direitos e interesses de Portugal, de permanente potenciação da capacidade negociadora portuguesa e de acção em prol das actividades produtivas e do progresso harmonioso do País, de afirmação e de salvaguarda dos anseios populares e dos trabalhadores.

É que há, mesmo, um intenso trabalho realizado. Os três Deputados do PCP no Parlamento Europeu (Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo), como já aqui foi referido e alguns órgãos de comunicação social também o fizeram, foram responsáveis por cerca de um terço do conjunto das perguntas, intervenções, relatórios e pareceres apresentados pelos 25 Depu-

tados portugueses no Parlamento Europeu, o que, só por si, demonstra a importância do reforço da votação na CDU nas próximas eleições para o Parlamento Europeu. (...)

Em terceiro lugar, importa alargar o debate em torno das implicações das políticas europeias na economia portuguesa e nos vários sectores de actividade. Áreas fundamentais da vida económica nacional revelam fragilidades crescentes. Ora, a questão que se coloca, cada vez mais, neste rumo da integração europeia, é saber se o País ficará satisfeito com algumas auto-estradas modernas, mas as vias secundárias esburacadas; se pode ficar satisfeito com a importação de peixe espanhol, pescado, inclusive, nas nossas águas, ao mesmo tempo que nos pagam para abater barcos e nos impedem de pescar nas águas de Marrocos e de pescar o bacalhau nas águas do Norte; se o País pode ficar satisfeito por ver os produtos agrícolas importados de França, da Bélgica, da Alemanha, de Espanha, enquanto a nossa agricultura é afundada e desprezada; se o País pode ficar satisfeito por ver

milhões de fundos estruturais serem entregues ao capital transnacional, sempre pronto a levantar voo, enquanto importantes sectores produtivos industriais aparecem cada vez mais dependentes, subcontratados, ou simplesmente liquidados, como aconteceu, por exemplo, com a nossa metalurgia pesada. (...)

A quarta questão que gostaria de sublinhar, simultaneamente com a denúncia dos problemas que se arrastam, é a de que é necessário promover as propostas e a alternativa que apresentamos, em defesa dos interesses nacionais e populares, por um novo rumo da construção europeia, por uma Europa de estreita cooperação democrática, solidária, de paz e de coesão, de países e povos iguais em direitos, e não uma Europa comandada pelas transnacionais, pelos interesses imperialistas, sejam alemães ou americanos.

No Parlamento Europeu vamos defender uma nova dimensão social que resolva o drama dos cerca de vinte milhões de desempregados e dos cinquenta milhões de pobres da União Europeia, que crie emprego de qualidade e promova uma reorientação das políticas sectoriais comunitárias que ignoram os atrasos e debilidades estruturais e sacrificam sectores de actividades fundamentais do País. O País não pode aceitar que estejamos no pelotão da frente da moeda única e no carro-vassoura dos salários, das reformas, do nível de vida.

Os deputados comunistas no Parlamento Europeu defenderão a necessidade de apoios à actividade comercial e ao sector industrial do País, nomeadamente dos têxteis e do calçado, à necessária profunda reforma da Política Agrícola Comum e à reorientação da Política Comum das Pescas, com vista a ultrapassar os actuais desequilíbrios na distribuição dos apoios e subsídios entre produtores, produções e países, de modo a permitir o crescimento da produção agro-alimentar nacional e garantir o desenvolvimento da actividade piscatória.

Os deputados comunistas no Parlamento Europeu defenderão a identidade nacional, a cultura e o património, no quadro do diálogo e do intercâmbio de culturas e do seu enriquecimento, pugnando pela dimensão cultural e ambiental da construção europeia.



ENCONTRO
NACIONAL
PCP

10. ABRIL 1999
10H30
HOTEL ALTIS - SALA EUROPA
LISBOA

Reforçar os que dão voz ao povo e aos trabalhadores

(...) Um qualquer governo e no caso concreto o Governo PS, que em 96 capitalizou eleitoralmente tantos descontentamentos, tantas esperanças e tantas lutas, tantas aspirações de mudança dos trabalhadores, dos agricultores, dos estudantes e reformados face à arrogância do cavacismo, devia interrogar-se das razões fundadas que levam hoje tantos milhares de portugueses e portuguesas a manifestarem os mesmos descontentamentos, a alargarem os protestos e a travar lutas maiores.

Há uma razão de fundo! Há uma razão objectiva que se alicerça no inconformismo, na recusa e condenação de uma política que nos seus traços tem como fio condutor o mesmo conteúdo e substância da política levada a cabo pelos executivos do PSD.

Nas privatizações, na política agrícola e das pescas, no retrocesso do nosso aparelho produtivo, no seguidismo das orientações neoliberais na política europeia, decerto ninguém arriscaria a promover um concurso do tipo "descubra as diferenças".

Mas é na política de rendimento e preços, na distribuição da riqueza nacional e, particularmente, nas propostas de alteração da legislação laboral, que o Governo PS assume uma opção política de fundo.

greve. Este pacote laboral é contra os trabalhadores, mas também contra o projecto e o ideal de Abril.

Nós não duvidamos que, na recta final do mandato do Governo, no limiar das eleições para o Parlamento Europeu, são muitos aqueles que pensam que o PCP teve e tem razão. Que muitas vezes sozinho e, ao contrário do PS, do PSD e do PP, revitalizou esperanças, ergueu como bandeira e deu voz a aspirações e reivindicações justas, assumiu sem equívocos a defesa das grandes causas sociais. São muitos aqueles que sabem que o PCP esteve lá, onde se luta e onde os outros só vão quando há campanhas eleitorais. Que sabem sermos um Partido de Luta, mas também um Partido de proposta, que tem como destinatários os trabalhadores, o povo português e Portugal.

E se é bom saber e ouvir que o PCP é necessário e imprescindível, que os comunistas são os mais combativos e determinados, os que mais confiança e votos merecem para estar nos sindicatos e comissões de trabalhadores, como se provou recentemente na AutoEuropa, na Caixa Geral de Depósitos, na CP, na Refer, como se comprova na Lisnave, na Gestnave, no Arsenal do Alfeite, na Siderurgia e em tantas outras empresas;

que o Governo PS assume uma opção política de fundo.



Penalizou ou condicionou os salários quando a situação económica permitia a sua evolução progressiva; foi necessária a iniciativa e a proposta do PCP para minimizar a injusta política fiscal; tentou subverter a redução do horário de trabalho para as 40 horas pela via da eliminação das pausas e do exerto da polivalência; e assumiu o papel de proponente e responsável de um grave pacote laboral.

Foi a luta dos trabalhadores e da CGTP, com a valiosa e insubstituível contribuição do PCP que desarticularam, adiaram ou corrigiram algumas das peças do pacote laboral, que a serem transformadas em lei pela Assembleia da República, iriam abalar alguns dos principais pilares do direito do trabalho.

Foi a luta dos trabalhadores e da CGTP e a intervenção política e institucional do PCP que adiaram a alteração à lei das férias, ao conceito de retribuição e dos contratos a prazo; que impediram o carácter imperativo e de aplicação imediata da redução do trabalho nocturno e do respectivo subsídio.

Mas ainda assim, fiel ao compromisso selado com as grandes confederações patronais, o Governo insiste na peça mais gravosa do pacote laboral, a proposta de lei de trabalho a tempo parcial.

A luta determinou recuos e adiamentos. E mesmo a lei do trabalho a tempo parcial, sendo um perigo iminente, não é um facto consumado. Valeu a pena lutar. Valeu a pena a luta da CGTP, das Uniões, Federações, Sindicatos e Comissões de Trabalhadores. Valeu a pena o esforço empenhado e militante do nosso colectivo partidário nas campanhas junto dos trabalhadores. Foi essa luta e esse empenhamento que arquitectaram e alicerçaram a mobilização dos trabalhadores para a realização da maior acção de massas da última década no dia 25 de Março, manifestação nacional que contou mais uma vez com a elevada e combativa participação dos trabalhadores de todo o país.

Se alguma lição o Governo pode extrair é a de que deve abandonar definitivamente o pacote laboral. E abandonar neste tempo em que vamos comemorar os 25 anos do 25 de Abril, em que vamos comemorar a liberdade reconquistada, mas também a conquista do direito ao trabalho e à segurança no emprego, aos salários mais justos e horários mais dignos, a mais férias e subsídio de férias, à Segurança Social, ao direito de contratação, à liberdade sindical, ao direito de manifestação, de reunião e de

se é bom saber que os deputados comunistas no Parlamento Europeu e na Assembleia da República merecem nota alta pelo seu trabalho, pelas suas posições e propostas, então nós queremos dizer aos trabalhadores, aos reformados, aos agricultores, à intelectualidade, aos jovens e mulheres, aos pequenos e médios empresários que não dêem só razão ao PCP. Dêem-lhe mais força, mais votos e deputados!

Ainda esta semana, na Assembleia da República exigimos que o Governo concretizasse a 2.ª fase do aumento extraordinário dos reformados e de uma forma mais ampla no 25 de Abril.

Seria uma forma de muitos reformados poderem comemorar o 25 de Abril de uma forma digna. O Primeiro-Ministro quis fazer humor com a sorte dos reformados dizendo que não o faria pois não queria fazer eleitoralismo, que só concretizaria tal promessa em Julho, após as eleições europeias, esquecendo-se de dizer que o fazia a dois meses das eleições legislativas.

A gravíssima situação de tantos reformados exigia mais seriedade e menos calculismo por parte do Governo, exigia mais atenção e menos hipocrisia.

Sim à Paz Não à NATO

É uma vergonha que no 25.º aniversário do 25 de Abril, que nos trouxe a paz, Portugal esteja envolvido numa guerra pela mão de um governo do Partido Socialista.

É uma vergonha que quando a União Europeia tem, entre 15, 13 governos de maioria socialista, esta se submeta aos ditames dos EUA e levem a guerra ao coração da Europa.

Como já afirmámos e, como aliás muitas posições públicas o demonstram, as reservas ou a oposição à guerra desencadeada pela NATO contra a República da Jugoslávia e ao envolvimento de Portugal, não conhecem fronteiras partidárias.

Por isso estamos também firmemente convencidos, que muitos cidadãos que se identificam com o PS, não deixarão de sentir uma grande mágoa e tristeza pelas tristes posições tomadas pelo Governo.

Intervenção de Carlos Carvalhas

E, ao contrário do que também todo o comportamento do Governo testemunhou, não é um simples assunto de administração corrente a grave decisão de envolver Portugal e as suas Forças Armadas numa operação de indiscutível agressão militar que, sem contestação possível, faz tábua rasa de elementares princípios do direito internacional e representa uma descarada ultrapassagem e marginalização da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE).

A guerra na Jugoslávia é apresentada como se só houvesse o céu, os bombardeiros e não as destruições e os mortos, como se estivéssemos perante um qualquer jogo de computadores.

Em cada noite, os aviões atravessam os céus largam bombas em "operações cirúrgicas" sobre os "objectivos", os "alvos", palavras que traduzem a vergonha de afirmar que nos tais alvos, nos tais objectivos, nas tais operações cirúrgicas há os escombros, há cadáveres, há feridos, há corpos martirizados. A Europa vive horas que nos transportam a um passado de mais de 50 anos.

(...) É necessário parar com a engrenagem da guerra. Os bombardeamentos são não somente um erro histórico, mas dia após dia, noite após noite, eles assassinam os argumentos utilizados para os justificar.

Eles agravam todas as situações, mesmo aqueles que proclamavam querer resolver, nomeadamente o êxodo dos albaneses do Kosovo que são utilizados como carne para canhão.

É uma derrota para a humanidade e uma derrota e um desrespeito para a Europa.

Temos agora:

1. A ingerência, a destruição e a morte transformadas em direito humanitário.
2. Os Direitos do Homem como um instrumento político de geometria variável.
3. E a arrogância dos que gostam de fazer guerra com o sangue dos outros.

As justificações do Primeiro-Ministro em tom beato e sofrido são uma total hipocrisia.

Pelos mesmos argumentos que tem invocado poderíamos perguntar-lhe por que não defende agora que a NATO bombardeie a Indonésia face aos massacres em Timor. Por que é que não defende os bombardeamentos da NATO à Turquia face aos massacres que o governo turco inflige ao povo Kurdo? E também seria interessante saber se o governo defende o armamento por parte da NATO dos membros do UCK?

O Governo português ao alinhar subservientemente – e o facto de pertencer à NATO a nada o obrigava – na agressão a um Estado soberano, deu também o seu apoio à política hipócrita de dois pesos e duas medidas, pois sabe bem que aqueles que pretextam o combate aos massacres e a defesa dos albaneses no Kosovo, são os mesmos que apoiam a brutal repressão dos curdos na Turquia e fazem letra morta das resoluções da ONU sobre a questão da Palestina e sobre Timor, precisamente quando assistimos aos massacres de Likiçá. Segundo a imprensa de hoje os "Albaneses podem abrir caminho a tropas terrestres da NATO" e segundo o ministro da Defesa, o tal que mandava os gorilas para a Universidade, "Portugal vai comprar novos blindados" para poder intervir no Kosovo. Alguns até queriam que fosse por ajuste directo para evitar "delongas" com os concursos públicos. É uma vergonha.

Reafirmamos que Portugal só se prestigiaria se em vez de tomar uma posição seguidista e subserviente, em relação aos Estados Unidos, retirasse de imediato as suas forças militares desta operação agressiva e defendesse no seio da NATO, da União Europeia e da ONU, o fim dos bombardeamentos e a busca de uma solução política que assegure a autonomia e o regresso pacífico dos albaneses ao Kosovo com o respeito pela soberania e integridade territorial da Jugoslávia e o respeito pelos direitos das minorias nacionais.

(...) Afirmam os historiadores que foi em 732 que os termos "Europa" e "europeu" surgiram pela primeira vez pela pena de um Espanhol: «saindo das suas casas, escrevia ele, os europeus viam as tendas bem arrumadas dos Árabes».

Era uma Europa com exclusão dos outros, uma Europa contra os outros.

De facto, a história mostra-nos que a Europa se pode definir «contra o outro». E esta concepção que é a concepção da Europa agressiva, de espírito de cruzada, do colonialismo e do neocolonialismo, é a Europa xenófoba, a Europa do anti-semitismo e do holocausto, que continua a ter os seus seguidores, nomeadamente nos bombardeamentos da Jugoslávia.

Mas há também a Europa dos povos, do movimento popular e dos sindicatos, a Europa das luzes, a Europa do Renascimento, a Europa

EM FOCO

da Revolução francesa e da Revolução de Outubro, que recusa a concepção de Europa fortaleza. A Europa aberta ao mundo, a Europa aberta ao terceiro mundo, aberta aos homens e às culturas do Sul. É nesta concepção que nos situamos.

Recusamos as concepções eurocéntricas, assim como recusamos as concepções xenófobas e racistas ou as concepções federalistas.

Aqueles que defendem uma União Europeia federalista, estão no fundo a defender a dissolução do nosso país numa região sem rosto, comandada por um directório de grandes potências ao serviço do grande capital.

Quando se diz por exemplo, que a Europa deve falar a uma só voz, tem que se perguntar qual voz? A dos EUA. Só ingenuamente é que se poderia pensar que essa voz não seria no essencial a voz das grandes potências.

Como aliás já se viu, por exemplo em 1991, quando a Alemanha reconheceu unilateralmente a Croácia e a Eslovénia dando uma importante contribuição à desestabilização em toda a região, ou como se vê agora quando a presidência alemã elogia a Indonésia precisamente depois dos massacres de Likiçá, com o governo português caladinho, ou a dizer que vai protestar por intermédio da Embaixada para consumo interno!

Enquanto uns como o PP, se apresentam com dois candidatos do «faz de contas» pois não irão para Estrasburgo e ainda há dias andavam de braço dado com o PSD, dizendo agora que eles é que marcam a diferença; outros na luta pelos lugares, nas lutas de galos pelos poleiros, como o PSD, ficaram neste momento sem lista ao Parlamento Europeu, com a demissão de Leonor Belezar; e outros ainda, como o PS têm um cabeça de lista a prazo que diz em voz alta aquilo que o PS diz em voz baixa envergonhadamente, isto é, que defende uma Europa Federal e que se não vier a ser presidente do Parlamento Europeu faz as malas e volta à sua Fundação...

A CDU orgulha-se de ter representado ontem a sua lista.

Com uma grande presença feminina e com cidadãos de grande prestígio. Tem como primeiro nome a camarada Ilda Figueiredo, e tem nos dez primeiros nomes 5 mulheres. Conta com cerca de 50% de mulheres entre efectivos e suplentes. De facto, dos 33 candidatos 16 são mulheres, com provas dadas, e com grande prestígio nos diversos domínios da sua intervenção.

Hoje podemos dizer com alegria que honramos os nossos compromissos. É mais um testemunho da nossa coerência e da nossa luta empenhada pela intervenção em igualdade.

Só esperamos que aqueles que tanto andaram a falar em quotas, na paridade, na promoção da intervenção da mulher agora não o esqueçam, não o disfarçarem, não apaguem aquilo que diziam defender!

A nossa lista conta também com destacados cidadãos da cultura, dos movimentos sociais, do movimento sindical e do mundo do trabalho, com um destacado militar do 25 de Abril e também como sabem, com o nosso camarada José Saramago.

E conta, dando uma profunda garantia de um trabalho empenhado, experiente e de grande qualificação, como já aqui referiu a Ilda Figueiredo,



com as camaradas que ao longo destes anos asseguraram a representação do PCP e da CDU, no Parlamento Europeu, em defesa dos interesses nacionais e de uma Europa de paz e solidariedade, os camaradas Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo.

(...) Em defesa de uma União Europeia, que realize o princípio da «coesão económica e social» e o pleno emprego e não a "União Europeia" dos milhões de pobres e desempregados.



Em defesa de uma União Europeia, com uma grande dimensão social e ambiental, respeitadora dos interesses tanto dos pequenos como dos grandes países.

Em defesa de uma União Europeia mais democrática com as decisões mais próximas dos cidadãos.

Num país com uma produção tão insuficiente é uma afronta ver pagar-se para abater barcos de pesca; pagar-se para se ter campos abandonados; pagar-se para enterrar fruta, que falta em casa de tantas famílias.

Precisamos de uma outra política e de um outro rumo na construção europeia.

A defesa dos interesses nacionais e de um novo rumo para a construção europeia exige empenho, luta e também convergência da acção com outras forças comunistas, progressistas e ecologistas. Também por isso, valorizamos o "Apelo Comum", assinado por vários partidos progressistas e comunistas europeus, dirigido aos povos da Europa para que nestas eleições europeias reforcem aqueles que lhes dão voz. (...)

Por uma nova política Por uma viragem à esquerda

Sáimos deste nosso Encontro melhor preparados para as duas grandes e decisivas batalhas eleitorais que temos pela frente e que consideramos representarem para o povo português uma grande oportunidade que não deve ser perdida para condenar uma política injusta e para dar um sinal forte e marcante da exigência popular de uma nova política, de uma política de esquerda.

De uma política que cuide menos da propaganda falaciosa e cuide mais dos problemas reais dos portugueses.

De uma política que deixe de ajudar os que já têm poder e privilégios de mais e passe a ajudar os que mais sofrem e mais precisam.

De uma política que abandone de vez o sacrifício e o desrespeito por quem trabalha e passe a retribuir melhor em direitos, em salários, em formação e em segurança no emprego a contribuição essencial que os trabalhadores dão para a vida e o progresso do país.

De uma política que não se deslumbre tanto com êxitos conjunturais ou superficiais e que antes tenha a audácia de empreender uma resposta sustentada aos grandes problemas estruturais do aparelho produtivo, do desenvolvimento e da justiça social no país que, no essencial, são os mesmos que eram há 15 anos apesar dos milhares de milhões de contos entretanto recebidos dos fundos comunitários.

De uma política que desista da obsessão de combater e restringir os direitos sociais e de os transformar em áreas para chorudos negócios privados e que assuma que, entre outros, a defesa, garantia e aprofundamento dos direitos à saúde, à educação, à segurança social são uma exigência maior de uma real modernização da sociedade portuguesa e de padrões de justiça social dignos da entrada do novo século.

De uma política que tenha a coragem de romper com um humilhante servilismo face às grandes potências e aos Estados Unidos e restitua a Por-

tugal uma voz própria, realmente soberana e independente, que se prestigie na cena internacional pela sua sólida vinculação aos ideais da paz, da cooperação e da justiça nas relações internacionais.

Em breve, é por uma política assim que nós lutamos. E é para uma política assim que vamos pedir o voto dos portugueses e que lhes dizemos que não temos medo de ser avaliados pelo que efectivamente fizemos e defendemos nestes últimos quatro anos pela simples razão de que, sem jactância o dizemos, fizemos e lutámos o melhor que pudemos e soubemos por uma política justa e por causas justas.

Nas eleições elegem-se naturalmente pessoas que são os candidatos. Mas o que é da essência mais forte da democracia é que as eleições servem de facto para eleger representantes do povo mas ajustando sobretudo das políticas que já realizaram ou defenderam ou se propõem defender.

É isto que nos próximos meses nos cumpre lembrar a muitos portugueses que, nas eleições, se esquecem dos desgostos e queixas provocados pela política de quem governa e se deixam aprisionar na ideia falsa de que nas eleições se escolhem caras ou etiquetas, o que é sempre meio caminho andado para depois sofrerem a mesma política porque, de facto, só as caras é que mudaram.

Conhecemos bem, uma a uma, as falsidades, as confusões, mentiras e as armadilhas que vão ser erguidas, encenadas, montadas e profusamente espalhadas para desviar a atenção dos eleitores do que verdadeiramente é essencial e devia determinar o seu voto.

Sabemos que, de todos os lados, virão aí as palavras aparentemente mais comovidas e sensíveis sobre os dramas e as injustiças sociais e sobre as boas coisas que se prometem para depois de amanhã.

Mas o que diremos aos eleitores é que as eleições não podem ser um concurso ou uma competição de palavras, antes têm de ser uma comparação entre palavras e actos porque essa é a única forma de apurar a verdade, castigar a demagogia e premiar a coerência e a honestidade. E que nesse terreno estamos à vontade. E diremos também aos eleitores que entre PS e PSD pouco mais se discute do que a simples questão de saber quem põe as mãos nos comandos da política de direita, quem mais se senta à mesa do Orçamento e quem mais «jobs» vai poder dar aos seus.

Sabemos que se prepara a enésima versão do falso antagonismo entre o PS e o PSD e que se preparam espalhados duelos verbais de modo a construir a ficção de que esses dois partidos seriam grandes adversários e que essas seriam as duas únicas escolhas que importariam e que contariam.

Mas diremos aos eleitores que deve haver algum limite para a mentira e que por isso ninguém se esqueça que, se não fosse haver eleições este ano, o PS e o PSD e o PP estariam agora tão amigos e colaboradores e tão semelhantes no que defendem como estiveram em toda esta legislatura e como ainda na 5.ª-feira, estiveram quando as «oportunistas» abstenções do PSD e do PP permitiram que o PS fizesse aprovar a sua infame proposta de lei sobre a imposição do «trabalho a tempo parcial».

Sabemos que muitos vão animar e fomentar as clássicas confusões e falsidades sobre o alegado «voto útil» no PS para evitar o fantástico perigo do regresso da direita ao governo que, no momento próprio, algumas «sondagens» convenientemente se encarregarão de dotar de uma aparência de credibilidade.

Mas, com inteiro respeito pela verdade, diremos aos eleitores que nestas eleições o PSD não tem qualquer hipótese de vitória (e se tivesse Marcelo Rebelo de Sousa talvez não se tivesse demitido), que a direita não tem hipótese de regressar ao governo e que o chamado «voto útil» no PS é certamente útil para quem o recebe mas não tem nenhuma utilidade para quem o der. E diremos também aos eleitores que o voto útil de esquerda é na CDU porque é o que defende os seus interesses, porque é o que jamais será usado contra as justas aspirações populares, porque é o que, sempre e sempre, será usado para favorecer uma política de esquerda, para arrancar e conquistar leis, medidas e decisões positivas, para impulsionar uma alternativa de progresso e justiça social. (...)

CDU

PARLAMENTO EUROPEU 1999

EM FOCO

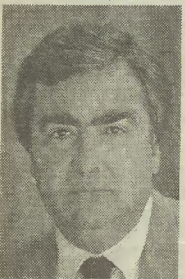
Os candidatos da CDU ao Parlamento Europeu

Efectivos



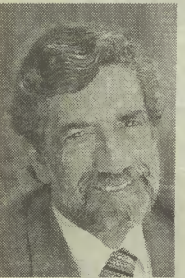
1.º ILDA FIGUEIREDO

50 anos. Economista. É membro do Comité Central do PCP. Mestrado em Planificação e Administração da Educação. Professora no Instituto Piaget. Foi deputada à Assembleia da República entre 1979 e 1991. Foi membro do Comité Misto Assembleia da República/Parlamento Europeu. É vereadora da Câmara Municipal do Porto.



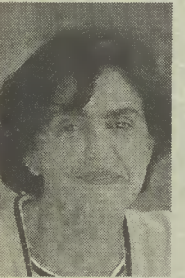
2.º JOAQUIM MIRANDA

48 anos. Economista. Membro do Comité Central do PCP. Vereador da Câmara Municipal de Portalegre. Deputado à Assembleia da República entre 1980 e 1986. Deputado do Parlamento Europeu desde 1986. Vice-Presidente do Grupo Confederado da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica. Vice-Presidente da Assembleia Paritária do Acordo entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a União Europeia (ACP/UE).



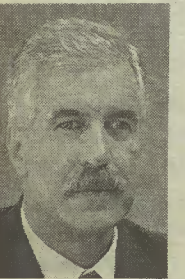
3.º SÉRGIO RIBEIRO

63 anos. Doutor em Economia. Membro do PCP. Membro da Assembleia Municipal de Ourém. Foi deputado à Assembleia da República. Foi Consultor Chefe de Missão BIT/OIT em Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e outros países africanos. Foi Director Geral do Emprego. Deputado ao Parlamento Europeu desde 1990, sendo Questor desde 1994. Membro de várias Comissões do PE e do Inter-Grupo do PE para as Questões de Timor-Leste.



4.º MANUELA CUNHA

42 anos. Curso de Literatura da Sorbonne e de Animação Cultural, tirado em França. Fez parte do Movimento Pacifista e Anti-Nuclearista Francês. Membro da Comissão Executiva do Partido Ecologista "Os Verdes" desde 1987. Membro da Presidência da Comissão Permanente dos Partidos Verdes da Europa Comunitária. Foi membro da Assembleia Municipal de Almeirim.



5.º HONÓRIO NOVO

48 anos. Engenheiro. Professor. Membro do PCP. Foi vereador da Câmara Municipal de V.N. Gaia entre 1990 e 1994. Foi Presidente da Direcção do TEP-Teatro Experimental do Porto. É deputado ao Parlamento Europeu desde 1994 e membro das Comissões de Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Política Regional e das Pescas, no PE.

6.º MARIA GRACIETE CUNHA

45 anos. Empregada. Membro do PCP. Foi membro da CT da Tabaqueira, Coordenadora do Sindicato dos Tabacos, Coordenadora da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos e pertenceu à C. Executiva U.S. Lisboa. É membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, e responsável pela Comissão Nacional de Mulheres.

7.º MARIA ODETE SANTOS

57 anos. Advogada. Membro do PCP. Deputada à Assembleia da República.

8.º MARIA ROSA COLAÇO

63 anos. Professora, Escritora e Jornalista. Independente apresentada pelo PCP. Tem uma vasta

obra literária publicada. Colabora em vários jornais e revistas. Ganhou vários prémios. Foi assessora da RTP. Desenvolve larga actividade pedagógica em Escolas e Bibliotecas.

9.º ARMANDO CARVALHO

45 anos. Agricultor. Membro do Comité Central do PCP. Membro da Direcção Nacional da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Dirigente do Conselho Agrícola de Vila Real e do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes.

10.º JOSÉ SARAMAGO

76 anos. Escritor. Membro do PCP. Foi jornalista. Trabalhou no jornal "Diário de Lisboa" e foi Director-Adjunto do jornal "Diário de Notícias". Fez parte da primeira Direcção da Associação de Escritores. A sua vasta obra está traduzida em várias línguas. Recebeu vários prémios nacionais e estrangeiros. É Prémio Nobel da Literatura 1998.

11.º ALICE VIEIRA

50 anos. Licenciada em Filosofia. Escritora e Jornalista. Membro do PCP. Autora de numerosas obras, muitas delas traduzidas em várias línguas.

12.º MÁRIO VENTURA HENRIQUES

63 anos. Jornalista e Escritor. É independente apresentado pela ID. Trabalhou nos jornais "Diário Popular" e "Diário de Notícias". Foi director do Semanário "Extra". Chefiou a agência noticiosa Europa Press. Publicou vários romances e narrativas sociológicas. Recebeu vários prémios literários. Foi dirigente da Associação Portuguesa de Escritores e preside ao Festival Internacional de Cinema de Tróia.

13.º DINIS DE ALMEIDA

54 anos. Oficial do Exército. Independente apresentado pelo PCP. Foi membro fundador do MFA e participante activo no 25 de Abril. Licenciado em Psicologia Clínica. É Presidente do Centro da Fonte da Prata e director técnico do Centro de Abrigo do Casal Ventoso (apoio a toxicodependentes). Autor dos livros "Origem e evolução do Movimento de Capitães" e "Ascensão, apogeu e queda do MFA".

14.º JOSÉ ÂNGELO ALVES

27 anos. Foi estudante da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. É membro do PCP. É Funcionário da JCP e membro do seu Secretariado e Comissão Política. Foi membro da Assembleia da Universidade de Coimbra e da Direcção Geral da Associação Académica de 1993 a 1995.

15.º MARIA LUÍSA NUNES FARIA

29 anos. Advogada. Independente apresentada pelo PCP. Ex-assessora do Grupo Parlamentar da CDU na Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Membro do Grupo de Reflexão Cristã "Dialogus".

16.º JOSÉ DECQ MOTA

49 anos. Membro do Comité Central do PCP e coordenador da organização do PCP nos Açores. Foi Deputado na Assembleia Legislativa Regio-

nal de 1984 a 1988. É vereador da CDU na Câmara Municipal na Horta.

17.º SUSANA FONSECA

44 anos. Licenciada em História. Mestre em Arqueologia. Membro do PCP. Funcionária da Direcção Regional do Alentejo do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). É Presidente da Direcção da Associação DEGEBE-Associação de Valorização do Património Cultural, que tem diversos projectos em curso no Alentejo. É eleita na Assembleia Municipal de Beja.

18.º MANUEL CARLOS SILVA

52 anos. Membro do PCP. Licenciado em Direito e Licenciado e Mestrado em Sociologia. Professor de Sociologia na Universidade do Minho. Prémio Sedas Nunes 1997.

19.º PEDRO GUERREIRO

33 anos. Psicólogo. Membro do PCP. Membro da Direcção da Associação «Os Pioneiros de Portugal». Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal de Loures. Actualmente é membro do Gabinete de Apoio aos Deputados do PCP no PE.

20.º CARMEN FRANCISCO

28 anos. Membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista "Os Verdes". Licenciada em Relações Internacionais. Foi eleita na Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Sines. Foi Deputada à Assembleia da República.

21.º JOÃO ANDRADE SANTOS

56 anos. Economista. Membro do PCP. Presidente da Região de Turismo de Évora. Membro da Direcção da Associação Nacional das Regiões de Turismo.

22.º MARIA GRAÇA MEXIA

61 anos. Psicóloga. Membro do PCP. Membro do Conselho Nacional do MDM, movimento de que foi fundadora. É eleita na Assembleia Municipal de Lisboa.

23.º JOÃO SANTOS CARDOSO

65 anos. Membro do PCP. Tem curso de Administração Hospitalar da Escola Nacional de Saúde Pública. Foi Administrador do Hospital Distrital de Portalegre e do Hospital Pediátrico de Coimbra. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares e Director da Revista de Gestão Hospitalar. Foi vereador da C. Municipal de Coimbra e actualmente é eleito na Assembleia Municipal de Coimbra.

24.º NUNO TITO DE MORAIS

35 anos. Jornalista. Membro do PCP. Foi dirigente da UEC e da JCP. Foi dirigente associativo de Escolas Secundárias e do ISEG e do ISCTE. Foi Director da Revista "Politika" e Director-Adjunto do Semanário "Já!". É membro do CPPC (Conselho Português Para a Paz e Cooperação).

25.º BEATRIZ MATIAS

60 anos. Psicóloga. Membro do Conselho Geral da Intervenção Democrática. Foi membro do Secretariado da CIL. Foi dirigente da Associação Portuguesa de Paramiloidose.

Suplentes

1.º MÁRIO AUGUSTO SOUSA

50 anos. Professor. Membro do PCP. Foi membro do Executivo da Direcção do Sindicato dos Professores da Zona Sul e do Conselho Regional da União dos Sindicatos do Algarve. É vereador na Câmara Municipal de V. Real de Santo António.

2.º MARIA DO LORETO

51 anos. Engenheira Silvicultora. Membro do PCP. Presidente do Conselho Científico do Instituto Politécnico de Bragança.

3.º JOÃO SILVA

48 anos. Operário. Membro do Comité Central do PCP. Coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e da Direcção da União Sindicatos de Lisboa. É membro do Conselho Nacional da CGTP-IN.

4.º MARIA JOANA SILVA

23 anos. Estudante de Sociologia e Planeamento. Membro da Ecojovem "Os Verdes" e do Conselho Nacional de "Os Verdes". Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Conselho Nacional da Juventude. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa.

5.º VANDA SANTOS

22 anos. Estudante de Direito em Coimbra. Membro do PCP. É membro da Comissão Política da JCP. É membro da Associação Juvenil "Mundo Comum". Foi membro da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra (1997/1998).

6.º FÁTIMA GARCIA

47 anos. Empregada de escritório. Membro do PCP. Membro do Gabinete de Apoio aos Deputados do PCP no Parlamento Europeu e trabalha junto das Comissões de Política Regional, Assuntos Sociais e Emprego e Direitos das Mulheres, no PE. Foi vereadora (substituta) da Câmara Municipal de Lisboa no mandato 1989-93. Faz parte do Organismo de Coordenação da Europa (Emigração) do PCP.

7.º MARIA ALCINA FERNANDES

46 anos. Advogada. Independente apresentada pelo PCP. Mestre em Relações Internacionais. Professora no Instituto Superior de Entre o Douro e o Vouga. Jurista em vários Sindicatos de Aveiro. Foi jurista e activista do MARN (Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte). É membro da Direcção Nacional do MDM.

8.º JORGE MANUEL FAEL

29 anos. Sociólogo. Membro do PCP. Técnico Sindical do STAL. Foi Presidente da Associação Académica da Universidade das Beiras (96/97) e membro da Assembleia Municipal da Covilhã.

CDU

PARLAMENTO EUROPEU 1999

A esquerda e o Bloco

■ Carlos
Luís
Figueira

Membro da Comissão Política

A RECENTE constituição do Bloco de Esquerda inspirada numa complexa engenharia de junção de partes da UDP, PSR, e o que resta da Política XXI, às quais se associaram outros cidadãos sem filiação partidária, dando origem a uma nova formação política, suscita-me alguns comentários, sem que dos mesmos se infira qualquer objectivo de estabelecer ou abrir polémica sobre este assunto. As coisas apesar de tudo são o que são.

Ponto de partida é o do claro reconhecimento do direito que assiste a quem quer que seja de formar, por soma ou mera junção de partes, as formações políticas que entenderem para intervir na vida política, desde que cumpram, como foi o caso, as obrigações e limites que a Constituição da República determina. O cerne da questão, como é óbvio, não se encontra aqui, mas antes se tais propósitos e objectivos são úteis ou não ao reforço e mobilização da esquerda, se constituem ou não iniciativas que abram caminhos para o alargamento e aprofundamento da necessária acção comum.

Antes de mais cumpre esclarecer que contrariamente ao rol de notícias e declarações que antecederam a formação deste novo Partido, em circunstância alguma foi colocado ao PCP por nenhum dos seus promotores propostas no sentido de erguer qualquer solução conjunta quer em função das próximas eleições a realizar este ano ou para qualquer outro projecto de mais longo prazo.

Este esclarecimento tem uma dupla importância. Primeiro, para colocar em matéria de factos o que realmente se passou. Segundo, para registar que tendo o PCP, no âmbito da sua iniciativa "Portugal 2000 Debates Para Uma Política de Esquerda" convidado para vários debates alguns dos impulsionadores deste novo Partido, seria aconselhável, em nome do simples respeito ou dever de reciprocidade, ter havido um sinal, um encontro, uma mera informação sobre os objectivos que tinham em vista. O único encontro pedido e realizado deu-se, como de resto é público, numa fase posterior para comunicar matéria de facto. As diferenças de comportamento não são meros actos formais, têm significado político e sobre estes cumpre não só registá-los como tirar dos mesmos as devidas ilações.

Apresentando-se como uma novidade na vida política sobre o lema "Começar de Novo" e com o objectivo de substituir uma "esquerda cansada" o recente Bloco apresenta na sua Declaração inicial um conjunto de análises críticas à Globalização empreendida pela dominante política neoliberal, à forma como está a ser construída a União Europeia, aos reflexos da mesma na situação do País e os compromissos e cumplicidades nesta mesma política por parte do Governo PS.

Com alguma surpresa, devo confessar, sobretudo após tanto alarido prévio, das referidas análises, salvo naturais diferenças de estilo, não encontrei substanciais diferenças em relação às que desde há muito fazem parte do património e da postura que o PCP tem assumido e assume dentro e fora das instituições em que participa. Em suma, lutando e batendo-se diariamente, em diversas frentes, para alterar a natureza destas políticas.

O mesmo se poderá dizer em relação ao conjunto das propostas apresentadas onde a "novidade" consiste no facto de em diversas áreas serem muito mais limitadas que as defendidas pelo PCP, quer quanto às alterações no domínio da orientação económica, quer no plano da integração europeia (área na qual não fica claro qual é de facto a posição do Bloco sobre a construção de uma Euro-

pa federalizada) quer mesmo em relação à natureza das políticas sociais.

Quanto ao que afirmam sobre o papel do PCP na sociedade portuguesa de hoje a decepção não é menor. Mais uma vez estão presentes os estafados chavões,

tiques e truques com o recurso à simplificação e à falsificação das posições do PCP, misturadas com doses suficientes de arrogância, de sectarismo mal contido (embora, como sempre, acusando-nos a nós de o sermos), resvalando para um anticomunismo muito próximo das análises e anátemas com que nos brindam os sociais democratas, para não ir mais longe.

De facto, afirmar-se como se afirma, que "à esquerda do PS tem estado um PCP incapaz de entender a complexidade actual da sociedade portuguesa e assim corporizar mais do que um projecto de resistência" é não só uma manifestação de arrogância gratuita e de auto-suficiência inconsistente, sobretudo para quem tão-pouco como alternativa acaba por propor, como representa objectivamente falsificar, apagar, todo o contributo de esclarecimento e luta que sem tréguas nem cansaços os comunistas desenvolvem, contra todos os silenciamentos e discriminações de que são alvo, em defesa de uma política alternativa, tendo como alvo assegurar o desenvolvimento económico do país, aprofundar as características democráticas do regime e garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores e do nosso povo.

Afirmar-se como afirma Miguel Portas (DN de 6.3.99) que em matéria de política europeia para o PCP "a prioridade é que venha mais dinheiro" é não só uma falsificação grosseira como representa uma postura em que a deriva eleitoral para a descarrada caça ao voto de qualquer maneira já está presente, facto que, se desvenda propósitos, não alimenta credibilidade a quem a produz, porque MP sabe que a posição do PCP em relação à União Europeia e às políticas nela dominantes não se resumem à caricatura a que recorreu.

Afirmar-se, como se afirma, que as dificuldades do PCP se devem ao facto dos portugueses "terem legítimas dúvidas sobre a natureza do projecto comunista para o país e os seus conceitos de democracia" escamoteando ou passando por cima da crítica feita pelo PCP em Congresso sobre as razões que conduziram à derrota dos regimes socialistas no Leste Europeu, procurando como outros colar-nos a erros praticados e a concepções de organização de poder que se afastam do nosso projecto é não só falsificar posições publicamente assumidas, como tomar por boas as críticas que os anticomunistas de várias matizes nos fazem para retirar à influência do PCP e demais sectores de esquerda vastos sectores da população que não se revêem nas políticas praticadas. Tais afirmações são ainda mais graves, vindo donde vêm, pelo facto

de escamotearem, ou tenderem a ignorar, que as derrotas a Leste não atingiram só o PCP mas igualmente toda a esquerda assim como todo o movimento operário e progressista, os povos e a sua independência, como aliás os acontecimentos de hoje o comprovam à saciedade, tornando mais difícil a luta e mais longo o caminho para erguer um projecto de sociedade socialista.

Para quem se arroga tão atento aos novos problemas da sociedade e tão pronto a dar-lhe novas respostas, mais estranho e incompreensivo se torna a afirmação de nos continuarem a atribuir a reclamação da nossa participação num Governo em convergência com o PS, quando deveriam saber (será que leram?) que desde há muito tal objectivo, de convergência com o PS, está afastado, exactamente por considerarmos que uma viragem à esquerda não é possível no quadro deste Governo nem com esta orientação política da direcção actual do PS mas antes, como consta da Resolução Política do PCP aprovada no seu XV Congresso, como resultado de um "processo exigente, complexo e provavelmente demorado, sobretudo em consequência da orientação de direita do PS, a qual previsivelmente só será passível de rectificação sob o efeito de uma fortíssima pressão social e política e de uma significativa deslocação de votos para o PCP, nomeadamente de eleitores do PS" isto é, com a tradução, fruto da ampliação da luta social, de uma mudança significativa da correlação de forças actuais com reflexos em mudanças qualitativas no amadurecimento da consciência social de vastos sectores da população, designadamente, em primeiro lugar, no mundo do trabalho.

Ou seja, de um processo onde não há lugar para o cansaço, a exigir uma luta tenaz, persistente, a exigir sem dúvida criatividade mas igualmente rigor o que implica conhecimento dos problemas e aspirações das pessoas, realidade só possível se a necessidade dessa proximidade estiver sempre presente, combinando da melhor forma a intervenção institucional com a acção de massas, luta que em suma não se resume nem seja sacrificada a calendários eleitorais por muito importantes que estes sejam.

O PCP nunca se posicionou numa postura arrogante de tudo saber. Pelo contrário, no património das suas múltiplas análises e posições políticas encontrar-se-á a reclamação da necessidade de proceder ao estudo e debate sobre novas realidades que a sociedade portuguesa e o Mundo de hoje incorporam, reconhecendo a necessidade de ir mais longe na construção de propostas que, à esquerda das políticas dominantes, possam unificar esforços e reforçar a sua influência.

Nunca o PCP se arrogou como único representante da esquerda, nem tão-pouco considerou a CDU como uma questão de princípio, ou exclusiva, da sua participação eleitoral. O que nunca aceitou ou aceitará é o mero abandono de uma experiência de participação política e cívica que contrariamente ao que afirmam tem até agora provado a sua utilidade, contribuindo para mobilizar e incorporar na luta política activa milhares de cidadãos sem partido, a troco da minimização do seu insubstituível papel na sociedade portuguesa, diluindo-se numa política de alianças que minimize, secundarize e deforme o seu projecto de sociedade.

As dificuldades em delimitar um campo de propostas alternativas àquelas que o PCP apresenta para a sociedade portuguesa, representa um obstáculo real e encerra, em si mesmo, as limitações e contradições que enfrenta o Bloco para se afirmar no plano político. Tais dificuldades não deixarão de fazer sentir com o recurso à exploração da simplificação e ao acentuar de sentimentos e preconceitos anticomunistas que deveriam ser estranhos à esquerda.

Admitindo embora que haja diferenças neste Bloco em relação a situações anteriores que necessariamente têm de ser tidas em conta, porque o caminho faz-se caminhando, é real que continuam a manter-se nele traços de auto-suficiência, de preconceitos e de simplificações em relação ao PCP que se ajudam a descansar consciências, objectivamente contrariam os propósitos anunciados de dar força à esquerda. Sacrificar projectos de convergência e cooperação necessários a objectivos de curto prazo que facilmente se identificam com derivas eleitorais divide, não reforça, enfraquece, não fortalece.

Não pode ser indiferente para a esquerda no seu conjunto, desperdiçar, debilitar forças, comprometendo o reforço necessário. Pode ser esse o papel ingrato que o Bloco acabe por desempenhar enfraquecendo objectivamente o combate às políticas que proclama combater.

Mais uma vez estão presentes os estafados chavões, tiques e truques com o recurso à simplificação e à falsificação das posições do PCP.



A reforma da PAC ou escrever de ouvido!

Um dos traços significativos da forma como escrevem ou intervêm certos profissionais da comunicação social e certos dirigentes políticos é o de fazerem aquilo a que eu chamo escrever ou falar de ouvido.

Por razões inerentes à velocidade instantânea com que é reclamada hoje a intervenção pública sobre tal ou tal assunto, por razões ideológicas e de mera multiplicação dos canais de propaganda ou por simples razões de cabulismo, o que se verifica é que são poucos aqueles que se dão ao trabalho de estudar e analisar os conteúdos das matérias sobre as quais jorram informações e opiniões diárias. Isto tem sido visível, nos últimos tempos, em relação à guerra de agressão desencadeada pelos EUA, a União Europeia e a NATO contra a Jugoslávia. Mas também é visível na amplificação das trombetas da propaganda do Governo sobre os alegados êxitos obtidos nas negociações da Agenda 2000 e da reforma da PAC. No primeiro caso, é a reprodução quase exclusiva das teses construídas em Washington e no quartel-general da NATO em Bruxelas para justificar uma guerra de dominação imperial. No segundo caso, é o copiar, às vezes frase a frase e palavra a palavra, os comunica-

dos obtidos não só estão longe de corresponder às teses propagandeadas pelo Governo e pelo Ministério da Agricultura como estão a anos-luz dos princípios estratégicos anunciados pelo próprio Governo para as negociações e das necessidades globais da agricultura portuguesa e de uma alteração estrutural da orientação da PAC.

Este modelo da PAC mergulha as suas origens no contexto histórico em que esta foi criada. Concebida numa Comunidade a seis, a Política Agrícola Comum desde logo foi orientada para as grandes produções (cereais, carne e leite) dos países que então constituíam a Comunidade e em função da necessidade, à época, de aumentar a produção agro-pecuária numa Europa altamente deficitária em bens alimentares. O próprio desenho dos apoios teve como base a dimensão das explorações e o nível da produção. A entrada para a Comunidade de países como a Grécia, Espanha e Portugal, com outro tipo de agricultura, menos profissional, mais familiar e com uma produção mais diversificada, coincidiu com alegados excessos de produção e com pressões crescentes para a diminuição das despesas com a agricultura que a PAC tinha gerado. E, por isso, nunca foram estendidos a estes últimos países o tipo de ajudas de que beneficiavam (e beneficiam) os países setentrionais da Europa.

Isto conduz a que 83% dos apoios sejam orientados para três produtos (culturas arvenses/cereais e outros, leite e carne) enquanto que os chamados produtos mediterrâneos (vinho, frutas e hortícolas, azeite) têm um nível de apoios que não ultrapassa os 7%, situação tanto mais paradoxal quanto representam 53% do Valor Acrescentado Bruto Agrícola da União Europeia. Como conduz a que o nível de apoios por agricultor dos países "mediterrâneos" seja três a seis vezes inferior ao que recebem os agricultores dos países do Centro e Norte da Europa. E dentro deste desequilíbrio ainda há outros desequilíbrios. Os agricultores portugueses são os que menos apoios

recebem da Comunidade – cerca de 220.000.00/ano/agricultor em apoios aos preços e 160.000.00/ano/agricultor em ajudas ao rendimento quando a média na União Europeia é de, respectivamente, cerca de 1.363 contos e de 740 contos. E dentro dos agricultores portu-

gueses cerca de 10% absorvem 90% dos apoios.

É este quadro completamente desequilibrado que é preciso mudar e foi neste contexto que se negociou o dossier agrícola da Agenda 2000.

Então o que é que falhou que permita sustentar a afirmação de que os resultados não correspondem à propaganda do Governo?

1.º - No início do processo o Governo do PS tinha colocado como princípios estratégicos que, entre outros, orientariam a estratégia negocial: "o reequilíbrio dos apoios entre Estados membros, entre regiões e entre agricultores"; "a reconversão produtiva para os agricultores que pretendam mudar de actividade, no sentido mais de acordo com a especialização agrícola do País"; "a segurança dos rendimentos que considere um regime específico para os pequenos produtores". Estes princípios, correspondentes a anos de lutas e exigências dos agricultores e do PCP, tiveram o apoio generalizado do sector. Só que nenhum deles foi conseguido. Manteve-se o sistema de apoios com base na dimensão das explorações e no nível da produção; manteve-se – e até se reforçou, nalguns casos – os apoios às grandes produções dos países do Centro e Norte da Europa; não foram alargados às produções "mediterrâneas" os sistemas de apoios de que beneficiam as produções "continentais"; não foram introduzidos limites máximos aos apoios às grandes explorações nem um sistema de ajudas degressivas, moduladas, que beneficiassem as pequenas explorações; não foi assegurada a compensação integral aos pequenos produtores das perdas de rendimento em resultado da diminuição de preços; não foi alterado o conceito de agricultor profissional. Nenhum destes objectivos estratégicos – que constavam, inclusivamente de documentos oficiais do Governo e do Ministério da Agricultura – foi atingido. Nem um só. Neste aspecto ler as actas dos Conselhos de Ministros da Agricultura é um exercício deveras elucidativo. É, por exemplo, significativo, que tenha inclusivamente caído o art.º 6.º da proposta inicial do Regulamento horizontal que fixava limites máximos de apoio aos grandes agricultores.

2.º - O Governo tem acenado com um alegado "acréscimo de 160 milhões de contos face ao nível actual" que seriam transferidos para Portugal a título de FEOGA-Garantia. Mas o que o Governo não diz é que, face à diminuição dos preços de intervenção de 15% para os cereais, de 17% para o leite e de 20% para a carne de bovino aquele valor corresponde tão-somente a uma compensação parcial destas descidas de preços. A diferença entre a descida do valor final da produção e do rendimento agrícola em resultado da quebra de preços e os cerca de 160 milhões de contos é de 70 milhões de contos. E isto se o valor global das indemnizações compensatórias – entre 45/50 milhões de contos para o período 2000-2006 – que actualmente são pagos pelo FEOGA-Orientação e vão passar para o FEOGA-Garantia não estiverem já incluídos naqueles 160 milhões de contos o que agravaria o deficit de transferência negociado. Isto é, os rendimentos dos agricultores vão continuar a des-

cer e a não serem compensados das descidas de preços administrativamente decididos em Bruxelas e Berlim.

3.º - O Governo esconde que as ajudas directas às oleaginosas (girassol) vão baixar 34% até 2002.

4.º - O aumento em 60.000 hectares da área de regadio está condicionada ao facto de Portugal não poder ultrapassar a superfície de base total elegível para efeitos de ajudas (1.054.000 hectares) e a produtividade histórica de 2,9 ton/ha ao contrário do que obtiveram a Espanha e a Itália.

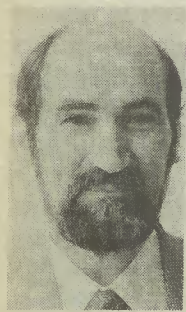
5.º - O aumento de 1,5% da quota de leite para Portugal tem como contraponto o aumento de 11,1% para a Grécia; 9,9% para a Espanha; 6% para a Itália; 2,86% para a Irlanda.

6.º - O pequeno aumento do número de vacas aleitantes e bovinos machos com direito a prémio não esconde que cerca de 80.000 cabeças vão continuar em Portugal sem direito a qualquer ajuda.

Neste contexto não se nega que a duplicação da quota do trigo duro – cuja produção está concentrada num milhar de grandes proprietários do Alentejo e Ribatejo, a promessa da recuperação de uma parte das 80.000 toneladas da quota de produção de tomate perdidas devido a um regulamento que o Governo do PS negociou mal em 1997 ou alguns aumentos significativos nos prémios ao gado bovino não sejam positivos. Mas não alteram o essencial de uma PAC que discrimina as pequenas explorações e as produções mediterrâneas.

Neste quadro não desvalorizamos a declaração do Conselho de Berlim que assumindo "a especificidade da agricultura portuguesa", "reconhece a necessidade de reforçar o equilíbrio do apoio concedido à agricultura através de medidas de desenvolvimento rural". Mas para que esta declaração de intenções – que só em Setembro vai ser quantificada – tenha consequências práticas positivas é necessário que o Governo português apresente um programa específico cuja elaboração tenha não só a participação das organizações representativas da agricultura familiar e cooperativa como uma linha directriz que reoriente os apoios para os agricultores e as culturas mais desfavorecidas, constituindo assim uma alavanca à reestruturação dos sistemas produtivos nacionais, o que, no caso do Alentejo, constitui uma questão central.

Sem ignorarmos algumas evidências pontuais conseguidas no quadro dos pequenos negócios a verdade é que, como afirmou o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, numa entrevista de balanço das negociações (DE – 29/03/99), num momento de rara sinceridade, "em relação à Política Agrícola Comum verificou-se como que uma política de avestruz, isto é, procurou-se fazer pequenas rectificações que no essencial não atacam os grandes desequilíbrios que a PAC encerra... Esta PAC continua a ser uma política agrícola comum do Norte da Europa e é isso que a torna iníqua, injusta". É esta evidência maior que o Governo quer escamotear com a sua propaganda!



■ Lino de Carvalho

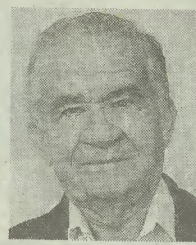


dos emitidos pelo Governo ou as declarações dos seus ministros e porta-vozes.

No que toca à reforma da Política Agrícola Comum, então, o aplauso, em certos casos, ou o benefício da dúvida, noutros, terá atravessado variados quadrantes de opinião. E, afinal, os resulta-

EM FOCO

Bombas sobre a Europa

O assalto à razão
no ataque do Império

■ Miguel
Urbano
Rodrigues

Tal como em 1918, tal como em 1945, será fácil, dentro de alguns anos, explicar aos jovens por que, de repente, em Março de 1999, a Força Aérea norte-americana começou a despejar bombas no coração da Europa. Hoje é muito difícil clarificar as coisas porque os pretextos invocados pelo agressor - que é singular embora mascarado de plural - são falsos mas foram trabalhados para serem consumidos como verdades através de uma gigantesca engrenagem mediática controlada pelos responsáveis do crime.

Assim, no jogo da desinformação, a mentira é imposta como verdade e vice-versa. O novelo de absurdos principia no motivo invocado para justificar as bombas que explodem na Jugoslávia. Washington e os seus aliados da OTAN acusam o governo de Milosevic de se recusar a assinar o Acordo de Paz de Rambouillet. A argumentação, mais do que farisaica, é pouco inteligente. Não há acordo sem consenso. O que Belgrado recusou foi um *diktat*, de contornos hitlerianos, cuja aceitação implicava a ocupação militar de parte do seu território por forças da OTAN.

*
* *

Nestes dias de angústia, o criminoso bombardeamento da Jugoslávia insere-se numa crise de civilização, a mais complexa e grave desde a desintegração do Império Romano do Ocidente. Na era em que a informação é difundida à velocidade da luz, quando o espaço e o tempo únicos mudam a vida — a incomunicação aumenta, a desinformação galopa. Poucos percebem que o *diktat* da OTAN é uma peça mais numa estratégia que visa à perpetuação do domínio político, militar e económico dos EUA sobre o planeta Terra. Chegou agora a vez da Europa. Nesta agressão, três aspectos merecem atenção especial. O primeiro deles é inseparável da cascata de mentiras sobre o Kosovo. O noticiário das agências e os analistas políticos repetem diariamente que a maioria da população do Kosovo é de origem albanesa. Omitem, porém, que o Kosovo, para qualquer jugoslavo, é o próprio berço da nação. Ali se formou o primeiro reino feudal sérvio quando, durante o caos posterior ao desmoronamento de Roma, tribos de eslavos do sul começaram a invadir a Ilíria, chegando ao Adriático. O Kosovo foi mais tarde o bastião da resistência do povo sérvio à invasão dos turcos otomanos. Só muito recentemente, após a primeira Guerra Mundial, os descendentes de imigrantes chegados da Albânia principiaram a tornar-se maioria, em consequência de uma elevadíssima natalidade.

No Kosovo há 18 nacionalidades, três idiomas diferentes e três religiões entre dois milhões de habitantes, apertados numa área equivalente à do distrito de Beja. Tal como ocorreu na Nova Caledónia onde hoje os colonos franceses superam em número os autóctones canacas, no Kosovo uma nacionalidade foi em poucas décadas transformada em minoria no território que é seu há mais de mil anos. Porventura se no Minho se instalasse uma comunidade de imigrantes espanhóis, maioritária, aceitariam os portugueses de Viana e Braga a futura união à Espanha? A outra faceta pouco comentada da crise é a relativa à premeditação da mesma pelos EUA. Fala-se muito do direito à autodeterminação dos Kossovoares, mas na realidade estamos perante um processo de extradeterminação, meticulosamente concebido e preparado com grande antecedência. O *dossier* do Kosovo esteve congelado, de reserva, durante o prolongado processo da guerra na Bósnia-Herzegovina. Quando os bombardeamentos da OTAN criaram ali as condições para a aplicação dos chamados Acordos de Dayton - outro *diktat* brutalmente imposto - Washington começou a armar os kossovoares. Simultaneamente uma campanha de âmbito mundial apresentou a política jugoslava no Kosovo como de inadmissível violação dos mais elementares direitos humanos. A escalada nas exigências foi rápida. Há poucos meses, em Outubro, o mediador norte-americano, Richard Holbrooke, ainda era modesto nas exigências: pedia apenas a presença na região de 2000 observadores, sem armas, da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa - OSCE. Em Fevereiro, mudou o discurso: Clinton intimou Belgrado a aceitar a ocupação do Kosovo por tempo indeter-

minado, pela OTAN, que ali manteria 30 mil homens. Washington somente não exigiu a independência imediata do Kosovo com receio das consequências de tal opção. Se tal acontecesse, a minoria kossovar da Macedónia reivindicaria imediatamente a sua incorporação no novo país. Por outras palavras: a frágil República da Macedónia desintegrar-se-ia, aquecendo mais a caldeira balcânica. Búlgaros, gregos e turcos não permaneceriam de braços cruzados. Seria o caos na região.

*
* *

Como deputado, participei durante quatro anos nos debates sobre os problemas balcânicos que se desenrolaram nas assembleias parlamentares do Conselho da Europa e da União da Europa Ocidental - UEO. Foi uma experiência inesquecível. Uma febre guerreira parecia infectar a esmagadora maioria dos deputados das duas organizações. Socialistas, conservadores, liberais, democratas-cristãos, as quatro maiores famílias partidárias da Europa, defendiam a escalada militar contra os sérvios da Bósnia magnificando os muçulmanos como anjos da paz vítimas da fúria homicida de inimigos implacáveis. Recordo que na votação de projectos de resolução submetidos ao plenário éramos poucos os que nos opúnhamos. No caso específico da Bósnia, muitos textos foram aprovados em sucessivas sessões com apenas três votos contra: os dos deputados do Partido Comunista da Grécia e do Akel de Chipre, e o meu, que representava o PCP. O belicismo dessas assembleias, felizmente, não produzia consequências práticas. A UEO não dispunha de forças militares próprias e o Conselho da Europa é um parlamento meramente consultivo. Do Kosovo pouco se falava então. O *dossier* estava na reserva, para ser colocado na mesa como coelho extraído de uma cartola. A OTAN preparava sem pressas o seu aparecimento no cenário balcânico. Sempre que nas minhas intervenções em Estrasburgo e Paris denunciarei o peri-



go iminente de um envolvimento militar dos EUA nos conflitos europeus através da OTAN fui acusado de antiamericano, irresponsável e fanático. Em Fevereiro de 1992, no decurso de reuniões da Comissão Política da Assembleia Parlamentar da UEO com altas personalidades norte-americanas, tive a oportunidade, em Washington, de participar em encontros interessantes no Pentágono, no Departamento de Estado e no Congresso. Por uma feliz coincidência, foi nessa época que o *New York Times* divulgou o conteúdo de um explosivo relatório secreto elaborado pelo Departamento de Defesa dos EUA. Segundo esse texto, a hegemonia política e económica norte-americana para poder perpetuar-se, contrariando a tradição histórica da ascensão e queda dos grandes impérios, teria de impedir, custasse o que custasse, a emergência no planeta de qualquer poder militar em condições de questionar a supremacia dos EUA. Nesse relatório, a tendência registada na Europa, sobretudo na França e na Alemanha, para a criação de um poder militar próprio susceptível de tornar desnecessária a presença no Continente das tropas dos EUA era apresentada como uma ameaça que o Governo norte-americano tinha o dever de neutralizar. Fiz perguntas incómodas numa reunião no Pentágono. Foram naturalmente mal recebidas, tal como aconteceu quando, em 1994, visitei, com a Comissão Política da UEO, o quartel-general da OTAN, em Bruxelas. Eu era, então, o único comunista nessa Comissão. Evoco estes episódios por iluminarem facetas de políticas e situações históricas que tiveram desenvolvimentos explosivos inseparáveis da ânsia ilimitada de poder do império

americano e das contradições existentes entre as suas metas estratégicas e os interesses dos povos do Velho Mundo.

*
* *

A Jugoslávia foi seleccionada como alvo e vítima de uma agressão militar gratuita, monstruosa, desencadeada à revelia do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Progressivamente, os EUA impõem a lei da selva nas relações internacionais. A Jugoslávia, entretanto, não passa de um instrumento nesta estratégia que rotiniza o terrorismo de Estado. No âmbito da Doutrina de Samuel Huntington, que faz dos EUA a nação predestinada, com a missão quase divina de governar o mundo, instituindo pelas armas - quando necessário - a *Pax Americana*, as grandes derrotadas neste processo são a Europa dos 15 e a Rússia. Ao participarem como cúmplices na guerra imposta à Jugoslávia, o Reino Unido, a Alemanha, a França, a Itália e outros Estados e países membros da OTAN não se aperceberam ainda de que para eles a «cruzada» apresenta facetas suicidas. As bombas da OTAN que explodem de Belgrado ao Montenegro, de Pristina às fronteiras da Macedónia, da Albânia, da Roménia, da Bulgária, configuram uma agressão indirecta a uma desejada re-humanização do projecto de uma Europa unida pela solidariedade dos seus povos. A reacção dos mercados financeiros, esse monstro que desgoverna, desestabiliza e arruína o mundo, carrega uma primeira advertência: o dólar sobe, o euro cai. A agressão, concebida, planeada e organizada em Washington, configura, paralelamente, um crime contra a humanidade. A clivagem Norte-Sul, transparente na polarização dos debates sobre o Kosovo travados na Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra, confirma que a Europa segue a reboque dos EUA. Não compreendeu que está a ser empurrada para o abismo. É trágico que países que pretendem ser os garantes dos mais altos valores da civilização dita ocidental assumam nestas semanas a responsabilidade pela prática de um crime de genocídio. No seu delírio mediático, Bill Clinton, ao multiplicar os apelos à destruição da Jugoslávia, exigindo na prática a rendição incondicional

do pequeno e pobre povo agredido, insiste, num discurso de recorte quase bíblico, em apresentar Milosevic como um herdeiro político de Hitler. Não correrá muita água pelo Danúbio até ao dia em que, rompida a cortina da mentira erguida pela engrenagem de um sistema mediático perverso - no qual os jornalistas actuem como funcionários da rede-teia de aranha - o desenvolvimento da História aclare que são, afinal, os EUA, neste último ano do segundo milénio da nossa era, que retomam, na condução da sua estratégia de hegemonismo, os métodos do Reich nazi. O sistema de poder que em Washington transforma em política de Estado os seus projectos imperiais, o núcleo belicista que defende a tese do império perpétuo, os generais, os congressistas e os intelectuais que insistem, em nome da ajuda humanitária, em desencadear agressões armadas contra os povos - como fizeram em Granada e na Somália e agora na Jugoslávia - esses sim, comportam-se como porta-vozes de um sistema de poder que nas suas relações internacionais

somente encontra precedente pelo amoralismo no reich hitleriano. A agressão à Jugoslávia traz à memória o covarde ataque à Polónia em Setembro de 1939. O assalto à razão que identificamos no bombardeamento selvagem da Jugoslávia é irmão do assalto à razão que nos anos 30 começou a encaminhar a Europa para a matança da II Guerra Mundial. Neste quadro assustador, a consciência dos povos começa felizmente a despertar, embora muito lentamente. A condenação da cruzada criminosa vem dos próprios EUA onde, em dezenas de cidades, saem às ruas manifestações exigindo o fim da agressão. Por toda a Europa, a oposição ao genocídio da Jugoslávia cresce a cada dia. Centenas de milhões de homens e mulheres começam a perceber que qualquer estado, qualquer povo que ouse defender a sua soberania pode vir a ser o próximo alvo das bombas americanas. Inesperadamente, Belgrado passou a ser uma trincheira da defesa de princípios e valores universais. Paradoxalmente, essa tarefa homérica foi imposta aos jugoslavos pela necessidade de sobreviver. Diríamos estar contemplando, angustiados, o prólogo de uma tragédia grega atualizada. Pelo simples acto de resistir, o povo da Jugoslávia assume neste momento uma representação que o transcende. O gigantesco poder da máquina mediática da desinformação não pode alterar o significado da história em movimento. A luta do povo jugoslavo em defesa do seu direito à soberania plena e à independência passou a ser, como foi a do vietnamita, como é a do cubano, um combate pela humanidade, pela defesa de um projecto de vida que principiou a tomar forma há milénios nas civilizações nascidas quase simultaneamente na China, nas margens do Indo, do Nilo e do Tigre-Eufrates.

EM FOCO

Delegados estrangeiros no Congresso da JCP

Por um futuro mais justo

Texto Isabel Araújo Branco

Fotos Sérgio Morais



Na sequência do número anterior, continuamos a publicar entrevistas com delegados estrangeiros do VI Congresso da JCP. Ultan Gillen fala dos conflitos entre protestantes e católicos na Irlanda, Nikolaus Seretakis das lutas estudantis na Grécia e Shervin Yeman da situação do Curdistão. Três regiões com problemas diferentes, três representantes de juventudes que apostam na luta para alcançar um futuro mais justo.

Ultan Gillen, da Juventude do Partido dos Trabalhadores (Irlanda), 21 anos, estudante de História

«As pessoas continuam a ver-se como católicos ou como protestantes. Não há uma identidade comum»

Avante! - Como caracterizas a situação social e política na Irlanda?

Ultan Gillen - O acordo assinado no ano passado, o chamado Acordo da Sexta-Feira Santa, continua num impasse, devido ao bloqueio à formação de um Governo para a Irlanda do Norte. Esta situação deve-se aos nacionalistas, aos paramilitares e ao facto de

- A distinção entre católicos e protestantes é muito clara na Irlanda?

- Sim, qualquer um pode ver isso. As escolas são separadas, há o «muro da paz» que divide as áreas das classes trabalhadoras e estas zonas são pintadas com cores predominantes: vermelho, branco e azul para os unionistas e verde, branco e laranja para os nacionalistas. São como cães a marcar os seus territórios. A divisão não é artificial, é bem real.

- O que é que acontece quando um católico vai a uma área protestante ou vice-versa?

- Depende. A classe média mistura-se muito. Há uma situação contraditória, pois 15 por cento da população está-se a misturar socialmente. Mas para a maioria da população a divisão acentua-se. Por exemplo, 75 por cento das pessoas de Belfast vivem em áreas que em 95 por cento pertencem a uma religião ou a outra. É a classe trabalhadora que está dividida.

Pode-se visitar as outras áreas se se estiver acompanhado ou se a pessoa se mantiver calada, mas pode ser perigoso se ninguém a conhecer. Há um clima de grande suspeição e muito medo. São frequentes ataques com navalhas, tanto de um lado como do outro.

Apesar de tudo há esperança, porque, se a nova assembleia entrar em funções, serão os políticos da Irlanda do Norte os responsáveis pela Irlanda do Norte. Todos os partidos poderão governar, o que aumenta a possibilidade da esquerda crescer, das pessoas procurarem uma alternativa e de perceberem que tanto os unionistas como os nacionalistas são de direita e que não servem os seus interesses.

- Qual é a posição do vosso partido em relação ao processo de paz?

- O nosso partido apoia o processo de paz, porque o terrorismo dividiu os trabalhadores e hoje em dia isso sente-se mais do que nunca. Além disso, o acordo contém uma grande parte do nosso programa.

- Como é a situação na República da Irlanda?

- Na República da Irlanda, a situação é boa e má. Em relação ao Tratado de Amesterdão, nós somos contra e 38 por cento votou contra o tratado, o que é de longe o maior número de votos contra o tratado da União Europeia.

A economia está a crescer, mas a riqueza está muito concentrada no topo. Há muita especulação imobiliária e grande parte dos investimentos é feito por multinacionais. O controlo dos recursos irlandeses está a ser ameaçado pelas multinacionais. Não há qualquer lei de defesa das indústrias irlandesas. Socialmente, a situação é má.

Há um grande número de toxicodependentes, de desempregados... E as taxas de desemprego excluem as pessoas que estão doentes, que trabalham em *part-time*, que estão em cursos ou em estágios. Oficialmente, há 10 por cento de desempregados, mas

na verdade o desemprego é muito mais alto. A maior parte do emprego recentemente criado é mal pago e não tem sindicatos. É o que acontece, por exemplo, na indústria de turismo ou na área das telecomunicações.

- Para os jovens é ainda pior.

- Sim, é pior porque os jovens são mais vulneráveis. O Governo britânico adoptou recentemente uma lei que obriga os desempregados a aceitar trabalhos mal pagos. O ensino também está a piorar.

- Quais são os principais problemas para a juventude irlandesa?

- Como grandes problemas temos o desemprego a longo prazo. Não temos perspectivas de trabalho. Há alguns trabalhos, mas ou são mal pagos ou exigem experiência que nós não temos.

Por exemplo, em Belfast, onde eu vivo, muitos jovens nunca trabalharam, os seus pais também nunca trabalharam, talvez apenas os seus avós tenham trabalhado. Eles não têm esperança de conseguir arranjar um emprego e isso desmoraliza muito a classe trabalhadora e torna ainda mais difícil construir um partido dos trabalhadores. Porque não só tens trabalhadores divididos por questões religiosas, como lidas com o problema de, no fundo, não haver trabalhadores. Como é que podes criar uma identidade de trabalhadores?

No Sul a situação é semelhante: há muito poucos empregos disponíveis. E com a especulação imobiliária é difícil comprar uma casa.

- Quais são as vossas principais propostas?

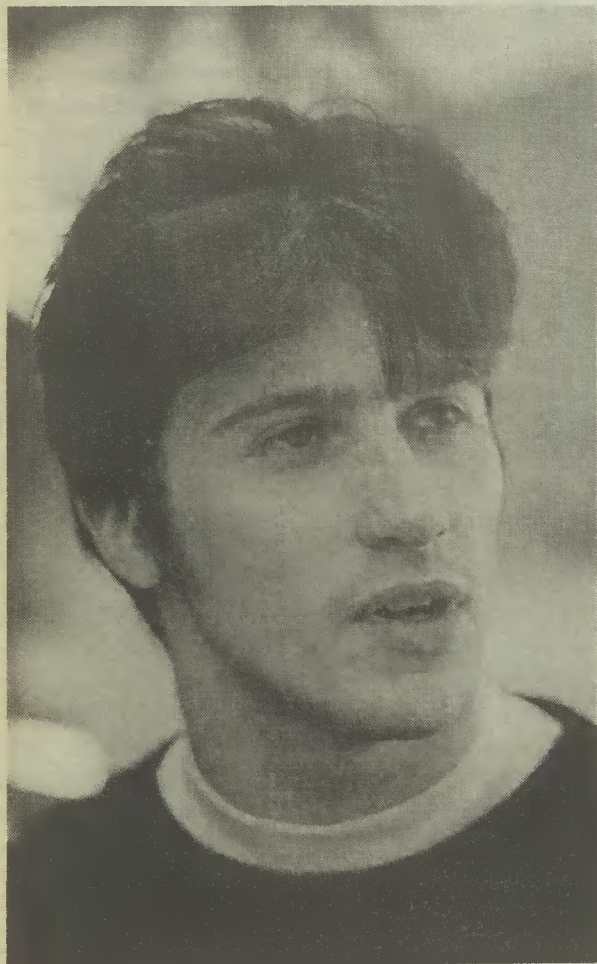
- A longo prazo, pretendemos unificar a Irlanda e torná-la num país democrático e igualitário. A curto prazo, queremos implantar o processo de paz, edificar uma democracia e construir um partido dos trabalhadores. Claro que isto vai ser difícil por causa do sectarismo.

No Sul, vamos ter as eleições legislativas no mesmo dia das europeias. O nosso objectivo é voltar a eleger deputados para o parlamento. Nas últimas eleições estivemos muito perto, faltávamos cerca de 100 votos.

- Como vêm um estreitamento das relações entre as juventudes comunistas e progressistas da União Europeia?

- O internacionalismo é muito importante para o nosso partido, é mesmo uma tradição. Vemos a nossa luta na Irlanda como fazendo parte das lutas nos outros países europeus.

Aderimos recentemente à Federação Mundial da Juventude Democrática, de forma a estreitar as nossas relações com outros partidos comunistas. Trabalhamos o mais possível com outras organizações para construir uma Europa para os povos, uma Europa democrática. Sabemos que não conseguimos fazer isso sozinhos. Por exemplo, nos protestos contra os ataques da Nato à Jugoslávia, têm de ser das populações de Portugal, da Irlanda, da Holanda, têm de estar todos juntos para conseguir.



o IRA não querer entregar as suas armas. Além disso, os unionistas não aceitam que o Sinn Fein faça parte do Governo. Obviamente, esta situação é muito perigosa em especial depois do último atentado à bomba.

O problema é que o sectarismo está a crescer, tal como a divisão entre os trabalhadores. Apesar da violência fazer parte do passado, as pessoas continuam a ver-se ou como católicos ou como protestantes. Não há um conceito de uma identidade conjunta ou uma identidade comum aos trabalhadores, e os políticos exploram isso.



Shervin Yeman, da Frente de Libertação Nacional do Curdistão, 19 anos, membro da «Mulheres Livres do Curdistão»

«Se nos unirmos, conseguiremos a nossa liberdade»

Avante! - Como é a situação dos curdos na Turquia, Iraque, Irão e Síria?

Shervin Yeman - O povo curdo vive há mais de 80 anos sob repressão. Em 1639, o Curdistão foi dividido pelo império otomano e pelo império persa. Mais tarde, entre as guerras mundiais, o Curdistão foi separado em quatro partes, o que quer dizer que estamos ocupados por quatro potências. Não se trata apenas de uma ocupação de potências imperialistas, como a do Estado turco e dos seus aliados na Nato. Há uma ocupação da religião muçulmana, porque a maioria dos curdos são zartrustos. A entrada dos ocupantes mudou tudo, toda a cultura curda. Querem eliminar o povo curdo como identidade e como nação.

Actualmente, o nosso grande problema é no Curdistão da Turquia com o fascismo turco. Não há um governo turco, é falso quando se fala de um governo. Na Turquia o poder está nos militares e não no Governo. Um Estado deste tipo só pode praticar o terrorismo. É isso que acontece: o genocídio dos povos, o genocídio do povo curdo.

A situação é muito má. Vou dar-te dois pequenos exemplos: andar com um lenço amarelo e vermelho - as cores do Curdistão - dá direito a três anos de prisão, pronunciar uma palavra em curdo a mais de cinco anos.

- Quais as consequências da prisão de Oçalân, o líder do PKK, para o movimento?

- É difícil dizer se Oçalân está bem ou mal, mas estando na mão da Turquia estamos certos que estará muito mal. Nem sequer os advogados o podem ver. Negaram-lhe todos os direitos básicos. Ele nem pode falar ou pedir alguma coisa. Estão a torturá-lo através de drogas, querem destruir a sua mente.

A Turquia, quando prendeu Oçalân, pensava que ia acabar com o comunismo e com o povo curdo, mas o resultado foi exactamente o contrário. Pensavam que prendiam Oçalân, que havia manifestações durante dois ou três dias e que tudo caía no esquecimento logo a seguir. Não foi isso que aconteceu, porque antes de prenderem Oçalân havia menos de 20 milhões de curdos a apoiarem-no e agora mais de 35 milhões - e somos 40 milhões - manifestaram-se a seu favor, inclusivamente os curdos que estavam até então contra ele e aqueles que nunca se sentiram sensibilizados para o problema do Curdistão. Todos se manifestaram a favor de Oçalân, o que significa o contrário do que a Turquia pensava que ia acontecer, significa a união do povo curdo.

O plano da Turquia era matar Oçalân o mais depressa possível, mas ainda não o fizeram até hoje porque têm medo de o converter num herói, num mártir, num Che Guevara para o Médio Oriente. É por isso que ele ainda está vivo, mas, claro, torturam-no, vão destruindo-o através de drogas e medicamentos.

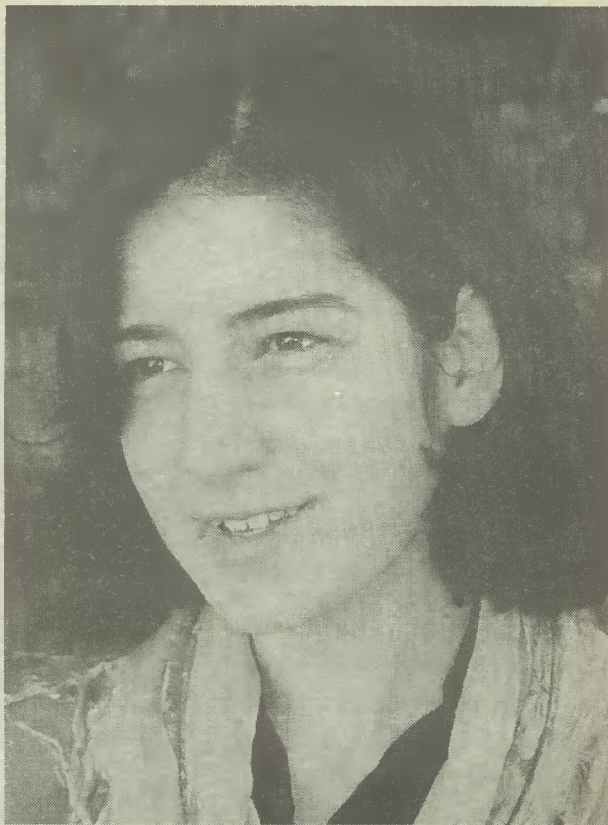
- Quais as perspectivas de futuro para os curdos?

- É difícil, porque estamos ocupados por quatro grandes países. O que pensamos fazer como Partido, como jovens, como mulheres é continuar a lutar.

Oçalân abriu um caminho, o caminho que nós procuramos. Nós todos somos Oçalân. Pode ter sido preso um Oçalân, mas há mais 40 milhões de «Oçalâns». Podem acabar com um, mas não com todos. Aliás, podem destruir fisicamente Oçalân como fizeram com Che Guevara, mas ele continuará vivo.

A pouco e pouco o povo curdo está-se a unir e, como disse Oçalân, se nos unirmos, conseguiremos a nossa liberdade.

- Quais os principais problemas e reivindicações dos jovens



curdos?

- Nós não temos escolas onde possamos ensinar e aprender a cultura curda. Vivemos em países que nos ocupam, países que têm uma política de assimilação. Vivemos na Turquia como turcos, mas turcos de segunda classe. Estamos no Irão como iranianos, na Europa como europeus, e nunca como curdos.

É muito difícil que um jovem curdo seja educado como curdo, mas graças à revolução curda que está em marcha nós trabalhamos com a juventude. A organização da juventude curda promove encontros e congressos e publica livros que permitem estudar. Podemos até chamar à nossa organização o nosso pequeno Estado, porque temos tudo... e não temos nada.

Nikolaus Seretakis, da Juventude Comunista Grega, 31 anos, funcionário da JCG

«Nada ficou igual depois do movimento contra a lei de acesso ao superior»

Avante! - Desde há alguns meses a vida social e política grega é marcada por um grande movimento contra a nova lei de acesso ao ensino superior. É um movimento que envolve os alunos, os pais e os professores e contou com a solidariedade de todos os campos sociais. Como é que se desenvolveu todo o processo?

Nikolaus Seretakis - Primeiro, há que dizer que esta lei não afecta apenas o acesso ao ensino superior. Ela reconstrói todo o sistema de ensino, forçando a maioria dos estudantes a abandonar a escola. É quase impossível acabar o secundário.

Esta luta foi uma iniciativa da juventude comunista, uma luta que pela primeira vez em muitos anos atingiu grandes proporções. O movimento provocou muitas reacções, nomeadamente de organizações e instituições a nível municipal e nacional. Este movimento não se limita a defender algo, vai mais longe e exige que o ensino obrigatório passe de nove para 12 anos.

- Quais são as grandes diferenças entre o antigo sistema e o actual?

- Antigamente, para um aluno acabar o secundário tinha de passar nos exames e para entrar na universidade tinha de ter aproveitamento em cinco áreas diferentes em quatro exames nacionais.

Agora, para acabar a escola os alunos têm de fazer 26 exames. Estes exames não levam em consideração as diferenças entre as escolas, as suas peculiaridades. Por outro lado, não há uma segunda oportunidade. Antes, se um aluno não tivesse 10 num exame, pode fazer um exame extra em Setembro. Agora essa possibilidade não existe e estes exames contam para o ingresso no ensino superior. Se por alguma razão a pessoa não passar num exame, fica excluída e só pode voltar a concorrer no ano seguinte.

- Em Janeiro, numa entrevista ao Avante!, Aleka Papatzi, secretária-geral do Partido Comunista da Grécia, dizia que por trás deste movimento há um processo de politização dos jovens gregos. Tens a mesma opinião?

- Nada ficou igual na mente dos jovens gregos depois do movimento contra a lei de acesso ao superior. A esmagadora maioria dos estudantes participou massivamente. As escolas foram fechadas, houve ocupações, manifestações, bloqueios de estradas e ruas. Em Dezembro houve 32 bloqueios em todo o país.

Nesta luta a juventude comunista desempenhou um importante papel de liderança. Nestes quatro meses de luta, a Juventude

Comunista e o Partido Comunista aumentaram a sua influência, em especial nas escolas secundárias. Nós estamos a tentar transformar estas experiências em acções políticas.

- Que outras questões marcam a situação política e social?

- A questão que mais afectou a vida política grega foi a prisão de Oçalân, o líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão.



Houve grandes manifestações de solidariedade e de denúncia do comportamento do Governo, o que levou à demissão de três ministros.

Daqui a pouco tempo teremos as eleições para o Parlamento Europeu. Torna-se cada vez mais evidente o papel que o Partido Socialista (no poder) e a União Europeia desempenham na salvaguarda dos interesses capitalistas.

- Quais são os outros principais problemas da juventude grega?

- Os grandes problemas que afectam a juventude é o desemprego, a instabilidade e a insegurança no trabalho, a desregulamentação e a flexibilização. Depois há outras questões, como a toxicodependência.

- Quais são as vossas principais propostas?

- Bem, nós temos várias propostas para diversas áreas, mas uma coisa é certa: visto o nosso país pertencer à União Europeia, a nossa acção e os resultados que possam alcançar são muito restritos. Os problemas da juventude estão muito ligados às políticas gerais. O nosso esforço consiste em contribuir para construir uma frente democrática contra o capitalismo. Como consegui-lo? Com o aumento da participação dos jovens em todas as frentes e fazer com que a juventude ganhe experiência. Há que lutar não apenas para alterar algumas coisas concretas, mas contra a política vigente.

- Como vês o ataque da Nato à Jugoslávia? Quais as implicações para a Grécia?

- A guerra contra a Jugoslávia mostra o que de facto é a nova ordem mundial, revela a verdadeira face do imperialismo que reordena fronteiras em função de necessidades de mercado.

A Nato está-se a preparar para enfrentar todas as formas de resistência à sua política. Estes desenvolvimentos são muito perigosos, pois podem levar a uma disputa das fronteiras na região dos Balcãs.

Na Grécia, há um forte sentimento antiamericano, em particular na juventude. O Partido Comunista e outras organizações formaram uma frente comum, que organizou manifestações e abaixo-assinados. Exigimos ao Governo que sejam fechadas todas as bases da Nato no país, que todos os soldados estrangeiros presentes na Grécia saiam do país e que nenhum soldado grego seja enviado para o estrangeiro.

O que aconteceu na Jugoslávia pode acontecer em qualquer país. Julgamos que esta acção faz parte de uma estratégia da Nato para separar os países em pequenos Estados, em Estados fracos, para os poder manipular e estabelecer o seu domínio.

Código de Paz

■ José Manuel Jara

Fuzilar a insânia guerreira com a palavra certa.
 A corrida aos armamentos tem a meta em finis terra.
 O apocalipse da guerra é uma cirurgia sem anestesia.
 A falada paz no bocal dos canhões dá horror aos biliões.
 A razão demente dá um álibi descrente.
 A humanidade ao sol do dia, dispensa o capacete da noite.
 Sem viseira nem coleira, de pé, de pé!
 A paz putrefacta eleva a cota à armada indústria.
 A submissão ao império transforma em ruminante o cavaleiro andante.
 Os mísseis se voam é para o fim do mundo.
 O tubarão da Flórida poupa as vítimas até ao Day After.
 A ocidental barbárie serve a civilização acidental.
 A mente cativa faz fé no mentecapto lançador de foguetes.
 A soberania dos ares ao vento, sem armas deste mau tempo.
 B52, abreviatura da morte anónima para quem voa ou está longe.
 O vampiro US F 117 tombou do ar, mesmo sem radar.
 Cruise, como quem faz o sinal da cruz ao Outro.
 Strike, strike, strike;/ traque, traque, traque;/ Bum, Bum, Bum;/ Bonbom Nato, by air mail.
 A social-burguesia eurocrática vende-se à guerra com dólar na alma.
 A "comunidade internacional" prepotente dá lições de código USA à nação desobediente.
 Jamie Shea, porta-voz impotente, lança fogos na Jugoslávia e faz aos Sérvios xixi incontinente.
 À alta patente compete alarmar com razão ou sem ela.
 A pele de um kosovar étnico-albânico e o pêlo de um sérvio étnico-kosovar valem tanto como a pele vermelha de um americano cara pálida em vias de extinção.
 Fala de míssil com um "smile" de quem está noutra planeta.
 B2, B bombardeiro para arrasar codificado / coitado do B conspurcado.
 Três F-16, balkânica ajuda lusitana, muito aquém da Taprobana.
 A bisarma de um canhão deixa o alvo em negro fumo.
 Tiro ao alvo à Sérvia!/ Concurso de aniversário da OTAN/ Meio século ao serviço do Tio Sam.
 O tan-tan antigo é o Otan-tan de agora, elevado à máxima potência militar.
 O ostracismo da "limpeza étnica" faz contraponto à "catástrofe humanista" da epopeia bélica.
 O nacionalismo sérvio de boa raça forra-se do militarismo chauvinista do império da boa etnia.
 O atlantismo vira costas ao mar da vida.



A Vida Não é Bela

■ Mário Maestri

Italianos e brasileiros não se dividiram patrioticamente em torno de *Central do Brasil* e *A vida é bela*. Na Itália, italianos aplaudiram o filme de Walter Salles e torceram o nariz para Roberto Begnini. No Brasil, o elogio exclusivo do excelente desempenho de Fernanda Montenegro tem mascarado reticências para com a estética e o roteiro do filme.

São grandes as proximidades entre as películas. Elas centram-se na acção providencial de adultos na solução de ameaças à vida de crianças. Os protagonistas infantis têm praticamente a mesma idade e o mesmo nome - Josué. Ambas histórias terminam em um *happy end*. Porém, *Central do Brasil* e *A vida é bela* diferenciam-se como a água do vinho.

Walter Salles serve-se do relato das aventuras de Josué e sua protectora, do Rio até o sertão pernambucano, para traçar um grande painel do Brasil, como realmente é, nas suas misérias e tristes grandezas. Os coadjuvantes têm a cara e a voz do Brasil profundo e invisível, com o qual esbarramos, a toda hora, nas ruas, escolas, fábricas e cozinhas. São rostos iluminados e assombrados pela aventura de viver em nossa civilização lusotropical.

A aparente linguagem romântica de Walter Salles desarma os espectadores diante das surpresas que prepara. A bondosa mestra aposentada, em seu miserável apartamento, rasgando cartas para embolsar o valor do selo, ficará gravada a fogo em nossas memórias. Fomos ensinados que o magistério é apostolado e a professora deve comportar-se como anjo, mesmo vegetando no subúrbio carioca.

Os personagens de Walter Salles são complexos e tortuosos como a vida. Dora solidariza-se com Josué a contragosto, temendo dificuldades que não quer suportar, devido sua dor de filha rejeitada. O menino segue a protectora com a desconfiança e impertinência da criança maltratada pela existência. A fracassada tentativa de sedução de Dora - faminta de abeto, de amor físico e de uma refeição - do solidário caminhoneiro evangélico, é outro metadiscorso sobre as insidiosas construções das misérias e tristezas nacionais.

"*Central do Brasil*" foi acusado de populismo. Talvez fosse melhor que o vigia executasse o *pivetão* fora do olhar indiscreto da câmara, ou que o menino fosse comprado para outro motivo escuso, como é assaz no nosso país. Também tem desagradado que a aventura solucione-se com Josué indo viver com os irmãos, humildes e orgulhosos marceneiros, em cooperativa habitacional ocupada, no sertão nordestino. São as promessas do Brasil virtual, com Lotecas, Baús da Felicidade, Bolsas de Valores e artistas sertanejos milionários, dissolvendo-se sob a materialidade prosaica das possibilidades reais de redenção popular.

Ambientado durante a II Guerra, o filme de Begnini filia-se a uma visão estética da sociedade italiana que se materializou durante os radiosos anos oitenta, de desenfreada especulação, quando o presidente do conselho Bettino Craxi encontrava-se no governo, e não refugiado na Tunísia, perseguido por corrupção.

Naquelas anos, a Itália rompia laços com o passado. Não se via mais como país de *povera gente* emigrando do Sul para o

Norte e da Itália para o mundo. Sobre tudo, esquecia-se do confronto social e político intestino simbolizado entre o sacerdote don Camillo e o prefeito comunista Peppone, para ver-se como pátria do bom gosto, do refinado *design*, do progresso fácil, do apoliticismo consumista.

Mesmo na primeira parte do filme, Begnini reconstrói a Itália virtual das paisagens deslumbrantes, dos centros urbanos turísticos, dos restaurantes paradisíacos, das mulheres elegantes, onde as diferenças sociais são anuladas pelo amor, permitindo que a *princesa* case com o *vagabundo*, numa espécie de fábula moderna.

A vida é bela constrói falsos consensos. Sua leitura do fascismo italiano é nacionalmente tranquilizadora. Os dirigentes do *fascio* não metem medo, são mais bufões que truculentos. Apesar de judeu, o protagonista burla os fascistas e realiza seu discurso anti-racista, sem sofrer e temer punições.

Para Begnini, o inimigo é o outro, o estrangeiro, no caso, o alemão. Tão longe vai seu processo de virtualização do mundo, de desconstracção das tensões sociais e históricas, que seu campo de trabalho torna-se um acampamento de férias, se comparado às prisões nazistas de então ou brasileiras de hoje.

Os presos não têm os cabelos rapados. Crianças alemãs brincam nos pátios do *lager*. Prisioneiros mandam mensagens pelo alto-falante às esposas. Pais dividem altruisticamente a refeição com os filhos, em vez de disputarem ferozmente os alimentos, desumanizados sideralmente. O terror é realidade capaz de ser evacuada pela fantasia.

A luta de libertação da Itália divide ainda hoje o país. Em alguns casos até ao desenlace final, as elites jogaram a carta nazifascista. Desde 1942, uma violenta guerrilha comunista lutava sem dar ou pedir quartel contra nazistas e fascistas. Nos dias finais do confronto, pilotos da Força Aérea Brasileira *picavam* sobre colunas alemãs blindadas em retirada, desorganizando-as, para que guerrilheiros mal armados caíssem sobre elas, como formigas esfaimadas. Benito Mussolini foi depurado pelos pés, na praça Loreto, em Milão.

Begnini apresenta-nos uma visão do confronto em que os italianos acompanham acomodadamente o desenvolvimento da guerra, adaptando-se quando ela lhes dizia respeito, e são libertados pelo *fratello* norte-americano, ganhando, ainda por cima, como prémio, tanques militares *yankees*, de certo modo, até hoje estacionados na península.

A vida é bela foi filme feito sob medida para agradar ao *lobby* hollywoodiano, estética e politicamente. Em todos os sentidos, *Central do Brasil* é que se opõe à lógica profunda daquela indústria. Nesse sentido, Walter Salles deu-nos lição singular. Para ter sucesso e construir-se um vasto público, o cinema brasileiro deve abandonar a imitação subserviente da cinematografia-espectáculo e mergulhar criativamente nas experiências de nossa sociedade, expressando-as na sua universalidade. Fazendo as pazes com o Brasil real, nosso cinema continuará contribuindo para inundar os duros dias que vivemos com um pouco de radiante beleza.

Recuperar a habitação com apoio de todos os interessados

O Governo, através da Secretaria de Estado da Habitação, tem tido em debate público um conjunto de alterações legislativas que diz pretenderem facilitar a recuperação dos edifícios de habitação e melhorar as condições de quem neles vive.

■ António Abreu

As propostas apresentadas carecem de alterações significativas para poderem atingir esse objectivo e de não virem apenas a apoiar interesses dos proprietários, cuja recuperação de investimentos pode estimular as obras.

Assim, no que respeita ao RECRIA só deve ter reflexos nos aumentos de renda o investimento feito pelos proprietários, devendo a comparticipação do Estado não contar para esse efeito.

As obras ordinárias não devem originar aumentos de renda.

legislação não deve deixar de considerar como excepções os edifícios dos Bairros Históricos em que se deve privilegiar a reabilitação que mantenha as características de bairros tão importantes para a identidade de Lisboa.

Quanto às alterações ao regime de arrendamento urbano, importa, como atrás se disse a propósito do RECRIA, que as obras de manutenção não se repercutam em aumentos de renda.

Por outro lado, a actualização anual da renda deve manter a relação actualmente em vigor com o índice de inflação e não optar exclusivamente pelo máximo do que o actual regime propõe.

Quanto ao prazo em que a nova renda será exigida, deve não ser o mês previsto após a comunicação mas, pelo menos, dois meses. E a comunicação dos senhorios aos arrendatários deve procurar o rigor e o objectivo de permitir a fiscalização das obras já previstas para o RECRIA, prevendo sanções correspondentes à sua não realização.

Por outro lado, as novas propostas não são claras sobre a incidência na renda de obras que não carecem de autorização municipal.

Quanto aos subsídios de renda previstos para o inquilino poder suportar os aumentos de renda decorrentes de obras, há que os tornar significativos face aos baixos rendimentos de

muitos inquilinos e permitir que sejam de acesso fácil e a todo o tempo acessíveis, devendo prever-se apoios para os interessados poderem efectivamente candidatar-se e a eles terem acesso.

Qualquer alterações à legislação, destinada a facilitar a reabilitação dos edifícios e a melhoria de habitabilidade, deve, enfim, facilitar as condições para os proprietários se sentirem mais atraídos a fazerem obras mas também permitir que os aumentos de renda daí decorrentes sejam aceitáveis por parte dos inquilinos.

A Câmara Municipal de Lisboa tem mantido contactos com a Secretaria de Estado da Habitação para esse efeito.

Se assim não fosse entrava-se num caminho de confrontação que facilitaria despejos e expulsões de muitos habitantes de suas casas. Isso seria inaceitável. Contra isso há que lutar se o Governo não tiver em conta estas questões na redacção final das alterações legislativas que pretende realizar.



■ Carlos Gonçalves

O voo da "Fénix"

A mitologia grega atribuída à fabulosa ave "Fénix" a espantosa qualidade de renascer das próprias cinzas. A "loja Fénix" nada tem de mítico, o seu "projecto global", de que muitas notícias e factos indiciam a substância, é tão real e revelho como o são a corrupção e o crime enquanto instrumentos de conquista do poder pelas "elites", explorando e oprimindo os "plebeus" deste mundo. Em Portugal exige-se uma enorme vontade política e a correspondente eficácia judicial à altura de enfrentar e extinguir o mostrengo.

E afinal a "loja Fénix" existe ou não em Portugal?

Se fizermos fé no famigerado relatório do SIS referido há meses pelo Diário de Notícias e publicado na Visão de 11.03, se atribuirmos um crédito mínimo a Nandim de Carvalho, que sabe do que fala, e sobretudo se reflectirmos sobre os factos, conexões e desenvolvimentos que se vão conhecendo, resulta muito provável a existência no nosso país dessa "loja maçónica" supersecreta.

Em todo o caso, irradiando de Chicago e do México e com intervenção na rede mundial das maçonarias ditas "regulares" e de obediência norte-americana, está documentada a existência dum movimento internacional "Fénix", que agrupa pelo mundo fora os "maçons" mais fundamentalistas, como os da antiga "loja P2" de Itália, e de que se referem conexões com a extrema-direita e o crime organizado.

Em Portugal, o "projecto Fénix" terá levantado voo após o "golpe de estado maçónico" na chamada "Casa do Sino" e a tomada do poder na Dimensio/Universidade Moderna consumados, no final de 96 e início de 97, por um grupo de "maçons" que já anteriormente integravam essas estruturas.

A partir de então, a filial portuguesa da "loja Fénix", ao que se diz integrada em exclusivo por "maçons" com rendimentos superiores a 50 000 contos/ano, e de que alguns presumíveis membros vieram referidos nos "media", terá dado curso ao seu "projecto global" de conquista de áreas sensíveis do poder económico e político.

Nos grandes negócios, com ligações profundas a um importante grupo financeiro nacional, a uma poderosa multinacional de origem colombiana com investimentos na indústria de bebidas e numa das mais importantes empresas de "media" - com interesses em diversos jornais, rádios e numa televisão privada, redes de negócios africanos, uma empresa de sondagens, etc., e de que a imprensa refere conexões com branqueamento de capitais de origem criminosa.

Na política, onde nos nomes referidos na "loja Fénix" pontifica gente do PSD e do PP,

católicos integristas, activistas de extrema direita - vindos da revista "Resistência", do "Partido do Progresso", da rede bombista e do ELP, bem como, na rede clientelar instituída à sombra da Moderna, fascistas vários e mesmo um ministro de Salazar.

Mas, nesta matéria, relevam as conexões com a liderança do PP que, a comprovar-se o que tem sido escrito na comunicação social, dificilmente poderão deixar de ser vistas como financiamento encapotado da actividade de Paulo Portas e do seu partido.

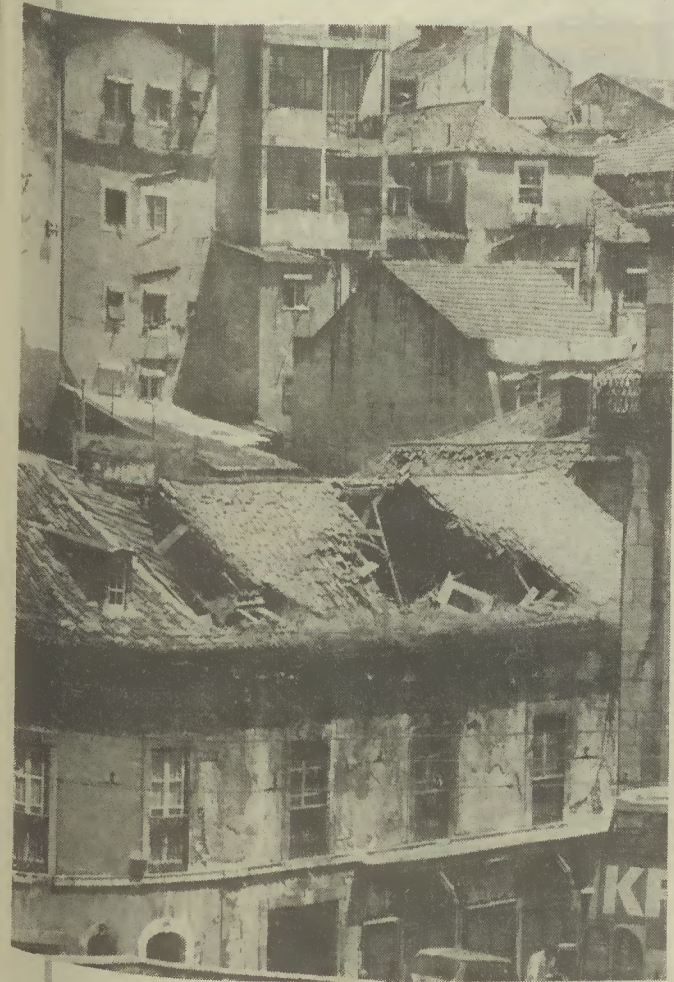
E a rede de influências que é referida, para além de ex-ministros, deputados e quadros superiores de serviços do Estado, mesmo os mais sensíveis, envolve ainda conexões externas, digamos assim, democrática e criminalmente não recomendáveis.

Face a este quadro, um dos maiores escândalos políticos de sempre no nosso país, cujos desenvolvimentos, na crise da direita, na crise da justiça, na crise dos serviços de informações e num tremendo fogo cruzado de golpes baixos, emboscadas, chantagens e ataques à bomba, dão uma ideia de quanto poder económico e político está realmente em jogo, é um dever cívico alertar, como fez o Secretário-Geral do PCP, que "o que está em jogo é a defesa do Estado democrático contra o crime organizado, seja quem for que nele esteja envolvido".

Por isso se exige que as investigações vão até ao fim e se esclareça tudo, não apenas a "gestão danosa" na Moderna, mas a dimensão efectiva do "projecto global" da "loja Fénix", com as suas eventuais conexões à alta criminalidade ao poder económico e a políticos sem escrúpulos.

Por isso se exige que nenhum "perdão" mais ou menos "católico", nenhuma gestão da oportunidade pelo Governo face a alterações da situação política, nenhuma real ou forjada falta de meios ou guerra corporativa, possa travar a acção da Justiça.

Exige-se toda a vontade política e a correspondente eficácia judicial. Para que esta Fénix nunca mais renasça das cinzas.



Os senhorios devem ser penalizados se a comunicação aos inquilinos sobre as obras prevista na lei não for feita, devendo essa penalização afectar necessariamente o aumento de renda, já que a sua falta põe em causa a transparência que se pretende e a capacidade de fiscalização dos inquilinos.

Por outro lado, o subsídio de renda devido aos inquilinos deve ser calculado de maneira a que seja compatível com os seus rendimentos a parte da renda que irão efectivamente pagar.

Finalmente não deve ser impedido às Câmaras Municipais terem um papel no acordo entre as partes.

No que respeita ao regime de renda condicionada, devem ser revistas as fórmulas de cálculo para que os aumentos não sejam tão acentuados (nas propostas actuais chegam a atingir o dobro dos aumentos do regime em vigor).

Ao pretender facilitar a demolição dos edifícios em risco, definido as condições de viabilidade técnica e económica da recuperação, a

Quem ganha e quem perde

Os organismos europeus entendidos em finanças concluíram que o euro, após os seus primeiros 100 dias como moeda oficial europeia, sofreu uma desvalorização de 8% face ao dólar. Com um pormenor interessante: desde que rebentou a guerra nos Balcãs com a agressão militar dos 19 países da NATO contra a Jugoslávia e a reboque dos EUA, essa desvalorização do euro face ao dólar acentuou-se pronunciadamente. Os analistas destas coisas da economia e da especulação financeira mostram-se perplexos e não sabem a quem atribuir responsabilidades pelo «fenómeno»...

Essa agora! Parece-nos que está tudo claro como água: se foram os EUA a liderar os 15 países da União Europeia nesta criminosa aventura, levando-os a iniciar uma guerra no próprio coração da Europa meio século depois da última hecatombe mundial, com certeza ninguém estaria à espera que os EUA se metessem nisto para perder dinheiro ou dar algum a ganhar aos seus dóceis parceiros... Bem basta a trabalhadora de engendrar a

PONTOS CARDEAIS

operação e pô-la em andamento! Além disso, está historicamente demonstrado à saciedade que o imperialismo norte-americano só dá um chouriço quando tem garantido o retorno de (pelo menos) um porco...

O dinheiro e a Lisboa

A Lisboa é uma das empresas do grupo EDP que se formaram com o desmantelamento e concomitante privatização desta grande empresa estratégica do sector da energia. Recentemente, a Lisboa entrou em conflito com os seus trabalhadores pelas razões habituais - reivindicação de salários e direitos -, tendo sido decretada uma greve por dois sindicatos da empresa. Perante isto, que fez o eficiente presidente da Lisboa, senhor João Carlos Ferreira de Lima? No próprio dia que os sindicatos decretaram a greve, ordenou o envio a dezenas de milhares de consumidores de Lisboa de

uma «mensagem urgente» em correio azul e impressa em cartão plastificado para dizer que «não prevemos qualquer perturbação do abastecimento de gás, pelo que V. Excia. poderá continuar, como habitualmente, a utilizar os serviços que lhe proporcionamos». Ou seja: só para dar uma «previsão» aos consumidores sobre as «não consequências» de uma greve, o senhor presidente da Lisboa gastou uma fortuna e, em contrapartida, forçou os trabalhadores à tal greve porque entende que a Lisboa não pode gastar mais dinheiro em salários. Deve ser por isto que a gestão privada é tão «competente» e «eficaz».

A «gestão» dos devedores

Um dia destes foi apresentada uma curiosa novidade, numa das estações de televisão portuguesas: alguém criou uma empresa de «gestão de devedores» (citamos a designação de memória), coisa privada, pois claro, e que, segundo um dos seus

entusiasmados responsáveis, tem o produtivo objectivo de fichar em registo informático todos os consumidores que se endividam e, depois, não cumprem com os pagamentos das prestações a que se obrigaram. Não, não, a coisa não tem nada a ver com o projecto do ministro José Sócrates e o seu misterioso apoio às famílias endividadas ou, se tem, não é para apoiar os endividados mas os que se lhe opõem - os credores. Ou seja: esta novel empresa organizou um ficheiro de todos os cidadãos que deixam passar em branco as suas prestações, coloca-os numa lista negra sob o interessante estigma de «caloteiros» e disponibiliza tão preciosa informação a todos os fornecedores de crédito, fazendo disso o seu grande negócio. Ah! Mas as vítimas desta extraordinária devassa não têm de que se queixar: todos podem consultar pessoalmente os dados armazenados a seu respeito e, se for caso disso, até podem rectificá-los! Das duas, uma: ou estes senhores aboliram os direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição ou então há aqui qualquer coisa de gravemente errado...

Afinal, perdemos...

Toda a gente se lembra de ver há pouco tempo o primeiro-ministro António Guterres, muito satisfeito consigo próprio, a anunciar perante as câmaras de televisão que não apenas mantivemos, como aumentámos, os dinheiros comunitários a receber entre 2000 e 2006 pelo nosso país, como fundos estruturais e no quadro da Agenda 2000, uma negociação de alto nível envolvendo os chefes de Estado e de Governo da União Europeia, que culminou com um acordo assinado na cimeira de Berlim realizada em 24 e 25 de Março último.

O autocomprazimento de António Guterres levou-o ao ponto de esquecer momentaneamente a sua experimentada modéstia, não resistindo a uma pequena farpa aos que duvidavam do êxito, «esclarecendo-os», com um leve sorriso de ironia, que «não se pode dizer tudo quando decorrem negociações difíceis». Afinal, na semana passada e feitas as contas exactas dos acordos firmados, chegou-se à conclusão que Portugal vai receber não os 17,5% do montante global dos fundos que o Governo anunciou mas 17% desse montante, o que se traduz numa perda de 18 milhões de contos...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Bloco-Notas

José Dias Coelho

- Adeus, adeus - disse o verso -
na tarde mal levantada
- Ai Deus, i u é que tu vais?
- Vou ter com a madrugada.

Era a tarde já no fim
sempre o verso de longada.
- Ai Deus, i u é que tu queres?
- Quero achar a madrugada.

A planta do pé do verso
estava toda ensanguentada.
- Ai Deus, i u é que tu sofres?
- Madrugada, madrugada.

Vem a noite, noite, noite
toda de luto marcada
mas as pegadas em sangue
já eram a madrugada.

Actualidade

Na cal
da parede
a rede
bestial
derrama
escorpiões
violentos
com seus balões
de excrementos
e lama.

Senhor!
tu és?
Ou pior:
tu vês?

Tuas mãos

Redijo estas linhas
sentado na carteira antiga
do menino de escola.

Devia atender mais à forma
pois sei, com Aragon,
que a História da poesia
é a história da sua forma.

Está bem se isto fosse poesia.
Ora é apenas uma redacção
e podia ser uma carta
ou um telefonema
ou, mais à moderna, um fax.

Para te beijar as mãos
sou franco
a poesia estava a mais
no fervor
que me anima.

Repara, meu amor
que nem cuidei da rima.

Míssil

Há um míssil apontado
para cada coração
coração podes ser tu
se tu fores cor, acção.

Há um míssil apontado
para um abraço ou um beijo
que bem podem ser aqueles
meu amor, quando te vejo.

Há um míssil apontado
aos arcos de cada ponte
que bem pode ser aquela
que pra qualquer astro aponte.

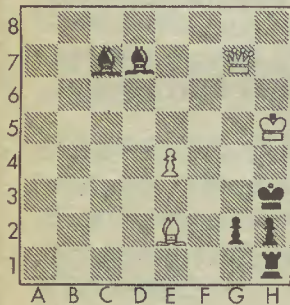
Há um míssil apontado
para cada cor, acção
que vai cair em Belgrado
e cai no meu coração.

XADREZ

DCCIII - 15 DE ABRIL DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999X14

Por: Werner Speckmann

2.º Prémio «Olympiade Leipzig» - 1960
Pr.: [6]: Ps. g2, h2-Bs. c7, d7-Th1-Rh3
Br.: [4]: P64-B62-Dg7-Rh5



Mate em 6 [seis] lances

SOLUÇÃO DO Nº 1999X14 [W. S.]

1. Bb5!, B66; 2. Bc4!, Bc8; 3. Ba6, B66;
4. Bc8, Bc8; 5. Dc3+, Bg3; 6. Dc8 #

A. de M. M.

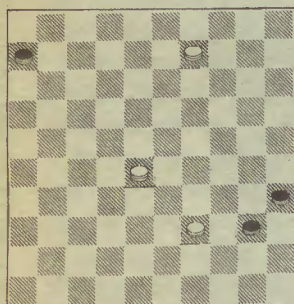
DAMAS

DCCIII - 15 DE ABRIL DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999D14

Por: A. Renooy [NL], 1925

Pr.: [2]: 2-(9)
Br.: [4]: 12-22-36-(45)

[Em jogo]



Branças jogam e ganham

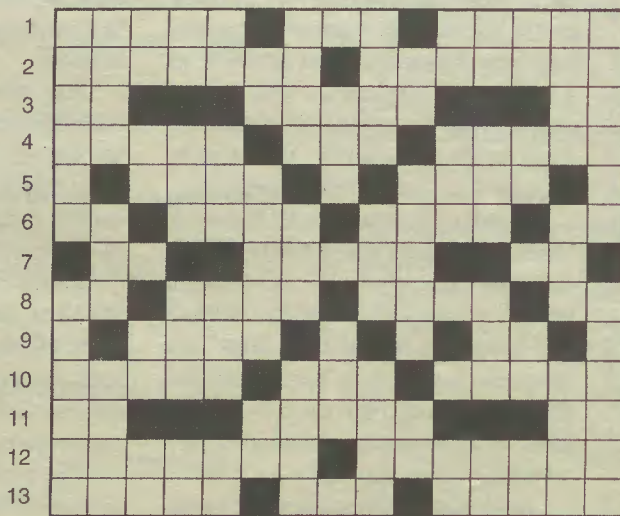
SOLUÇÃO DO Nº 1999D14 [A. R.]

1. 9-4=D!, (40-45); 2. 4-22!, (45-50=D);
3. 22-11, (x); 4. 11x44 +
2. ... (35-40); 3. 22-17, (45-50=D); 4. 17-
11, (x); 5. 11x35 e +
1. ... (6-11); 2. 36-66-34-9)
4. 4x6 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Aprazível; na companhia de; peça com que se tapa qualquer coisa. 2 - Bolo grande e grosseiro; perturbar. 3 - Artigo antigo; ovelhum; graceja. 4 - Peça com que se alonga interiormente a circunferência do chapéu (pl.); época; engenho de guerra que contém matérias explosivas (pl.). 5 - Pron. pess. feminino (pl.); grande extensão de terreno onde crescem árvores silvestres da mesma espécie. 6 - Sim (ant.); a outra vida; utensílio de barro em que fazem criação os coelhos domésticos; cânhamo da Índia. 7 - Igreja episcopal ou patriarcal; papel-moeda (pl.); o seu valor é de 3, 1416. 8 - O m. q. porco; inchar; jogo que consiste numa piorra em forma de dado, em cada face do qual há uma das letras R e D; dois mil romanos. 9 - Frutos da azeitona; instrumento que serve para marcar ângulos no terreno. 10 - Jogo de azar (pl.); rema para trás; lebre-das-pampas (pl.). 11 - Comparecer; parte do templo destinada aos fiéis (pl.); a polícia nazi. 12 - Pauzinho aguçado para limpar os dentes, após as refeições (pl.); inspiraria (fig.). 13 - Guarnecera com asas; insignificância (fig.); combinas.

VERTICAIS: 1 - Árvore da família das pináceas (pl.); género das liliáceas muito cultivado nos jardins. 2 - Instigador (fig.); igualdade (pref.); relativo à boca. 3 - Sufixo nominal, de origem latina, que forma topónimos e também substantivos diminutivos; tamborzinho árabe; Astatino (s. q.); naquele lugar. 4 - Néon (s. q.); ilharga; ouvido (pref.); Iridio (s. q.). 5 - Interj. de dor; ilha do arquipélago de Cabo Verde; utensílio de cozinha (pl.); Tântalo (s. q.). 6 - Pedra de moinho; carta ou face de dado com seis pintas (pl.); articulação das falanges dos dedos. 7 - Pavimento de uma casa, inferior ao nível da rua; maior; habitação. 8 - Fúria incoitada; mil e quatro romanos. 9 - Alimento delicioso (fig.); a parte inferior do pão; poeta primitivo entre os gregos. 10 - O m. q. porco; cada uma das nove deusas que, de acordo com a mitologia romana, presidiavam às artes liberais (pl.); nota musical. 11 - A tua pessoa; grande extensão de água salgada; interj. que imita estrondo de tiro, explosão ou queda sonora e brusca de um corpo; basta. 12 - Atmosfera; rochedo (bras.); cinge com nó; Alumínio (s. q.). 13 - Mil e quinhentos romanos; Sódio (s. q.); modo (fig.); mofa. 14 - Fogueira funerária; a minha pessoa; um dos cinco continentes. 15 - Esquiva (fig.); amálgamas.

SOLUÇÃO: 1 - Amena; com; tampa. 2 - Belén; a; 3 - El; o; 4 - 4 + 4 = 8; 5 - Al; 6 - M; 7 - M; 8 - M; 9 - M; 10 - M; 11 - M; 12 - M; 13 - M; 14 - M; 15 - M; 16 - M; 17 - M; 18 - M; 19 - M; 20 - M; 21 - M; 22 - M; 23 - M; 24 - M; 25 - M; 26 - M; 27 - M; 28 - M; 29 - M; 30 - M; 31 - M; 32 - M; 33 - M; 34 - M; 35 - M; 36 - M; 37 - M; 38 - M; 39 - M; 40 - M; 41 - M; 42 - M; 43 - M; 44 - M; 45 - M; 46 - M; 47 - M; 48 - M; 49 - M; 50 - M; 51 - M; 52 - M; 53 - M; 54 - M; 55 - M; 56 - M; 57 - M; 58 - M; 59 - M; 60 - M; 61 - M; 62 - M; 63 - M; 64 - M; 65 - M; 66 - M; 67 - M; 68 - M; 69 - M; 70 - M; 71 - M; 72 - M; 73 - M; 74 - M; 75 - M; 76 - M; 77 - M; 78 - M; 79 - M; 80 - M; 81 - M; 82 - M; 83 - M; 84 - M; 85 - M; 86 - M; 87 - M; 88 - M; 89 - M; 90 - M; 91 - M; 92 - M; 93 - M; 94 - M; 95 - M; 96 - M; 97 - M; 98 - M; 99 - M; 100 - M; 101 - M; 102 - M; 103 - M; 104 - M; 105 - M; 106 - M; 107 - M; 108 - M; 109 - M; 110 - M; 111 - M; 112 - M; 113 - M; 114 - M; 115 - M; 116 - M; 117 - M; 118 - M; 119 - M; 120 - M; 121 - M; 122 - M; 123 - M; 124 - M; 125 - M; 126 - M; 127 - M; 128 - M; 129 - M; 130 - M; 131 - M; 132 - M; 133 - M; 134 - M; 135 - M; 136 - M; 137 - M; 138 - M; 139 - M; 140 - M; 141 - M; 142 - M; 143 - M; 144 - M; 145 - M; 146 - M; 147 - M; 148 - M; 149 - M; 150 - M; 151 - M; 152 - M; 153 - M; 154 - M; 155 - M; 156 - M; 157 - M; 158 - M; 159 - M; 160 - M; 161 - M; 162 - M; 163 - M; 164 - M; 165 - M; 166 - M; 167 - M; 168 - M; 169 - M; 170 - M; 171 - M; 172 - M; 173 - M; 174 - M; 175 - M; 176 - M; 177 - M; 178 - M; 179 - M; 180 - M; 181 - M; 182 - M; 183 - M; 184 - M; 185 - M; 186 - M; 187 - M; 188 - M; 189 - M; 190 - M; 191 - M; 192 - M; 193 - M; 194 - M; 195 - M; 196 - M; 197 - M; 198 - M; 199 - M; 200 - M; 201 - M; 202 - M; 203 - M; 204 - M; 205 - M; 206 - M; 207 - M; 208 - M; 209 - M; 210 - M; 211 - M; 212 - M; 213 - M; 214 - M; 215 - M; 216 - M; 217 - M; 218 - M; 219 - M; 220 - M; 221 - M; 222 - M; 223 - M; 224 - M; 225 - M; 226 - M; 227 - M; 228 - M; 229 - M; 230 - M; 231 - M; 232 - M; 233 - M; 234 - M; 235 - M; 236 - M; 237 - M; 238 - M; 239 - M; 240 - M; 241 - M; 242 - M; 243 - M; 244 - M; 245 - M; 246 - M; 247 - M; 248 - M; 249 - M; 250 - M; 251 - M; 252 - M; 253 - M; 254 - M; 255 - M; 256 - M; 257 - M; 258 - M; 259 - M; 260 - M; 261 - M; 262 - M; 263 - M; 264 - M; 265 - M; 266 - M; 267 - M; 268 - M; 269 - M; 270 - M; 271 - M; 272 - M; 273 - M; 274 - M; 275 - M; 276 - M; 277 - M; 278 - M; 279 - M; 280 - M; 281 - M; 282 - M; 283 - M; 284 - M; 285 - M; 286 - M; 287 - M; 288 - M; 289 - M; 290 - M; 291 - M; 292 - M; 293 - M; 294 - M; 295 - M; 296 - M; 297 - M; 298 - M; 299 - M; 300 - M; 301 - M; 302 - M; 303 - M; 304 - M; 305 - M; 306 - M; 307 - M; 308 - M; 309 - M; 310 - M; 311 - M; 312 - M; 313 - M; 314 - M; 315 - M; 316 - M; 317 - M; 318 - M; 319 - M; 320 - M; 321 - M; 322 - M; 323 - M; 324 - M; 325 - M; 326 - M; 327 - M; 328 - M; 329 - M; 330 - M; 331 - M; 332 - M; 333 - M; 334 - M; 335 - M; 336 - M; 337 - M; 338 - M; 339 - M; 340 - M; 341 - M; 342 - M; 343 - M; 344 - M; 345 - M; 346 - M; 347 - M; 348 - M; 349 - M; 350 - M; 351 - M; 352 - M; 353 - M; 354 - M; 355 - M; 356 - M; 357 - M; 358 - M; 359 - M; 360 - M; 361 - M; 362 - M; 363 - M; 364 - M; 365 - M; 366 - M; 367 - M; 368 - M; 369 - M; 370 - M; 371 - M; 372 - M; 373 - M; 374 - M; 375 - M; 376 - M; 377 - M; 378 - M; 379 - M; 380 - M; 381 - M; 382 - M; 383 - M; 384 - M; 385 - M; 386 - M; 387 - M; 388 - M; 389 - M; 390 - M; 391 - M; 392 - M; 393 - M; 394 - M; 395 - M; 396 - M; 397 - M; 398 - M; 399 - M; 400 - M; 401 - M; 402 - M; 403 - M; 404 - M; 405 - M; 406 - M; 407 - M; 408 - M; 409 - M; 410 - M; 411 - M; 412 - M; 413 - M; 414 - M; 415 - M; 416 - M; 417 - M; 418 - M; 419 - M; 420 - M; 421 - M; 422 - M; 423 - M; 424 - M; 425 - M; 426 - M; 427 - M; 428 - M; 429 - M; 430 - M; 431 - M; 432 - M; 433 - M; 434 - M; 435 - M; 436 - M; 437 - M; 438 - M; 439 - M; 440 - M; 441 - M; 442 - M; 443 - M; 444 - M; 445 - M; 446 - M; 447 - M; 448 - M; 449 - M; 450 - M; 451 - M; 452 - M; 453 - M; 454 - M; 455 - M; 456 - M; 457 - M; 458 - M; 459 - M; 460 - M; 461 - M; 462 - M; 463 - M; 464 - M; 465 - M; 466 - M; 467 - M; 468 - M; 469 - M; 470 - M; 471 - M; 472 - M; 473 - M; 474 - M; 475 - M; 476 - M; 477 - M; 478 - M; 479 - M; 480 - M; 481 - M; 482 - M; 483 - M; 484 - M; 485 - M; 486 - M; 487 - M; 488 - M; 489 - M; 490 - M; 491 - M; 492 - M; 493 - M; 494 - M; 495 - M; 496 - M; 497 - M; 498 - M; 499 - M; 500 - M; 501 - M; 502 - M; 503 - M; 504 - M; 505 - M; 506 - M; 507 - M; 508 - M; 509 - M; 510 - M; 511 - M; 512 - M; 513 - M; 514 - M; 515 - M; 516 - M; 517 - M; 518 - M; 519 - M; 520 - M; 521 - M; 522 - M; 523 - M; 524 - M; 525 - M; 526 - M; 527 - M; 528 - M; 529 - M; 530 - M; 531 - M; 532 - M; 533 - M; 534 - M; 535 - M; 536 - M; 537 - M; 538 - M; 539 - M; 540 - M; 541 - M; 542 - M; 543 - M; 544 - M; 545 - M; 546 - M; 547 - M; 548 - M; 549 - M; 550 - M; 551 - M; 552 - M; 553 - M; 554 - M; 555 - M; 556 - M; 557 - M; 558 - M; 559 - M; 560 - M; 561 - M; 562 - M; 563 - M; 564 - M; 565 - M; 566 - M; 567 - M; 568 - M; 569 - M; 570 - M; 571 - M; 572 - M; 573 - M; 574 - M; 575 - M; 576 - M; 577 - M; 578 - M; 579 - M; 580 - M; 581 - M; 582 - M; 583 - M; 584 - M; 585 - M; 586 - M; 587 - M; 588 - M; 589 - M; 590 - M; 591 - M; 592 - M; 593 - M; 594 - M; 595 - M; 596 - M; 597 - M; 598 - M; 599 - M; 600 - M; 601 - M; 602 - M; 603 - M; 604 - M; 605 - M; 606 - M; 607 - M; 608 - M; 609 - M; 610 - M; 611 - M; 612 - M; 613 - M; 614 - M; 615 - M; 616 - M; 617 - M; 618 - M; 619 - M; 620 - M; 621 - M; 622 - M; 623 - M; 624 - M; 625 - M; 626 - M; 627 - M; 628 - M; 629 - M; 630 - M; 631 - M; 632 - M; 633 - M; 634 - M; 635 - M; 636 - M; 637 - M; 638 - M; 639 - M; 640 - M; 641 - M; 642 - M; 643 - M; 644 - M; 645 - M; 646 - M; 647 - M; 648 - M; 649 - M; 650 - M; 651 - M; 652 - M; 653 - M; 654 - M; 655 - M; 656 - M; 657 - M; 658 - M; 659 - M; 660 - M; 661 - M; 662 - M; 663 - M; 664 - M; 665 - M; 666 - M; 667 - M; 668 - M; 669 - M; 670 - M; 671 - M; 672 - M; 673 - M; 674 - M; 675 - M; 676 - M; 677 - M; 678 - M; 679 - M; 680 - M; 681 - M; 682 - M; 683 - M; 684 - M; 685 - M; 686 - M; 687 - M; 688 - M; 689 - M; 690 - M; 691 - M; 692 - M; 693 - M; 694 - M; 695 - M; 696 - M; 697 - M; 698 - M; 699 - M; 700 - M; 701 - M; 702 - M; 703 - M; 704 - M; 705 - M; 706 - M; 707 - M; 708 - M; 709 - M; 710 - M; 711 - M; 712 - M; 713 - M; 714 - M; 715 - M; 716 - M; 717 - M; 718 - M; 719 - M; 720 - M; 721 - M; 722 - M; 723 - M; 724 - M; 725 - M; 726 - M; 727 - M; 728 - M; 729 - M; 730 - M; 731 - M; 732 - M; 733 - M; 734 - M; 735 - M; 736 - M; 737 - M; 738 - M; 739 - M; 740 - M; 741 - M; 742 - M; 743 - M; 744 - M; 745 - M; 746 - M; 747 - M; 748 - M; 749 - M; 750 - M; 751 - M; 752 - M; 753 - M; 754 - M; 755 - M; 756 - M; 757 - M; 758 - M; 759 - M; 760 - M; 761 - M; 762 - M; 763 - M; 764 - M; 765 - M; 766 - M; 767 - M; 768 - M; 769 - M; 770 - M; 771 - M; 772 - M; 773 - M; 774 - M; 775 - M; 776 - M; 777 - M; 778 - M; 779 - M; 780 - M; 781 - M; 782 - M; 783 - M; 784 - M; 785 - M; 786 - M; 787 - M; 788 - M; 789 - M; 790 - M; 791 - M; 792 - M; 793 - M; 794 - M; 795 - M; 796 - M; 797 - M; 798 - M; 799 - M; 800 - M; 801 - M; 802 - M; 803 - M; 804 - M; 805 - M; 806 - M; 807 - M; 808 - M; 809 - M; 810 - M; 811 - M; 812 - M; 813 - M; 814 - M; 815 - M; 816 - M; 817 - M; 818 - M; 819 - M; 820 - M; 821 - M; 822 - M; 823 - M; 824 - M;

AGENDA

Parlamento Europeu

Iniciativas com os candidatos

A camarada **Ilda Figueiredo** participa nos próximos dias nas seguintes iniciativas:

- **Hoje, em Lisboa** - Contactos com os trabalhadores da **Sorefame** (incluindo almoço) e **Cabos Ávila**; iniciativa sobre **Exclusão Social na Praça da Figueira**

Hoje ainda, em **Aveiro** - **Debate sobre questões europeias** na Biblioteca Municipal, às 21h30

- **Domingo, 18, em Beja** - Encontro Regional do Alentejo sobre as eleições para o PE, também com a participação de **Joaquim Miranda**: a partir das 10h30 no Inst. Politécnico de Beja

- **Segunda-feira, em Viana do Castelo** - Contactos com agricultores e estruturas agrícolas (Cova da Beira, Fundão, Castelo Branco)

- **Terça-feira, em Viseu** - Contactos com agricultores na Feira semanal e encontros com a Associação Regional de Agricultores e dirigentes dos Baldios, com trabalhadores industriais de Vouzela e Associações de Estudantes do Superior. Contactos com a população no Rossio de Viseu às 17h30.

Ilda Figueiredo participa ainda no **jantar comemorativo do 25 de Abril** que se realiza **sábado em Matosinhos** (destaque nesta página).

Outras iniciativas com a participação de candidatos:

Honório Novo visita cooperativas agrícolas da Guarda amanhã e agricultores de Castelo Branco segunda-feira; **Sérgio Ribeiro** está hoje às 21h30, num debate sobre o euro em **A-dos-Loucos** e em contactos com trabalhadores da zona industrial do Cacém amanhã, sexta-feira; no domingo em **Salvaterra de Magos** para uma acção de propaganda na feira; no debate sobre **Serviços Públicos** que se realiza terça-feira no Hotel Continental e num outro sobre **globalização da economia**, marcado para as 20h de quarta-feira na Casa do Brasil.

POBREZA - EXCLUSÃO SOCIAL
- Propostas do PCP -

Acção de divulgação com a participação de **Ilda Figueiredo**
HOJE - Praça da Figueira, 17h30

Pela Paz, contra a guerra

Debate público em Vila Nova da Barquinha
Auditório do Centro Cultural, Sexta-feira às 21h
com **Aboim Inglez**

CDU

Em **TORRES NOVAS** - no Auditório do Museu Agrícola de Riachos - tem hoje à noite lugar um Encontro Concelhio de Eleitos da CDU de todo o Concelho. Estará presente o camarada **Jorge Cordeiro**.

Em **ABRANTES** também os eleitos se reúnem em Encontro Concelhio - Sábado, a partir das 15h, no CT do PCP.

Os eleitos da CDU de **PORTO SALVO** endereçaram um convite aos moradores do Bairro Moinho das Rolas para uma visita conjunta ao bairro no próximo domingo, com o objectivo de fazer o levantamento dos problemas mais sentidos pelos moradores. Entre outros, integram o grupo o vereador **Arnaldo Pereira** e **Manuel Correia**, presidente da Frente Anti-Racista. A concentração está marcada para as 15h, junto ao 1.º Lote no Bairro.

ALCOCHETE

Plenário de militantes da Freguesia de São Francisco: Sexta, 16, às 21h, no refeitório da Escola Primária

AMADORA

Encontro Concelhio de Quadros sobre as eleições europeias e legislativas: Sábado, 17, às 14h30, no CT da Brandoa, com a participação de **Domingos Abrantes**

CASTELO BRANCO

Reunião da DORCB sobre a situação política e tarefas do Partido, com a participação de **Francisco Lopes**: Sábado, dia 17, às 15h no CT da Covilhã

CORROIOS

Assembleia da Organização de Freguesia: Sábado, 17, a partir das 14h, no Centro de Trabalho

LISBOA

Hoje, no CT Vitória: reunião da célula da CML com a participação do camarada **Albano Nunes** sobre a situação na Jugoslávia: às 19h

Plenário do Sector de Serviços e Empresas: hoje, quinta-feira, às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé, com **Manuela Bernardino**

Plenário de militantes de Sta. Iria de Azóia: Sexta-feira, 16, às 21h, no CT local

Assembleia da Organização da Freguesia de Camarate: Sábado, 17, às 15h, no CT de Camarate, com **José Tavares**

2.ª Assembleia da Célula do Metro / ORL do PCP - Dia 21, às 18h, no CT Vitória

Plenário de militantes da freguesia de S. João da Talha: Domingo, 18, às 10h, na Sala da Assembleia de Freguesia, seguindo-se almoço-convívio

Plenário de militantes da Zona Norte de Freguesias de Lisboa: Terça-feira, 20, às 21h, no CT Vitória

OEIRAS

Plenário do Sector de Empresas (todos os camaradas que trabalham no concelho): Sábado, 17, às 14h30, no CT de Algés

SILVES

Assembleia da Organização da Freguesia: Sábado, 17, a partir das 15h, no Centro de Trabalho

SINTRA

Debate sobre a situação internacional com o camarada **Jorge Cadima**: Sexta-feira, 16, às 21h, no CT de Queluz

Plenário de militantes da CM e SMAS Sintra: Sexta-feira às 18h no CT de Rio de Mouro

Plenário de militantes da freguesia de Algueirão-

Mem Martins: Sexta-

feira, no CT de Alguei-

ção-Mem Martins

Plenário de militantes

de S. João das

Lampas e Terrugem:

Sexta-feira, 21h30, no

CT de S. João das

Lampas, com **Jaime**

da Mata

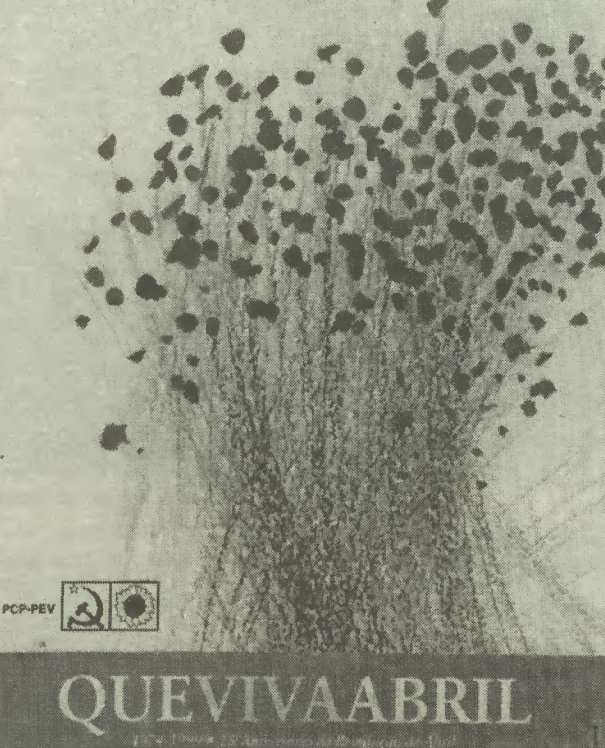
Reunião da Comis-

são Concelhia de Sin-

tra, com a participação

de **António Andrez**: dia 22, às 21h, no CT do Cacém

CDU

MELHOR PORTUGAL
NOVO RUMO PARA A EUROPA

PCP-PEV

QUE VIVA ABRIL

No Espaço Cultural Vitória

hoje às 18h30

com a presença de **Carlos Carvalhas**:

Inauguração da Exposição de Artes Plásticas 25 de Abril

Cova da Piedade

Inauguração do novo
Centro de Trabalho do PCP

Avenida da Fundação (frente ao Mercado)

Domingo às 11h, com a presença de **Carlos Carvalhas**Defender e melhorar
os serviços públicosForum de reflexão sobre os serviços
públicos - situação, evolução, perspectivas

Terça-feira, 20, 17h - Hotel Continental

Intervenção de **Carlos Carvalhas**Assembleia da Organização
do Concelho de Torres Vedras

Sábado, 17, às 15h, no Autório Municipal,

com a participação de **Rosa Rabiais**

Encontro do PCP

«Eleições 1999 na Cidade de Lisboa»

Sábado, 17, das 15h às 18h30, no Hotel Sofitel,

com a participação de **António Andrez**

SAMOUÇO

Debate sobre questões da Agricultura, com a participação de **Lino de Carvalho**: Sábado, 17, às 21h, na Junta de Freguesia

V. FRANCA DE XIRA

3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Alhandra: Sábado, 17, às 14h, no Salão da Columbófila de Alhandra, com a participação de **Fernanda Mateus**Reunião com independentes: hoje, dia 15, às 21h, no Salão da JF, com a participação de **Jerónimo de Sousa**Plenário de militantes da freguesia da Póvoa de Sta. Iria: sexta-feira, 16, 21h, CT local, com **José Seabra**Plenário de militantes da freguesia de Vila Franca de Xira: dia 17 às 15h30, no CT, com a participação de **Agostinho Lopes**

ESPAÑA

Lloret de Mar

COSTA BRAVA

ANDORRA

MONSERRAT

BARCELONA

MADRID

10 Dias

de 18 A 27 de Junho

Comissão Concelhia
de Almada do PCP

Campanha Nacional

de Fundos

(Informações e inscrições:
cam. Cabrita - Tel. 2753939)

PORTO

QUE VIVA ABRIL

1974-1999

Grande Jantar — 17 de Abril - 20h

Centro de Desporto
e Congressos de Matosinhos

(junto ao Estádio do Mar)

CARLOS CARVALHAS • ILDA FIGUEIREDO
Espectáculo evocativo com VITORINO

LISBOA

CONVÍVIO DE REFORMADOS

Casa do Alentejo — 16 de Abril - 15h

CARLOS CARVALHAS

Espectáculo com Grupo 3 de Abril

ALMADA

QUE VIVA ABRIL

Almoço na SFUAP — 18 de Abril - 13h

CARLOS CARVALHAS

ALHOS VEDROS

Auditório da Capela da Santa Casa da Misericórdia

Exposição fotográfica - 16 (21h), 17 e 18 de Abril

Debate com **José Casanova** - 16, às 21h30

CADAVAL

Restaurante "A Lagoa"

Almoço CDU - 18 de Abril, às 13h

Com **Bernardino Soares**

CARNAXIDE

Centro de Trabalho do PCP

Almoço-convívio - 18 de Abril, às 13h

CASCAIS

Centro de Trabalho do PCP de Alcáideche

Desmancha do porco - 18 de Abril, a partir das 12h

Com **Jerónimo de Sousa**

ESTORIL

Restaurante Sede (Inst. do Estoril-Praia, Rua do Viveiro)

Almoço-convívio - 18 de Abril, às 13h

Com **Odete Santos**

LISBOA

Palácio Pancas Palhas (Sta. Apolónia)

Convívio, sessão comemorativa, exposição documental

da célula da Editorial Caminho

com trabalhadores, autores, outras entidades

17 de Abril, às 15h

Clube de Futebol Benfica (Fófó)

Jantar-convívio - 17 de Abril, às 20h

PENICHE

Fortaleza de Peniche

Sessão-debate CDU - 18 de Abril, às 15h

Com Gen. VASCO GONÇALVES

SEIXAL

Quinta da Atalaia

Almoço do PCP/Seixal e Amora - 17 de Abril, às 13h

Com **DURAN CLEMENTE**

Sessão de Fados

VIANA DO CASTELO

COMEMORAÇÕES EM CAMINHA

Exposição - de 23 de Abril a 1 de Maio no CT do PCP

Debate - 23 de Abril, 21h30

no Auditório da Biblioteca Municipal

Jantar com **Agostinho Lopes** - 24 de Abril, 19h30

no Rest. "O Encontro"

VIEIRA DE LEIRIA

Restaurante "O Triângulo"

Almoço CDU - 25 de Abril, às 13h

SETÚBAL

ENCONTRO DE DEMOCRATAS
CONVÍVIO DO 25.º ANIVERSÁRIO

24 de Abril - 20h

Restaurante "O Quintal"

LISBOA

GRANDE JANTAR

23 de Abril - 20h

Gare Marítima de Santa Apolónia

TELEVISÃO

Quinta, 15

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
16.00 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telegiornal
21.00 As Lições do Tonescas
21.40 Maria Elisa
23.30 Miguel Ângelo ao Vivo
00.45 24 Horas
01.35 Homens Bons e Maus
(de Steven Stern, EUA/1990, com Christopher Reeve, Rawly Trujillo, Tony Todd. Telefilme - «Western»)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 Bonanza
16.30 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Programa Religioso
18.30 Hugo

Sexta, 16

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telegiornal
21.05 Uma Casa em Fancos
22.10 Conversas de Mário Soares
23.15 Conde Monte-Cristo
00.15 24 Horas
01.05 NBA

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 Bonanza
16.30 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Programa Religioso
18.30 Hugo

Sábado, 17

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top+
15.00 Espelho Meu
15.35 Saber & Fazer
16.10 As Minas de Salomão (Parte II)
(de Gary Nelson, EUA/1986, com Richard Chamberlain, Sharon Stone, James Earl Jones. Aventuras)
18.05 Estrada Viva
18.45 Santa Casa
20.00 Telegiornal
20.55 Futebol: Braga-Benfica
23.00 Já que Falamos de Sexo
23.35 Nash Bridges
00.35 24 Horas
01.20 Grito de Revolta
(de Scott Kalvert, EUA/1994, com Leonardo DiCaprio, Mark Wahlberg, James Madio, Patrick McGraw. Drama / Biográfico)
03.15 Geração Mortífera
(de Seth Pinsky, EUA/1994, com Raphael Sbarge, Kate Hodge, Jovi Montano, Christopher Murphy. «Thriller» / Fantástico)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Cidade Louca
13.00 Contos Assombrosos
13.20 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.10 2001
19.50 Onda Curta
(Discurso de Abertura, Opening Speech, de Norman McLaren, Can./1960; A Morte do Estalinismo na Boémia, Death of Stalinism in Bohemia, de Jan Svankmajer, Checoslováquia/1990. Curtas-Metragens)
20.15 Horizonte
20.55 O Caminho das Estrelas
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 Crimes do Pior
00.35 Absolutamente Fabuloso
01.05 Bom-Dia Vietnam
(de Barry Levinson, EUA/1987, com Robin Williams, Forest Whitaker, Tung Thanh, Chintara Sukapatana. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show Sic

Domingo, 18

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Made in Portugal
14.50 O Último Grande Herói
(de John McTiernan, EUA/1992, com Arnold Schwarzenegger, Austin O'Brien, F. Murray Abraham. Acção)
17.15 Ferro e Fogo
18.20 Anúncios de Graça
18.55 GLX
19.30 Domingo Desportivo I
20.00 Telegiornal
21.20 Jet 7



O regresso de «Bonanza», que só os quarentões recordarão (Sexta à tarde, na RTP2)

21.50 Débora
22.30 Atlântico
23.30 Domingo Desportivo II
01.00 Perigo Iminente
02.20 24 Horas



O Caminho das Estrelas

RTP 2

09.00 Maratona de Londres
12.00 Missa
12.50 Caminhos
13.20 Heróis em Acção
14.00 Ekhaya
15.00 Desporto 2
19.00 Jornal de África
19.40 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras - «A Duke Named Ellington - II»
21.00 Bailado: «The Nutcracker Sweeties»
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Olhos nos Olhos

SIC

08.00 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Feitiço do Tempo
(de Harold Ramis, EUA/1993, com Bill Murray, Andie MacDowell, Chris Elliott, Stephen Tobolowsky, Brian Doyle-Murray. Comédia Fantástica)
16.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
18.00 Arma Mortífera III
(de Richard Donner, EUA/1992, com Mel Gibson, Danny Glover, Joe Pesci, René Russo, Stuart Wilson. Acção)
20.00 Jornal da Noite
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
21.10 Fura Vidas
21.40 Chuva de Estrelas
22.50 Hilda Furacão
23.50 Otelô
(de Oliver Parker, EUA/1995, com Laurence Fishburne, Kenneth Brannagh, Irène Jacob, Nathaniel Parker, Michael Maloney. Drama)
02.30 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.10 Missa
13.00 Os Últimos Paraísos na Terra
14.00 O Último Bandido
(de Geoff Murphy, EUA/1994, com Mickey Rourke, Dermot Mulroney. Acção)
16.00 Uma Nova Família
(de Linda Otto, EUA/1993, com Joseph Gordon-Levitt, Bill Smirnovich, Kathleen York. Drama)
17.40 O Hotel dos Fantasmas
(de D. J. Machale, EUA/1995, com Steve Guttenberg, Kirsten Dunst, Nia Peeples. Fantástico)
19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
21.15 Directo XXI
22.00 Culpado ou Inocente
23.00 Sob Ameaça
(de John Pasquin, EUA/1991, com Victoria Principal, Paul Sorvino, Jonathan Banks, Danielle Harris. «Thriller»)
01.00 Encontro com a Vida
(de Arthur Duarte, Port./1960, com Maria Dulce, Rogério Paulo, Luz Veloso, Maria Olguim, Fernando Curado Ribeiro. Drama)

Segunda, 19

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.00 País País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telegiornal
21.00 Nós os Ricos

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Herbie, Um Carocha dos Diabos
(de Robert Stevenson, EUA/1974, com Helen Hayes, Keenan Wynn, Ken Berry, Stephanie Powers. Comédia)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 O Rio (Documentário)
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 A Coroa e o País
23.20 Ler para Crer
00.20 À Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buêrére
10.30 Juiz Decide
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
17.00 Malucos do Riso
17.35 Meu Bem Querer
18.50 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
21.05 Um Sarilhão Chamado Marina
21.35 Conversa da Treta
22.05 Suave Veneno
23.05 Esta Semana
01.15 Médicos sem Fronteiras
02.50 Último Jornal
03.25 Vibrações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.30 Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Hugo
19.30 Um, Dó, Li, Tá
20.05 Ao Natural
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Novos Heróis

SIC

08.00 Buêrére
10.30 Juiz Decide
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
14.30 Malucos do Riso
15.10 Fátima Lopes
17.50 Meu Bem Querer
18.20 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
21.10 Suave Veneno
22.15 Roda dos Milhões
00.30 Duetos Imprevistos
01.40 Último Jornal
02.10 Serenata à Chuva
(de Stanley Donen e Gene Kelly, EUA/1952, com Gene Kelly, Donald O'Connor, Debbie Reynolds, Jean Hagan, Cyd Charisse. Ver Destaque)
04.30 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.00 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 A Lenda de Guilherme Tell
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 A Justiça
23.00 A Fronteira do Silêncio
(de Michael Lessac, EUA/1991, com Kathleen Turner, Tommy Lee Jones, Park Overall. Drama)
24.00 Doido por Ti
00.40 Desporto
02.30 A Esquadra de Brooklyn

Terça, 20

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.05 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telegiornal
21.05 Cromos de Portugal
21.50 Herman 99
24.00 Liga dos Campeões
00.35 Dharma e Greg
01.10 24 Horas
01.50 Era uma Vez um Alferes
(de Luís Filipe Costa, Port./1987, com José Jorge Duarte, Júlio César, João Lagarto, Vítor Norte, José Pedro Gomes. Ver Destaque)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Herbie, Um Carocha dos Diabos
(de Robert Stevenson, EUA/1974, com Helen Hayes, Keenan Wynn, Ken Berry, Stephanie Powers. Comédia)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 O Rio (Documentário)
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 A Coroa e o País
23.20 Ler para Crer
00.20 À Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buêrére
10.30 Juiz Decide
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal



Fura-Vidas (ao domingo na SIC)

14.00 Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
17.00 Malucos do Riso
17.35 Meu Bem Querer
18.50 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
21.10 Médico de Família
22.20 Suave Veneno
23.30 Casos de Polícia
00.40 Balada de Nova Iorque
01.40 Toda a Verdade
02.45 Último Jornal
03.50 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.00 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 A Lenda de Guilherme Tell
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.35 Quero Justiça!
22.00 Crimes em Série
(de Pat Verducci, EUA/1995, com Kevin Dillon, Alicia Silverstone. «Thriller»)
00.10 Os Vigilantes
01.10 Doido por Ti
02.00 A Esquadra de Brooklyn

Quarta, 21

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Nas Asas do Destino
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
18.35 País Regiões
18.50 Os Lobos
19.35 Futebol (Liga dos Campeões)
21.45 Telegiornal
22.40 Cinco Dias, Cinco Noites
(de José Fonseca e Costa, Port./1996, com Vítor Norte, Paulo Pires, Ana Padrão, Canto e Castro, Teresa Roby, Miguel Guilherme. Ver Destaque)
00.25 Liga dos Campeões
01.30 24 Horas
02.20 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.45 O Homem Sombra
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.20 Os Transatlânticos
21.15 Portugalmente
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Zoom
23.45 Carlos Cruz
00.45 24 Horas para a Morte

SIC

08.00 Buêrére
10.30 Juiz Decide
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
17.00 Malucos do Riso
17.35 Meu Bem Querer
18.50 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.00 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 A Lenda de Guilherme Tell
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.35 Quero Justiça!
22.00 Crimes em Série
(de Pat Verducci, EUA/1995, com Kevin Dillon, Alicia Silverstone. «Thriller»)
00.10 Os Vigilantes
01.10 Doido por Ti
02.00 A Esquadra de Brooklyn



Médico de Família

John Mills, Valerie Hobson, Bernard Miles, Francis L. Sullivan. *Ver Destaque)*
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.10 Puzzle Place
20.00 Conquistadores
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 A Beira do Mar Azul
(de Boris Barnet, URSS/1935, com Elena Kouzmina, Lev Sverdlina, Micolai Krioutchov, Semen Svachenko. Drama)

19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Espectáculo e Negócios
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Noites Brancas
(Tema: Jazz Hoje - em Portugal e no Mundo. Longa-metragem: A Volta da Meia-Noite, de Bertrand Tavernier, Fr./EUA/1986, com Dexter Gordon, François Cluzet, Gabrielle Haker, Sandra Reaves-Phillips. Ver Destaque)



O Conde Monte-Cristo

SIC

08.00 Buêrére
10.30 Juiz Decide
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
17.00 Malucos do Riso
17.35 Meu Bem Querer
18.50 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
21.10 Malucos do Riso
21.40 Ponto de Encontro
22.45 Suave Veneno
24.00 Sem Perdão Possível
(Longa-metragem)
02.20 Último Jornal
02.55 Inferno em Saigão
(Longa-metragem)

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.00 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 A Lenda de Guilherme Tell
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.45 Os Reis da Música Nacional
24.00 Paixão Possessiva
(de Reza Badiyi, EUA/1996, com Joanna Cassidy, Jere Burns, Brooke Langton. «Thriller»)
02.00 Doido por Ti
02.30 Ponto Final

18.00 Futebol: Alverca-Sporting
20.00 Jornal da Noite
21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
21.10 Mundo VIP
22.10 Ai os Homens!
23.20 Mulher
00.20 O Sexo e a Cidade
00.50 Coiote
(de Shimon Datan, EUA/1996, com Michael Paré, Peter Green, Masha Grenon. Acção)
03.10 Último Jornal

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.50 Animação
13.30 Contra-Ataque
14.55 Acção em Acapulco
15.45 Mulheres Roubadas
(de Jerry London, EUA/1997, com Dennis Weaver, Jeanine Turner, Patrick Bergin, William Shockley. Drama)
17.30 Novos Corações
(de Michael Miller, EUA/1993, com John Ritter, Polly Draper, Nancy Morgan, Kevin Kilner. Drama)
19.15 Doidos Varridos
(EUA/1992, com Stephen Kearney, Amy Yasbeck, Traci Lords, Robert Trebor. Comédia)
21.00 Directo XXI
22.00 Uma Mulher Atrás das Grades
(de Bethany Rooney, EUA/1992, com Cheryl Ladd, Dean Norris, Angela Bassett. Drama)
24.00 O Guerreiro da Espada Sagrada
(de Michael Kenedy, EUA/1995, com Lorenzo Lamas, Claire Stansfield, Michael Champion. Acção)
01.50 A Esquadra de Brooklyn

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

As Grandes Esperanças

(Quinta, 15.50, RTP2)

O jovem Pip é educado em casa da sinistra senhora Havisham, que vive em reclusão na companhia da jovem Estella, à qual odeia de forma atroz. Uma vez adulto, Pip, graças às grandes somas que lhe são transmitidas por um benfeitor desconhecido, consegue atingir o estatuto das mais altas classes londrinas. E volta a encontrar Estella que tem um casamento infeliz. Ao mesmo tempo, Pip conhece finalmente o seu benfeitor misterioso mas este é morto pela polícia, na sequência de uma denúncia. *As Grandes Esperanças* é um filme memorável onde o universo de Dickens pode ser encontrado intacto, com a mesma sensibilidade e a mesma humanidade sincera que ficara também a marcar a versão cinematográfica de *Oliver Twist*. É a imagem de uma sociedade e um admirável estudo de personagens que nos são devolvidos por David Lean com um recato e uma humildade incomparáveis.

À Volta da Meia-Noite

(Sexta, 22.50, RTP2)

Dale Turner, célebre saxofonista norte-americano, com uma carreira arruinada pela bebida e pelo álcool, decide radicar-se em Paris. Francis Borier, jovem desenhador e inveterado amante de Jazz, torna-se seu grande amigo e confidente, transmitindo-lhe de novo confiança. Dale regressa a Nova Iorque com grande sucesso mas morre pouco depois num hospital. Eis um filme fruto da inegável paixão do seu realizador, Bertrand Tavernier, pelo Jazz, a ponto de se inspirar numa figura misto de Lester Young e Bud Powell para recriar a personagem de Dale Turner, a qual é surpreendente e admiravelmente interpretada por Dexter Gordon que também foi, na vida real, um grande músico de Jazz. No filme participam ainda vários músicos conhecidos, entre os quais Herbie Hancock que é responsável pela banda sonora do filme

Bom Dia, Vietnam

(Sábado, 01.05, RTP2)

Não deixa de ser curioso ter sido a visão de posteriores composições dramáticas (ou cómicas) de Robin Williams - um actor de enormes talentos mas frequentemente ofuscados por não menos aflitivos sinais de cabotismo - que veio alertar alguns (entre os quais este escriba) acerca do lado por vezes altamente desconforme em que acaba por resultar o seu desempenho nesta obra, a qual, numa primeira visão, até tinha impressionado bastante pela positiva. Como se sabe, o filme debruça-se sobre uma figura real - um *disc jockey* da Rádio das Forças Armadas norte-americanas em Saigão, em meados dos anos 60 - cujos «solos» e «diálogos consigo próprio» ao microfone se afiguraram altamente inodiativos para o «sistema». Sem deixar de constituir uma visão tragicómica da Guerra do Vietnam, o filme, realizado por Barry Levinson, sofre da sofrível concretização de um argumento irregular - precisamente no momento em que o tom passa a ser o do melodrama - e de notórios desequilíbrios em termos de ritmo narrativo.

Serenata à Chuva

(Segunda, 02.10, SIC)

Ao contrário do que tradicionalmente era frequente em tantos e tantos filmes pertencentes a um dos géneros maiores do cinema americano, *Serenata à Chuva*, para além de se situar ao seu mais alto nível, também quanto ao argumento de que partia constituiu um toque de rara «verosimilhança» em relação ao mundo que pretendia retratar - neste caso, o ambiente dos estúdios de Hollywood numa época de transição do «cinema mudo» para o «cinema sonoro»;



Robin Williams, em «Bom Dia, Vietnam», de Barry Levinson



Um fotograma de «Dançando à Chuva», de Stanley Donen-Gene Kelly



Uma cena de «As Grandes Esperanças», de David Lean

com os dramas, as inquietações, as frustrações, mas também os arrojos, as aventuras e as mudanças qualitativas que tantos protagonistas daqueles tempos viveram e marcaram. É precisamente por isso que, quando aos actores e actrizes principais de *Serenata à Chuva* lhes dá para começar a dançar e a cantar no meio dos diálogos, nada nos parece artificial e tudo se liga num todo absolutamente único. Também por isso ficaram na história do cinema musical, como algumas das suas sequências mais inesquecíveis, números tão excepcionalmente coreografados e encenados como o célebre *Singin' in the Rain* (com um insuperável Gene Kelly sapateando por entre dilúvios e goteiras) ou *Broadway Ballet* (um soberbo e moderno «pas-de-deux» por Cyd Charisse e o mesmo Gene Kelly) ou os prodígios de acrobacia de Donald O'Connor em *Make Them Laugh* ou, ainda, a alegria esfuziante do frenético trio O'Connor-Kelly-Debbie Reynolds em *Good Morning*. Enfim, uma obra-prima de Stanley Donen e Gene Kelly infelizmente banalizada pela enésima passagem pelo pequeno ecrã.

Brandos Costumes

(Segunda, 02.45, RTP1)

«Cenas da vida doméstica de uma família portuguesa da média burguesia alternadas com actualidades sobre a ascensão, glória e queda do salazarismo, onde se constrói um paralelismo entre a figura do chefe de família tradicional e o ditador. Os conflitos e as frustrações das filhas, que representam duas gerações, são apresentadas de forma didáctica nas suas relações com os pais, a avó e a criada. Tudo isto articulado com quadros musicais, onde no limite a história de uma família e a História de um país se confrontam, complementam e confundem.» Eis um adequado resumo do primeiro (e um dos melhores filmes) de Alberto Seixas Santos, rodado ainda durante o fascismo e já estreado depois do 25 de Abril. Com, entre outros, Luís Santos, Dalila Rocha e Isabel de Castro.

Era uma Vez um Alferes

(Terça, 01.50, RTP1)

Produzido pela RTP e realizado por um dos mais competentes realizadores da casa, Luís Filipe Costa, *Era Uma Vez um Alferes* é a adaptação cinematográfica de um conto homónimo do escritor Mário de Carvalho, um olhar implacável sobre o militarismo português e a Guerra Colonial através da história de um alferes que, em plena campanha, se arrisca a morrer se levantar o pé de uma mina que acaba de pisar. Com José Jorge Duarte, Júlio César, João Lagarto e Vítor Norte. A não perder.

Cinco Dias, Cinco Noites

(Quarta, 22.40, RTP1)

O realizador Fonseca e Costa adaptou ao cinema, com recatado brilhantismo e eficácia, o romance homónimo de Manuel Tiago (Álvaro Cunhal) que tão bem retrata um período negro da nossa História, o da clandestinidade forçada e da partida em direcção ao exílio (para



Dexter Gordon, em «À Volta da Meia-Noite», de Bertrand Tavernier

continuar a luta no exterior) de militantes revolucionários em meio de uma ditadura que condenava o povo português à opressão e à miséria. É essa atmosfera tão particular, em finais dos anos 40, que o filme soube interpretar ao acompanhar (por vezes em estilo de quase-reportagem) as incidências da preparação e do «salto» para a margem espanhola, algures na região de Trás-os-Montes, de um jovem militante político que escapa à prisão fascista. Confirmação de um actor excelente, como é Vítor Norte, e a revelação de um prometededor Paulo Pires - ambos nos papéis principais.

CABO & SATÉLITE

Octavio Paz na TV Cabo

O canal *People + Arts* (um novo canal que nasceu da colaboração entre o *Discovery* e a *BBC*), apresenta amanhã um programa especial sobre o grande escritor mexicano Octavio Paz. Segundo o texto de apresentação do programa, «em 1990, Octavio Paz ganhou o Nobel da Literatura. Em 1998, morreu. Ao longo da sua vida foi diplomata, jornalista e político. Mas a escrita foi a sua grande paixão e dedicou-se a temas como a história, poesia, liberdade, amor, erotismo e ao seu país, o México». Este programa será repetido uma semana depois. (*People + Arts*, Sexta, das 21 às 22 horas)



do Extermínio» a propósito das maiores atrocidades e do genocídio cometido pelas tropas nazis da *Wehrmacht* no Leste Europeu durante a II Guerra Mundial. A realizadora confronta antigos membros do exército nazi com as imagens do genocídio de que foram protagonistas. Um documento que se diz impressionante. A não perder. (*Arte*, Sexta, das 21.25 às 23.20)

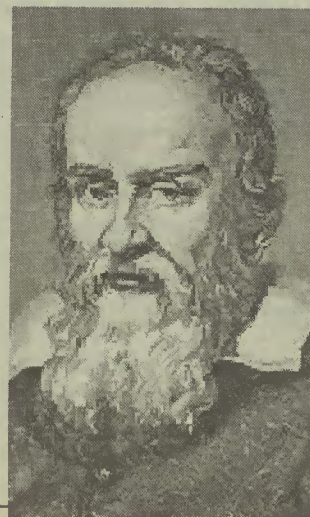
Galileu, o mensageiro das estrelas

Também no *Arte* - e integrado, como terceiro título, na série «*A Aventura Humana*», adaptado, como os títulos anteriores, da colecção «*Descobertas*», publicada pela editora Gallimard - é transmitido no Sábado, às 20.40, um documentário intitulado «*Galileu*,



A propósito de genocídios

É já amanhã, sexta-feira, que o canal franco-alemão *Arte* transmite um documentário realizado durante quinze dias pela cineasta austríaca Ruth Beckermann e pelo camaraman Peter Roehsler durante uma exposição fotográfica intitulada «*A Guerra*



O Mensageiro das Estrelas», sobre a vida e sobre as descobertas do grande físico e astrónomo italiano Galileu Galilei. O documentário, que apresenta ainda uma entrevista com o autor do livro homónimo da colecção, Jean-Pierre Maury, data já deste ano (!) e foi realizado por J. C. Lubchansky. (*Arte*, Sábado, das 20.40 à 21.40)

Carlos e o Globo de Ouro

Não tenho uma desenfadada simpatia pelos Globos de Ouro da SIC nem por qualquer das outras colecções de galardões que têm dado origem às pomposas cerimónias de entrega que as TV's nos vêm mostrando. Entenda-se, porém, que este moderadíssimo entusiasmo perante tão luzidas ocorrências não implica o menor despreço pelos felizes contemplados, muitas vezes merecedores do destaque

embora noutras vezes nem por isso, e muito menos decorre de alguma questão de princípio que rejeite prémios em qualquer circunstância. Por acaso até acontece que, pelo contrário, acho que o reconhecimento público e eventualmente festivo do mérito, quando o haja, é qualquer coisa que plenamente se justifica no actual contexto sociocultural ou, dizendo-o na linguagem de influência futebolística que tanto se usa agora, nesta altura do campeonato. O que desaprovo e me nauseia um pouco é outra coisa: é o fausto provinciano de trajes de noite a pretexto do que afinal é pouca coisa, é o macaquear basbaque do ritual hollywoodesco dos Oscars, é a frequente escolha dos galardoados com óbvios objectivos estratégicos integrados nas guerrinhas pelintras entre estações.

No passado domingo foi, como se sabe, a atribuição e entrega dos Globos de Ouro. Não vou pôr-me a examinar e discutir aqui a maior ou menor justiça das escolhas, nem sequer a das chamadas designações prévias, onde haveria decerto mais material para exame e reflexão que nas decisões finais. De qualquer

ciência. É o caso que os Prémios Bordalo, atribuídos pela Casa da Imprensa, foram também entregues recentemente, e a RTP transmitiu a cerimónia. Ora, o Prémio Bordalo dito, salvo erro, "de carreira", foi entregue ao jornalista António Paulouro, director do "Jornal do Fundão" desde sempre. Acontece que a carreira de António Paulouro é um caso raro de honestidade e coragem, antes e depois de

TVISTO

■ Correia da Fonseca

Abril de 74, de tal modo que escrever no "JF" bem pode ser considerado uma honra invejável. E, como se sabe, assistir hoje a que seja publicamente homenageado um homem corajoso e honesto é quase um caso para, como dizia um outro, missa cantada e lausperene.

Também em Carlos do Carmo a coragem e a honestidade são dimensões caracterizantes, embora não apenas essas. Não esqueço que um dia, em 75, quando no decurso de uma entrevista lhe perguntaram se ele era militante do PCP (e lembro que nessa altura quase toda a gente o queria ser ou pelo menos passar por isso), Carlos do Carmo respondeu não. E acrescentou porque: "Porque para ser militante do PCP deve-se ser um craque, e eu não sou um craque!" Não obstante, é bem sabido que Carlos do Carmo nunca tentou sequer esconder a sua opção cívica pela área da verdadeira e consequente esquerda, por isso pagando o preço alto, expresso em discriminações e retaliações de várias espécies, que é costume cobrar aos cidadãos que se atrevem a tanto. Mas há mais. Há, antes do mais, que Carlos é um artista de primeiríssima qualidade, que canta o



Carlos do Carmo, 1976, 1.ª Festa do Avante!

modo, esse é um jogo que me interessa pouco e para o qual não sinto pachorra nenhuma. Contudo, interessa-me, e muito, sublinhar a plena justificação de um desses Globos, precisamente o mais relevante, a que foi dada a designação bizarra e um pouco patusca de Globo de Ouro pelo Mérito de Excelência, fórmula de que até se desprende um vago cheiro a secretaria de serviço público nos velhos tempos. O Globo foi atribuído a Carlos do Carmo e a ele se referiu especial e longamente o Jornal da Noite do dia seguinte, segunda-feira. Quanto a isso, não quero deixar de registar a forma muito elegante e veemente como José Alberto Carvalho, um outro que também foi premiado com inteira justiça, aludiu ao galardão recebido por Carlos do Carmo.

O "Bordalo" de Paulouro

Antes de prosseguir no caminho que vinha a seguir, quero fazer um outro registo a que me sinto obrigado quer por gosto próprio quer pelo que pode chamar-se imperativo de cons-

fado de tal modo que nem as mais venenosas más-vontades conseguem retirá-lo do topo em que é consensualmente reconhecido. Há que é de um profissionalismo rigoroso que ententece de espanto quantos com ele trabalham, pois rigor profissional é produto que por cá não se usa muito. Há que Carlos do Carmo faz a prova de que se pode (e deve) ser cultor e prová-lo com uma discrição e uma delicadeza que parecem corresponder ao cuidado de não milindrar as numerosas brutesas que por aí fora vicejam. Há que Carlos do Carmo faz a demonstração pública de que cantar superlativamente um repertório escolhido com enorme cuidado estético não dispensa o complemento de uma conversa breve que lembre e explique o quadro em que acontecem o fado e a vida. Porque cantar admiravelmente é muito, mas ainda não é tudo.

Há, enfim, que Carlos do Carmo é um artista como nenhum outro. E que não fica especialmente honrado pelo Globo que recebeu: ele é que honra, ilustra e promove os Globos de Ouro da SIC. Que devem agora fazer quanto possam para merecer a distinção.

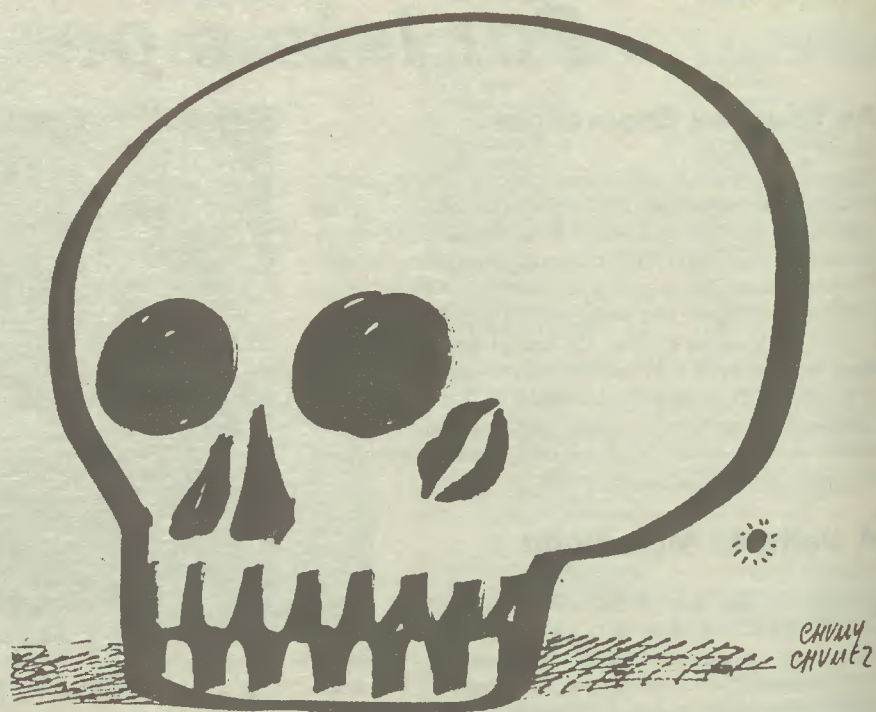


Figura de títeres

Na terceira semana de guerra à Jugoslávia, «a NATO prepara-se para um longo flagelo, confiando num bombardeamento mais pesado», anunciou o seu comandante supremo, o general americano Wesley Clark. A nova escalada requer, é claro, muito mais e muito mais poderoso armamento - vasos de guerra, aviões, mísseis, sistemas de lançamento, ogivas, «rockets», etc. - que os Estados Unidos se aprestam a fornecer com toda a rapidez.

A colossal indústria de guerra americana estabelece, assim, à viva força um grande e duradouro mercado nos Balcãs onde faz descarregar quantidades maciças das suas armas mais sofisticadas e mortíferas.

Os potentados económicos ianques rejubilam, em breve apresentarão os gráficos do novo «boom» que mostrarão «os recursos» inimagináveis da economia capitalista e com os quais procurarão apaziguar a opinião pública reticente, mesmo no seu próprio país.

Por detrás do cortejo das imagens do horror da guerra que as televisões nos mostram a toda a hora, sejam os

campos de refugiados kosovares, sejam as cidades destruídas e as populações flageladas na Sérvia ou no Kosovo, não consigo deixar de ver a mão sinistra e implacável dos interesses da chamada, com propriedade, complexo militar-industrial dos Estados Unidos da América.

Entre todas as causas apontadas para esta guerra absurda e covarde, desencadeada à margem da ONU e com desrespeito por todas as regras do direito internacional, esses interesses inconfessáveis da indústria de armamento americana contam-se, a meu ver, entre as principais.

Há sem dúvida no Kosovo a questão não resolvida de uma minoria nacional, cuja situação foi agravada pela política nacionalista de Milosevic, como há um emaranhado de povos, de etnias, de culturas, de religiões, de nações, de convivência difícil e por vezes conflituosa, em toda a área onde existiu a República Socialista Federativa da Jugoslávia, com as fronteiras com que ficou depois da II Guerra Mundial.

Josip Broz Tito, que dedicou a maior parte da sua vida a lutar pela unidade entre as nações na Jugoslávia e a combater os arreigados nacionalismos, costumava dizer que no seu país existiam «dois alfabetos, três línguas, quatro religiões e cinco nacionalidades que vivem em seis repúblicas rodeadas por sete vizinhos, um país com oito minorias nacionais».

A intriga imperialista, longe de pretender contribuir para a superação das dificuldades e das contradições resultantes desta complexa

situação, tem-nas explorado em seu benefício, provocando o desmembramento da República Federativa da Jugoslávia e aticando toda a espécie de afrontamentos antigos e novos entre as nações que a constituíram. O imperialismo intervém não para resolver mas para agravar os conflitos e gerar novos conflitos, como está acontecer no Kosovo e por arrastamento na Macedónia, na Albânia e por sua vontade no próprio Montenegro.

Para o imperialismo americano, as dificuldades e as contradições entre as nações da antiga Jugoslávia foi-se tornando um campo propício para o desencadeamento de conflitos militares localizados, para consumo e experimentação da sua indústria de armamento, além de um soberano pretexto para a presença militar dos Estados Unidos na Europa e a afirmação da sua hegemonia sobre o continente europeu, devidamente enquadrado pela NATO.

É por tudo isto que se vê, não com só indignação, mas com espanto e com grande apreensão em relação ao futuro da Europa e do Mundo, a subserviência

com que os governos da União Europeia, na sua grande maioria formados por partidos socialistas ou sociais-democratas, se curvaram à vontade dos Estados Unidos de desencadear a guerra contra a Jugoslávia, em clara violação da Carta das Nações Unidas.

Os principais líderes destes governos, incluindo os de Portugal, fazem uma vergonhosa figura de títeres quando se prestam a recitar o argumentário da «tragédia humanitária do Kosovo», que lhes foi ministrado pela NATO, para justificar a verdadeira hecatombe humana que é o covarde e sádico bombardeamento de um pequeno país, que também inclui o arsenal aéreo que a História já conheceu.

É especialmente grave o caso português em que Governo e Presidente se tornaram cúmplices desta política de agressão sem que as instâncias competentes do Estado tenham sido ouvidas e se tenham pronunciado.

Quando a guerra volta à Europa neste final do século XX, com a cumplicidade de tantos governos formados por partidos socialistas e sociais-democratas, é oportuno recordar as palavras de um fundador do Partido Socialista francês, no princípio do século, Jean Jaurès. Dizia ele que o imperialismo traz no bojo a guerra como a nuvem traz a tempestade. Desta consciência retirou as energias para uma luta incansável pela paz e contra o imperialismo, que só terminou quando foi assassinado.

Como se vê, o imperialismo não mudou...

VARIAÇÕES

■ Carlos Brito

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES



Artes Plásticas no Vitória

Com a participação de uma centena de destacados artistas plásticos, é hoje inaugurada no Espaço Cultural Vitória, às 18.00 horas (continuando patente ao público até ao dia 13 de Maio), uma grande Exposição de Artes Plásticas, integrada nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril e promovida pelo Sector Intelectual da ORL do Partido Comunista Português.

Entre os vários nomes prestigiados da pintura e da escultura portuguesa, permitimo-nos destacar os de Alice Jorge, António Carmo, António Trindade, Bartolomeu Cid, Boavida Amaro, Humberto Lebroto, Irene Ribeiro, Isabel / Rodrigo Cabral, Luís Ralha, Margarida Tengarrinha, Marília Viegas, Mário Alberto, Rogério Ribeiro, Teresa Dias Coelho, Virgílio Domingues ou Zé Penicheiro.

Simultaneamente, será inaugurada uma outra exposição de todos os originais das ilustra-

ções que o pintor Sérgio Ribeiro realizou sobre o romance «Até amanhã, camaradas», de Manuel Tiago (Álvaro Cunhal). Estas ilustrações – parte das quais é inédita – serão oferecidas pelo autor ao PCP.

Realidade Social pré-25 de Abril

Foi inaugurada no passado dia 10 e mantém-se patente ao público a Exposição sobre a Realidade Social Antes do 25 de Abril, numa realização da Assembleia e Junta de Freguesia de Alhandra na Sociedade Euterpe Alhandrense. Esta exposição serviu de enquadramento a um colóquio sobre O Papel do 25 de Abril na Democratização da Cultura, no qual participaram Manuel Alegre, poeta e deputado, e Rogério Fernandes, Professor Universitário.

CRIANÇAS

Teatro para Crianças

No Centro de Pedagogia e Animação do Centro Cultural de Belém pode ainda assistir à representação de um espectáculo teatral especialmente dedicado às crianças. Trata-se de «É de Gritos!», pela Companhia Três em Pipa, com autoria e encenação de Cristina Chafirovitch, figurinos de Patrícia Romão, cenografia de José Falcão e música de Isabel Mões e Pedro Estorninho. Segundo o texto de apresentação deste espectáculo, «a acção decorre no quarto de um monstro pequeno, o Azul, que gosta de fazer tudo ao contrário do que um monstrinho deve fazer: fala sem ser aos gritos, não desarruma suficientemente o quarto e, pior ainda, gosta de se lavar».



E mais não cantamos! Atenção, que ainda pode levar os putos a ver este espectáculo, hoje e amanhã pelas 11 da manhã e no Domingo às 11.30 e 15.30.

Atelier na Malaposta

Em todos os domingos deste mês de Abril, a Amascultura organiza no Centro Cultural

Malaposta um atelier denominado «O Meu Guarda Roup», sob a orientação de Margarida Ribeiro.

Como o nome indica – e segundo o texto de apresentação da iniciativa – «o objectivo é que as crianças aprendam a confeccionar as suas próprias peças de vestuário e acessórios com o que tiverem à mão (...) pretendendo ser um espaço de experimentação e aprendizagem através de processos lúdicos e criativos, onde os pais e os avós também têm lugar». Próximos ateliers: 18 e 25 das 10.30 às 12.30. Inscrições: 938 84 97 / 938 85 70.

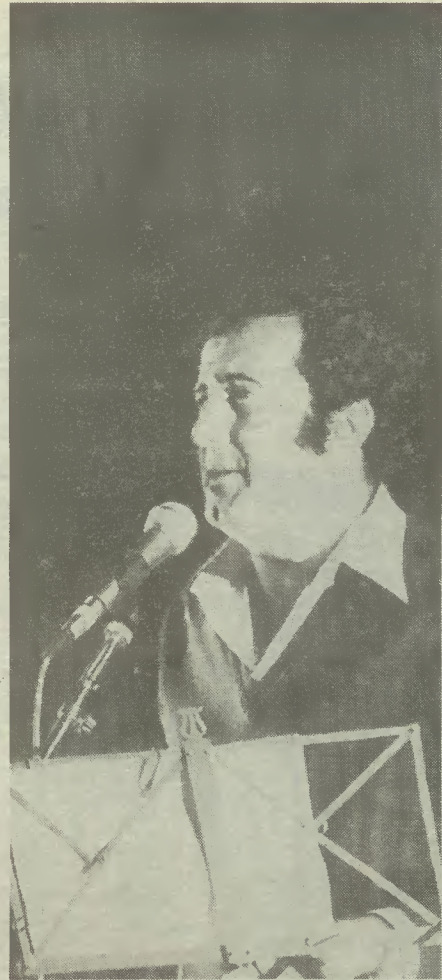


A homenagem a um cantor de Abril

Organizada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo de Vila Nova de Gaia, decorreu no passado dia 10 do corrente uma homenagem ao cantor Adriano Correia de Oliveira, uma das vozes mais destacadas do movimento da canção de texto e de intervenção, antes do 25 de Abril, na resistência política e cultural à ditadura fascista, e após a Revolução dos Cravos, na construção de um Portugal democrático, livre e solidário.

Com o apoio do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal daquela cidade, esta homenagem, que coincidiu com a passagem do 57.º Aniversário do nascimento de Adriano Correia de Oliveira, teve a colaboração de vários cantores e artistas, alguns dos quais foram seus companheiros de luta política e artística, e ainda outros que, hoje, se identificam com a sua actividade cultural. Nomes e grupos como os de Carlos Alberto Moniz, Carlos Cunha, Coral de Letras, Ivo Flores, Janita Salomé, Manuel Portugal, Pardalitos do Mondego, Paulo Saraiva, Rui Pato ou Sérgio Mestre.

Todos estes músicos participaram num espectáculo de «Canto Livre» no Auditório Municipal de Gaia. Mas esta homenagem não se circunscreveu ao espectáculo musical, tendo sido inaugurada na ocasião uma Exposição Temática inspirada nos textos das canções criadas por Adriano, bem como realizado um Debate sobre os Caminhos da Música Popular Portuguesa, Canto Livre e Canto de Intervenção, moderado pelo jornalista e escritor José Viale Moutinho e centrado sobre as



perspectivas, nas condições actuais, de uma intervenção artística neste domínio da música popular.

Com esta homenagem prestou-se assim justiça à memória de um dos maiores cantores de texto portugueses e a um democrata e comunista, combatente pela Liberdade e pela Democracia no nosso país.

BAILADO

Bailado Contemporâneo no CCB

Numa co-produção do Centro Cultural de Belém (Lisboa), Kaaitheater (Bruxelas), Wiener Festwochen (Viena), Théâtre de la Ville (Paris), Künstlerhaus Mousonturm (Frankfurt), Wexner Center for the Arts (Columbus, Ohio) e National Dance Project (Boston, Massachusetts), foi apresentado na semana passada no Rivoli Teatro Municipal (Porto) e foi ontem estreado no CCB o espectáculo de bailado «Appetite», por Meg Stuart, Ann Hamilton & Damaged Goods.

Segundo o texto do programa «appetite é o resultado da estreita colaboração das duas criadoras e

dos intérpretes que integram o espectáculo» constituindo o termo de um projecto da coreógrafa Meg Stuart, intitulado «Insert Skin» - uma série de colaborações com artistas plásticos, como Lawrence Malstaf, Bruce Mau e Gary Hill, e que agora culmina com a colaboração entre ela e Ann Hamilton.

Com direcção artística de Meg Stuart e Ann Hamilton, a música é de Bart Aga, Bill Frisell e Stefan Pucher, os figurinos de Silvia Hasenclever, as luzes de Peter de Wachter e a produção dos Damaged Goods. De Quinta a Sábado, às 21.30, no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém.



MÚSICA

Burmester na Gulbenkian

É já hoje à noite e amanhã ao fim da tarde que se realizam em Lisboa dois aguardados concertos com a participação do pianista português Pedro Burmester. É no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, dias 15 às 21.30 e 16 às 19 horas, integrado na Temporada de Música e Dança 1998/99 e o pianista tocará com a Orquestra Gulbenkian o Concerto n.º 24 em Dó menor, K. 491 de Wolfgang Amadeus Mozart. A completar o programa, ouviremos a Abertura de «As Bodas de Figo», do mesmo compositor, e, ainda, fazendo parte da audição integral das sinfonias de Bruckner, a sua Sinfonia n.º 4 em Mi bemol Maior, Romântica.



Concertos pelo Coro Lopes-Graça

Prossegue a temporada de concertos realizada pelo Coro Lopes-Graça da Academia de Amadores de Música. Para os próximos dias, o destaque vai para as actuações no dia 17, no Solar dos Zagalos (Sobreda de Caparica), no dia 22 no Fórum Municipal (Seixal) e no dia 24 no Salão Nobre da Câmara Municipal (Borba).

Todos os concertos começarão às 21.30.

LIVROS



Caminho de Abril

Desta vez, saudamos nesta coluna o lançamento de toda uma colecção que em boa hora, em vésperas do 25.º aniversário do 25 de Abril, a editorial Caminho publica e apresentará amanhã, dia 16, em iniciativa conjunta com a Câmara Municipal de Lisboa.

Chama-se a colecção Caminho de Abril. E nela se inscrevem doze autores, entre os quais pontificam nomes entre os mais destacados da literatura portuguesa, unidos certamente todos pelos sentimentos democráticos que Abril lhes suscita. Aqui vão, por ordem alfabética, como é de boa maneira fazer, os nomes dos autores e das obras que a colecção traz a lume - Alexandre Pinheiro Torres (*Amor, Só Amor, Tudo Amor*); Alice Vieira (*Vinte e Cinco a Sete Vozes*); Almeida Faria (*A Reviravolta*); Carlos Brito (*Vale a Pena ter Esperança*); Germano Almeida (*Dona Pura e os Camaradas de Abril*); Manuel Alegre (*Uma Carga de Cavalaria*); Maria Isabel Barreno (*As Vésperas Esquecidas*); Mário de Carvalho (*Apuros de um Pessimista em Fuga*); Mia Couto (*Vinte e Zinco*); Urbano Tavares Rodrigues (*O Dia Último e o Primeiro*). Após esta lista de dez, vêm os nomes do fotógrafo Sebastião Salgado (*Um Fotógrafo de Abril*) e, por fim, um CD em que Manuel Freire canta José Saramago (*As Canções Possíveis*).

Na sessão de amanhã, que se realiza às 21 horas no Teatro Municipal de São Luiz, onde os autores estarão presentes e preparados ao autógrafa, haverá outras aliciantes iniciativas, apresentadas por Cândido Mota - a teatralização de cenas de *A Reviravolta*, por Diogo Dória e Isabel Muñoz Cardoso, e de *Vinte e Zinco*, pelo grupo de teatro Trigo Limpo/Acert; a projecção de excertos do novo filme de Luís Filipe Costa, com argumento a partir de *Apuros de um Pessimista em Fuga* e, ainda, a interpretação de temas de *As Canções Possíveis*, por Manuel Freire.

ATALHE DE FOICE Águas

Como num rio, a política portuguesa mostra-se na face visível da corrente enquanto por baixo desliza o tumulto, que apenas se pressente nos arrepios da superfície.

A direita, o marulhar das águas não consegue esconder o turbilhão que se agita no fundo. O PP entrou num remoinho desde que a AD se desmembrou, com Paulo Portas a estrebuchar para se manter à tona, num esforço de rolha que resiste a ser puxado pela voragem e já só tem, por bóia, jogos rombos de palavras e metáforas malcriadas. Desorientado, Portas chegou já ao ponto de apanhar do lixo o programa da defunta AD para as europeias, fazendo dele o programa que o PP nunca teve e chamando a isso «coerência».

Coerentemente, mas com as leis da Física, o seu desaparecimento como líder já tem data marcada: ocorrerá quando saltar o ralo das eleições e a sua «versão de PP» gorgolejar vórtice abaixo.

O PSD, pela sua maior dimensão, esconde uma turbulência mais vasta - tanta, que o espectáculo à superfície ganhou mais uma vez contornos de uma exibição de wrestling.

A nova luta pela liderança no PSD deu uma cómica actualidade ao velho jogo da dança das cadeiras. Como ninguém quer ficar especado no salão laranja sem poiso para se sentar, a corrida aos espaldares mostrou uma direcção política constituída por recordistas dos 100 metros barreiras. Para já, e em linguagem da NATO, o «dano colateral» mais visível é o do eurodeputado Carlos Pimenta que, apesar de responder pela melhor prestação do PSD no Parlamento Europeu, foi eliminado friamente da lista por um Durão Barroso mais absorvido no projecto de se tornar autor de si próprio que em liderar os interesses do partido.

Isto foi o que se pôde descortinar das margens por onde serpenteia o PSD, mas sob o curso das aparências ferve a crise de uma direcção proporcionalmente desorientada com a distância a que se continua vendo do poder de Estado.

Quanto ao PS, ali cultiva-se a serenidade de um lago em bilhete postal. O exercício do poder e o conforto da mesa do Orçamento actuam nas águas do Partido Socialista como a tensão superficial de um derramamento de óleo, alisando a superfície numa imobilidade de espelho onde apenas se reflecte o céu. Adormentados pelas suas próprias canções de embalar, olham os naufrágios dos outros com irreprimível gozo, julgam-se os novos Neptunos e adejam, sobre o país, o tridente das sondagens com que supõem acalmar todas as procelas.

Se «em casa sem pão todos ralham e ninguém tem razão», o contrário também é verdadeiro: em tempo de fatura, ninguém ralha e com toda a razão - a da barriguinha cheia. Daí nem considerarem, lá pelo PS, que as águas paradas ficam mais expostas à evaporação e à cultura de miasmas.

Mas, para lá da superfície tão tranquila do roseiral, um estado de alma também se agita nas entranhas da bonança. Quem o denunciou foi o próprio Primeiro-Ministro António Guterres quando há dias confessou, como resposta à esmagadora oposição dos portugueses ao envolvimento do país na guerra contra a Jugoslávia, que «devo reconhecer que a mensagem não passou». Repare-se no termo escolhido: **mensagem**. Não foi «explicação» (que não houve), nem «argumento» (que não existe) ou, sequer, «informação» (que demorou 10 dias a chegar). Para o Primeiro-Ministro, o que não passou para os portugueses foi a «mensagem», a transmissão do pensamento acabado e indiscutível do Governo.

Na escorregadela desta confissão, governar não é prestar contas; escrutinar necessidades, auscultar interesses, respeitar maiorias. É «passar mensagens», não importando que estejam certas ou erradas, mas que «passem» para a cabeça das pessoas.

É isto que se esconde no mar tranquilo da governação PS. É isto que importa ao eleitorado perceber, para depois «passar» também a «mensagem» a António Guterres. Nas próximas eleições legislativas.

■ Henrique Custódio

O comboio parou em Grdelica

Grdelica foi até 12 de Abril uma vila igual a tantas outras vilas de qualquer parte do mundo. Casas modestas, campos de cultivo, cafés, restaurantes, um rio a serpentear no sopé dos montes, uma linha de caminho-de-ferro.

A 12 de Abril, pouco passava das 11.30h (10.30h de Lisboa), tudo mudou.

Na linha internacional que liga Belgrado à Grécia, transformada com a guerra numa linha ferroviária interna, civil, circulava um comboio de três carruagens com um número indeterminado de passageiros (quem é que conta os passageiros de um comboio normal?). A escassos segundos de passar por baixo de uma normal ponte rodoviária, o comboio e os seus passageiros entraram na História da forma mais brutal e dramática que é possível imaginar: foi atingido por três mísseis da NATO numa acção que se afirma ser humanitária.

O primeiro míssil atingiu a retaguarda da primeira carruagem, o segundo acertou em cheio na segunda e o terceiro embateu na parte da frente da terceira composição. Com o impacto, a primeira carruagem

foi parar debaixo da ponte, a alguns metros da segunda, separada por sua vez da terceira, imobilizada sobre o rio Morava.

Quando a imprensa chegou ao local, algumas horas depois, o fumo ainda saía pelo que restava das janelas e estofos calcinados, e no ar pairava um cheiro intenso a queimado. Um cheiro acre, a ferro, a plástico, a carne.

Os corpos - o que restava deles - dos mortos (dez confirmados até ao momento, todos civis) tinham já sido retirados, naturalmente, mas os vestígios da tragédia estavam todos lá: sangue, pedaços de tecidos, até mesmo o que sobrou de um cérebro humano.

«Isto era um homem», diz alguém numa voz sem expressão. «Quem pode orgulhar-se disto? Que humanidade há

aqui? Isto é demasiado para lhe chamarem danos colaterais.»

Perguntamos pelos feridos: 16 em estado grave, alguns com politraumatismos. Admite-se que haja mais corpos no rio, mas essa notícia já não terá lugar nos noticiários internacionais.

Confrontada com o acontecimento, a Nato virá dizer mais tarde que o alvo era a ponte, que nem sequer foi atingida, antes sofrendo apenas danos colaterais do ataque ao comboio. Pretensamente a ponte seria um alvo por ser uma «importante via» para abastecimento de tropas no Kosovo.

Consulta-se o mapa e verifica-se que o Kosovo fica exactamente na direcção oposta. Como ir de Lisboa em direcção a Évora para chegar a Coimbra...

A noite de 12 para 13 de Abril não permitiu chorar em paz os mortos de Grdelica, que ironicamente significa «cannhão». Em Pancevo, Novi Sad, Kraljevo, Cacak, Kopaonik, Pristina, Ivanjica, Krusevac, Smederevo, Sombor e Belgrado os bombardeamentos fizeram-se sentir com intensidade redo-

■ Anabela Fino
Enviada especial
em Belgrado

brada. Nem sequer o principal Hospital de Belgrado, o hospital militar, escapou. Como a imprensa verificou terça-feira de manhã, o bombardeamento a uns barracões militares há muito vazios situados nas traseiras do hospital provocou avultados «efeitos colaterais». Para além de pelo menos dois ataques cardíacos de doentes ali internados - a esmagadora maioria dos internados são civis -, ferimentos ligeiros e muito pânico, as consequências eram visíveis nos muitos vidros partidos, janelas rebentadas, tectos caídos, equipamentos e medicamentos estilhaçados. Como afirmou Aco Jovicic, director do hospital, «é inacreditável que uma tal coisa tenha acontecido, tanto mais que é impossível não pensar que as bombas visavam mesmo o hospital e que quem atacou sabia disso. Isto é um crime contra a humanidade. Estamos desapontados com as democracias ocidentais».

Marcha pela Paz em Lisboa

Uma grande concentração, no Largo Camões, foi o ponto de partida da Marcha pela Paz, convocada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação-CPPC.

Mais uma acção de rua que mobilizou muita gente, em Lisboa, pelo fim da guerra na Jugoslávia, pela retirada das tropas portuguesas e por uma solução política do conflito. Na véspera, a comunidade jugoslava em Portugal lançou um apelo à participação, sublinhando o agravamento de todos os problemas na região dos Balcãs, desde o início dos bombardeamentos.

«Está-se hoje mais longe do que nunca de uma solução política», afirma-se no comunicado da comunidade jugoslava, subscrito nomeadamente por nomes conhecidos do desporto, em que se traça o quadro da situação actual. «Recrudesceram e acentuaram-se os ódios e tensões interétnicas, a instabilidade alargou-se a toda a Europa e atingiu níveis que desde há muitos anos não se conheciam», sublinha o documento.

Terça-feira, uma delegação do CPPC, composta por João Cunha Serra, Blasco Hugo Fernandes, Carlos Almeida e Sandra Benfica, membros da sua Direcção Nacional, foi recebida em audiência pela Comissão Parlamentar de Defesa.

Corrida da Liberdade

A Corrida da Liberdade, que este ano assinala os 25 anos da Revolução de Abril, tem como patronos oficiais os atletas Paulo Guerra e Albertina Dias.

A organização da prova é da responsabilidade da Associação 25 de Abril, Federação Portuguesa das Colectividades de

Cultura e Recreio e dos municípios de Lisboa e Loures que, para esta comemoração especial, convidaram alguns clubes a participar, nomeadamente o Sport Lisboa e Benfica, o Sporting Clube de Portugal, o Maratona Clube de Portugal, o Juventude Operária Monte Abraão, o Odi-

velas Futebol Clube e o Conforlimpa.

A prova terá início às 10 horas do dia 25 de Abril, com partidas simultâneas do Quartel da Pontinha, Largo do Carmo, Rua Sampaio e Pina, Avenida Fontes Pereira de Melo e Rua Alexandre Herculano.

Ilda Figueiredo visita Parlamento Europeu

A primeira candidata da lista da CDU às eleições europeias terminou ontem uma visita de dois dias ao Parlamento Europeu, onde se encontrou com Alonso Puerta, presidente do Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdi-

ca, tendo ainda participado na reunião do grupo no qual estão integrados eurodeputados do PCP. Para ontem, Ilda Figueiredo tinha agendado um encontro com um grupo de visitantes e um outro com os jornalistas portugueses em Estrasburgo.



Carlos Carvalho recebido pelo procurador-geral da República

Uma delegação do PCP, integrada por Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, e Octávio Teixeira, da Comissão Política, foi recebida na passada terça-feira pelo procurador-geral da República, no quadro da preparação de uma interpelação do PCP ao Governo sobre questões da Justiça.

